

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Instituto de Economia

BATALHA PELA MOEDA: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO  
MONETÁRIO ARGENTINO

Alexandre Jerônimo de Freitas

Rio de Janeiro  
2012

Alexandre Jerônimo de Freitas

BATALHA PELA MOEDA: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO  
MONETÁRIO ARGENTINO

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de  
Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
como parte dos requisitos necessários à obtenção do  
título de Doutora em Economia Industrial.

Orientador:

Prof. Dr. José Luis Fiori

Rio de Janeiro  
2012

F866 Freitas, Alexandre Jerônimo de.  
Batalha pela moeda : a formação do espaço monetário  
argentino / Alexandre Jerônimo de Freitas. Rio de Janeiro :  
UFRJ, 2012.  
144 f. : 30 cm.

Orientador: José Luis Fiori.  
Coorientador: Andrés Ernesto Ferrari Haines.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Instituto de Economia, 2012.  
Bibliografia: f. 135-144.

1. Moeda. 2. História econômica - Argentina. I. Fiori, José  
Luis. II. Haines, Andrés Ernesto Ferrari. III. Universidade  
Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia.

# BATALHA PELA MOEDA: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO MONETÁRIO ARGENTINO

Alexandre Jerônimo de Freitas

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em  
Economia Industrial.

## **Banca Examinadora:**

---

**Prof. Dr. José Luis Fiori (Orientador)**

---

**Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines (Co-orientador)**

---

**Profa. Dra. Clarice Vieira Menezes**

---

**Prof. Dr. Daniel Pinho Barreiros**

---

**Prof. Dr. Mauricio Médici Metri**

Rio de Janeiro  
2012

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao prof. José Luis Fiori que além de ter estar sempre disponível para conversar sobre a tese, me demonstrou que a curiosidade intelectual e o desejo pelo conhecimento é o que faz alguém se tornar um grande intelectual como ele.

Sou grato também ao prof. Andrés Ferrari que me ajudou muito no início apenas por dividir também grande disposição pela pesquisa e que foi fundamental como co-orientador para que este trabalho pudesse ter sido realizado.

Também gostaria de reconhecer a importância de todos os professores com os quais tive contato por meio de aulas ou seminário durante minha permanência no doutorado da UFRJ. Assim como aos funcionários da biblioteca sempre muito dispostos e que me ajudaram sempre. Sem esquecer da Ana Elizabeth e do Ronei José que me atenderam muito bem durante estes últimos anos.

Ao CNPQ pela ajuda financeira dada no início do doutorado.

A todos os professores do departamento de economia da UFRJ que tenho o prazer de trabalhar junto e que contribuíram para que eu conseguisse um tempo essencial para conseguir terminar este trabalho.

Meu curso foi também um lugar em que conheci muitas pessoas inteligentes e companheiras com as quais convivi com muito prazer e espero encontrar sempre: Cristina Reis, Eduardo Crespo, Leonardo Thury, Alexandre Palhano, Marcus Cardoso e Maria Guerreiro.

Aos amigos que fiz neste “*mundo acadêmico*” que se tornaram importantes para minha formação: a dupla Ana Czeresnia e Emmanoel Boff, Mauricio Santoro, Alice Werner (*in memoriam*), André Guimarães, Fernando Benfica e Bruno Moretti.

Aos amigos que fiz ao longo da vida e que continuam fazendo parte do que sou e de tudo que faço: André Victor e Ana Rosa, Carlos *Bilinho* Teixeira e Karen Scarpi, Quincas Rodriguez e Carolina Queiroz, Klheber José, prof. Rogério Ribas (*in memoriam*), Marcelo Falcão e Mônica, e João Aquino.

Aos meus pais, Aroldo Pietre e Aelci Freitas, por sempre me apoiarem em vários dos momentos complicados pelos quais passei, sempre me incentivaram a seguir em frente. Aos meus irmãos Wladimir (e Deyse) e Cyntia (e Renato), seguimos juntos todos estes anos apenas por simples afinidade e compaixão que temos entre nós, e que me deram dois sobrinhos Matheus e Heitor que me dão um pouco mais de otimismo quanto ao futuro e me inspiram a nunca deixar de fazer o possível para transformar este país num lugar melhor.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos essenciais da formação de um espaço monetário nacional a partir da relação entre Estado e moeda num sistema capitalista. Para isso foi efetuada uma crítica a visão ortodoxa da moeda como um meio de troca e foi privilegiado o aspecto da moeda como uma relação social em que o poder político tem papel determinante em sua constituição.

Este arcabouço teórico foi utilizado para analisar o processo histórico que levou a formação do espaço monetário argentino durante grande parte do século XIX. O processo de acumulação de poder que resultou em várias guerras na região da bacia do Prata e a formação dos instrumentos de crédito público e privados que levaram a criação da moeda nacional argentina foram visto como fenômenos co-constitutivos.

A pesquisa sobre um país periférico no sistema mundial do séc. XIX, mas que se tornou uma dos países mais ricos no início do séc. XX, realça o papel do sistema monetário internacional e do sistema interestatal, liderados pela Grã-Bretanha, na formação dos novos países que conquistaram sua independência sobre as ruínas do Império Espanhol.

## ABSTRACT

The main purpose of this theses is to analyze the essential features of the formation of a national monetary space considering the relation between the State and the Money in a capitalist system. In this analyses, the orthodoxy theory of money as a vehicle to easy the exchange of goods was criticized, and it was privileged the money as a social relation in which the political power has an essential role it its constitution .This theoretical view was used to study the historical process that led to the formation of the Argentinian monetary space during most of the XIX century.

The process of power accumulation that resulted in many wars in the Bacia do Prata and the formation of public and private credit which led to the creation of the Argentinian national money, was considered as a simultaneous phenomenon.

The research of a peripheral country in the world system in the XIX century, which became one the wealthiest ones in the end of the XX century, the role of the international and interstate system, led by Great Britain, in the formation of the new countries which conquered their independence through the ruins of the Spanish Empire.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo 1: Notas Teóricas a Respeito da Natureza da Moeda</b>	<b>04</b>
1.1 Visão ortodoxa da Moeda	04
1.1.2 Dimensão Geográfica da Moeda	08
1.1.2.1 Desnacionalização das Moedas	08
1.1.2.2 Teoria das Áreas Monetárias Ótimas	10
1.1.2.3 Teoria das Moedas Territoriais	12
1.2 Crítica a Visão Ortodoxa da Moeda	16
1.3 Estados e Moedas	21
1.3.1 A Emergência da Moeda de Crédito Capitalista	24
1.3.2 Formação dos Espaços Monetários Nacionais	31
<b>Capítulo 2: O Vice Reinado do Rio da Prata</b>	<b>34</b>
2.1 Origens Geopolíticas do Vice Reinado do Rio da Prata	38
2.2 Criação do Vice Reinado do Rio da Prata	42
2.2.1 Circuito Monetário do Prata: Financiamento militar	43
2.2.2 Circuito Monetário do Prata: <i>Comercio Libre</i>	47
2.2.3 Circuito Monetário do Prata: Conjunto dos Meios de Pagamento	50
<b>Capítulo 3: Revolução, Guerras e Fragmentação do Poder</b>	<b>57</b>
3.1 Revolução, Independência e Fragmentação	59
3.2 Revolução de Maio	64
3.3 Queda do Governo Central e Formação das Províncias-Estado	68
3.4 Desarticulação Monetária	72
3.4.1 Crédito público	73
3.4.2 Crédito Privado	78
<b>Capítulo 4: Guerras e Centralização do Poder</b>	<b>82</b>
4.1 Consolidação da Hegemonia Porteña	85
4.2 Consolidação Externa	89
4.3 Espaços Monetários Embrionários	94
4.3.1 Reforma Monetária de 1822	95
4.3.2 Regime Monetário Fiduciário	103
4.3.3 Espaços Monetários das Províncias-Estado	107
<b>Capítulo 5: Guerras, Estado Central e Moeda Nacional</b>	<b>113</b>
5.1 Cisão do Prata e o Nascimento da República	116
5.2 Implantação da Ordem de Pavón	119
5.3 Bifurcação da Soberania Monetária	126
5.4 Espaço Monetário Argentino	128
<b>Conclusão</b>	<b>137</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>140</b>

## Introdução

De todas as grandes questões econômicas estudadas, o papel da moeda na economia pode ser considerado dos mais polêmicos e complexos e, por isso mesmo, envolto em uma neblina teórica que dificulta sua compreensão. A pergunta sobre o que é moeda é simples, mas nem por isso trivial, encontrando diferentes respostas oferecidas pelas diferentes escolas teóricas da economia.

A resposta mais comum é a de que a moeda possui o papel de meio de troca cuja função é facilitar a troca de mercadorias. Ela não teria papel econômico autônomo, mas apenas teria um caráter funcional aos processos *reais* da economia. Muitas análises econômicas, baseadas em pressupostos da escola *marginalista* e em modelos de equilíbrio geral, chegam a dispensar o uso da moeda em suas construções teóricas.

No entanto, existem outras respostas a esta pergunta que oferecem à moeda um lugar mais nobre em suas análises. Ela seria uma das principais instituições econômicas e sociais das sociedades capitalistas. A compreensão de sua natureza e de seu impacto sobre os demais processos econômicos é essencial para a produção de um arcabouço teórico que busque compreender as realidades econômicas contemporâneas.

Esta maior importância da moeda também é compartilhada por outras ciências sociais que se interessam pela moeda – como a antropologia e a ciência política. Elas enxergam o dinheiro como uma instituição social tão fundamental como a religião e cultura para a socialização dos indivíduos e para a construção de hierarquia políticas que organizam a vida em sociedade.

A importância da moeda para a economia é compartilhada por este trabalho que buscará compreender quais são os principais aspectos econômicos e políticos que levam a cada país criar sua própria moeda, formando cada um diferentes *espaços monetários nacionais*.

Para cumprir este objetivo é necessário utilizar uma visão teórica que procure compreender de que forma a moeda se relaciona com os Estados-Nação. A visão ortodoxa que enxerga a moeda como um fenômeno privado relacionado ao mercado, tem pouco a oferecer. Uma visão teórica que compreenda a moeda como uma relação social em que o Estado possui papel essencial permitirá abranger os aspectos essenciais da origem e natureza da moeda, como condição necessária para compreender o que delimita sua dimensão geográfica.

Ao contrário do que atualmente é pregado pelo *mainstream* das ciências econômicas contemporâneas, para responder a questão dos espaços monetários nacionais, é preciso reatar novamente o vínculo da economia com as demais ciências sociais, além de embasá-la em processos históricos que permitam enriquecer suas concepções teóricas – através do método conhecido como histórico-indutivo.

A escolha da Argentina para servir de objeto de estudo vem responder as demandas cada vez maiores pela busca da compreensão da história e economia de nosso continente. A teoria econômica, assim como as demais ciências sociais, desde há muito que utiliza como objeto de estudo privilegiado os países Europeus e, a partir do final do séc.XIX, também os Estados Unidos.

Todos os conceitos e formulações teóricas são derivados da experiência histórica destas regiões e terminam sendo *adaptadas* a realidade de outras regiões, como a América Latina. Embora o estudo sobre a moeda privilegiando a formação dos espaços monetários nacionais seja uma iniciativa ainda pouco comum, também padece deste caráter em grande parte eurocêntrico. Um estudo sobre a adoção de uma moeda por um país *periférico* do sistema mundial permitirá realçar outras características que poderão oferecer novos conceitos sobre a relação dos Estados com a moeda.

Este trabalho será constituído por cinco capítulos e uma conclusão, além desta introdução. No primeiro capítulo serão apresentados os principais conceitos da visão ortodoxa da moeda com suas implicações sobre sua dimensão espacial. Após uma crítica teórica e histórica destes conceitos, será apresentada uma visão da moeda como uma relação social cuja origem esta vinculada as necessidades de financiamento do Estado.

O capítulo 2 é dedicado a formação dos circuitos monetário no Vice Reinado do Rio da Prata. Eles formam o embrião do que se tornaria o espaço monetário argentino após uma longa transição política e econômica que durará grande parte do séc. XIX. O começo desta longa transição com a independência da região do domínio espanhol é apresentado no capítulo 3. A fragmentação territorial, política e monetária do antigo Vice Reinado, dificultará o processo de centralização do poder e adiará a constituição de um Estado-nação e, por conseguinte, de um espaço monetário nacional.

O capítulo 4 será voltado para analisar como as guerras servirão como processo organizador de estruturas de poder mais sedimentadas que permitirão reduzir o fragmentação política da Bacia do Prata. Neste processo, o controle sobre a moeda é fundamental para permitir o financiamento do esforço bélico através de instrumentos de crédito público e privados que servirão de alicerces para a formação dos circuitos monetários regionais.

Por fim, o capítulo 5 se dedicará aos principais aspectos políticos e econômicos da chamada Organização Nacional, que permitiu a consolidação do poder e a criação da República Argentina. Depois de constituído o governo central, mais alguns anos serão necessários para que ele consiga impor sua soberania sobre as questões monetárias permitindo que ele construa o um único espaço monetário através do país.

Na medida em que o tema principal deste trabalho ainda encontra-se teórica e historicamente pouco desenvolvido e demande a análise de um espectro bastante abrangente de variáveis econômicas e políticas, ele apresentará uma série de limitações que realçaram a necessidade da pesquisa continuar para além desta tese.

Antes de mais nada, não serão analisados aspectos mais caros aos estudos que versam sobre o desenvolvimento econômico. A Argentina é pródiga nestas análises e sua relação bem sucedida com a exportação de matérias primas para o mercado mundial no séc. XIX é objeto de estudos mais profundos e acurados que o tema deste trabalho poderia comportar.

O estudo da moeda se resumirá as questões entendidas como essenciais para a formação de um espaço monetário nacional, o que deixará de fora considerações sobre política monetária que, embora não menos importantes e possíveis temas futuros de pesquisa, não estão diretamente relacionados com o objetivo central.

A análise sobre a centralização do poder e a formação do Estado se limitará aos aspectos vistos essenciais para a formação de uma soberania monetária capaz de unificar os mercados monetários sobre uma mesma moeda. O mesmo pode ser dito sobre alguns eventos históricos que estimularam grandes discussões sobre suas causas e conseqüências cuja importância não poderá ser de todo apreciada neste trabalho.

.

## Capítulo 1

### Notas Teóricas a Respeito da Natureza da Moeda

#### 1.1 Teoria Ortodoxa da Moeda: A Moeda-Mercadoria

A análise da gênese privada da moeda se inicia a partir de um estado primitivo da sociedade. Neste ambiente econômico arcaico, as trocas ainda são muito pouco utilizadas como forma de interação entre os indivíduos. Estes buscavam apenas satisfazer as necessidades mais básicas de sobrevivência. Viveriam em grupos auto-suficientes que pouco se relacionavam uns com os outros (DOWD, 2000, p. 141; MENGER, 1892, p. 242).

Eventualmente os indivíduos começariam a perceber a vantagem das trocas com base no escambo. Seria um fenômeno ainda incipiente e esporádico que passaria a se disseminar lentamente entre estes grupos isolados. Com o desenvolvimento do escambo os indivíduos vão se relacionando mais diretamente interagindo em certos locais onde é possível reduzir os custos e o tempo de efetuar suas trocas. Esta aglomeração espontânea em certos locais dá origem as primeiras feiras e mercados.

A despeito de seu desenvolvimento, o fenômeno das trocas diretas carrega uma dificuldade inerente que ficou conhecida como ‘dupla coincidência dos desejos’. Trata-se da necessidade que cada indivíduo possui de buscar no mercado um outro cuja necessidade fosse compatível com a sua em termos de troca de mercadorias. Isto torna o escambo um processo custoso, demorado e incerto, que pode acabar por inviabilizar a troca<sup>1</sup>. Este problema é superado quando as trocas passam a ser efetuadas de forma indireta.

Os indivíduos percebem a existência de certas mercadorias que são mais demandadas do que outras, tornando a troca para os indivíduos que as possuem um processo menos custoso. Se antes iam ao mercado para trocar produtos que diretamente atendessem suas necessidades, agora eles passavam a demandar uma mercadoria mesmo que não a desejassem ou já a tivessem em quantidade suficiente. Estes bens passaram a ser desejados apenas com a finalidade de serem trocados posteriormente, de maneira que se passou a utilizar uma mercadoria como intermediária no processo de satisfação de necessidades. A troca agora passaria ser um fenômeno indireto (DOWD, 2000, p. 142; JONES, 1976, p. 765).

---

<sup>1</sup> “In fact, this is a natural cost on which to focus since classical economists felt that finding a "double-coincidence of wants" was the most inconvenient aspect of direct barter and hence the principle reason why a general medium of exchange is desirable” (JONES, 1976, p. 761)

Menger (1892, p. 243) chama a atenção para o que denominou de teoria da vendabilidade da mercadoria (*theory of the saleableness of goods*). Cada mercadoria teria certo grau de vendabilidade, relacionado com a facilidade com que ela poderia ser trocada no mercado<sup>2</sup>. As mercadorias que passaram a ser intermediárias nos processos de troca eram as com maior grau de vendabilidade.

Com a disseminação das trocas indiretas os bens intermediários têm sua procura ainda mais fortalecida num processo auto-expansível. Isto cria uma tendência reduzir o número de bens intermediários de forma a restar apenas uns poucos no mercado.

A evolução do uso algumas poucas mercadorias como intermediárias para a utilização de metais preciosos nesta função é vista como resultado da própria natureza dos últimos. Seu grau de vendabilidade é muito superior ao das demais mercadorias, ao mesmo tempo em que são transportáveis, divisíveis e duráveis, tornando-as as mercadorias *naturalmente* mais apropriadas para a função de meio de troca (MENGER, 1892, p. 252).

A despeito das vantagens do uso ouro<sup>3</sup> como meio de troca, sua utilização acarreta novas dificuldades. Os indivíduos necessitam sempre que forem efetuar uma transação conferir o peso e o grau de pureza do ouro já que as trocas são feitas em espécie, a partir do uso de barras ou lingotes. A forma de contornar esta dificuldade está na origem da cunhagem de moedas (GLASNER, 1989, p. 7).

Neste ponto da análise há uma diferença entre os autores do fim do século XIX e início do século XX, com os autores mais recentes das últimas décadas. Menger afirmava é na cunhagem que o Estado cumpre uma função essencial para o desenvolvimento da moeda. Lhe caberia regular a emissão das moedas, principalmente garantir o peso e pureza das moedas e evitar a falsificação<sup>4</sup>.

Já para Dowd (2000, p. 144) a emissão de moedas ainda seria um empreendimento privado. Os comerciantes passaram a colocar suas marcas nos lingotes e barras de ouro, com o intuito de evitar uma nova checagem quando estes fossem utilizados novamente em futuras

---

<sup>2</sup> “In addition to these intrinsic properties, Menger (1892) also emphasized what he called “saleability,” or what we call acceptability. We define the acceptability of an object here to be the probability that it is accepted in exchange by other agents at a given price. When an object is more readily acceptable to other people in the economy, it is more likely that each individual will desire it and accept it as a medium of exchange” (KIYOTAKI;WRIGHT, 1992, p. 2)

<sup>3</sup> Para simplificar o ouro será utilizado como exemplo de metais preciosos.

<sup>4</sup> “Also, when the genuineness of metallic money could be ascertained only by a difficult process of assaying, for which the ordinary person had neither the skill nor the equipment, a strong case could be made for guaranteeing the fineness of the coins by the stamp of some generally recognized authority which, outside the great commercial centers, could be only the government” (HAYEK, 1990, p. 27).

transações<sup>5</sup>. A cunhagem criaria uma demanda pela autenticação de todo o ouro que circulasse como meio de troca na sociedade. Este serviço será oferecido por comerciantes-ourives, que passaram a transformar ouro em moeda, exigindo como contrapartida uma pequena taxa pelo serviço.

Como a demanda por seus serviços dependerá diretamente de sua reputação, estes ourives buscarão evitar falsificações e também manipulações sobre o peso e o grau de pureza da moeda. Os que não mantivessem altos padrões de qualidade acabariam por perder a confiança dos indivíduos sendo expulsos do mercado (DOWD, 2000, p. 145).

A disseminação do uso da moeda como meio de troca responde as necessidades de se evitar a checagem do ouro em espécie, mas por outro lado gera outras dificuldades. Seu uso acarreta novos custos relacionados a proteção e segurança, armazenagem e transporte.

Ocasionalmente os próprios mercadores e ourives assumiram a responsabilidade por armazenar certas quantidades de moedas de ouro, cobrando uma taxa pelo serviço. O indivíduo ao depositar certa quantidade de ouro recebia uma guia de depósito que servia como garantia para quando o ouro fosse ser resgatado.

Na medida em que mais indivíduos se utilizavam destes depósitos, eles perceberam que lhes era mais prático e seguro efetuar suas transações não mais a partir do resgate de suas moedas de ouro, mas sim as efetuando apenas com o uso de suas guias de depósito. As guias de depósito passaram então a circular como meio de troca no lugar do ouro. Esta prática deu origem as notas bancárias e seus emissores – comerciantes e ourives – transformaram-se em banqueiros.

Estes bancos ainda estavam num estágio mais primitivo, no qual sua função original era a de salvaguardar os estoques de ouro de seus clientes. Mas com utilização das guias de depósito como meio de troca, estes ourives-banqueiros perceberam que a grande maioria das transações se baseavam no cancelamento das guias umas com as outras, de tal maneira que as retiradas líquidas eram pequenas em relação ao total de transações.

Logo, viram que era seguro emprestar parte do ouro que guardavam cobrando uma taxa de juros pelo seu empréstimo, sem correr riscos de ficarem sem ouro para possíveis resgates. Os ourives-banqueiros mantinham apenas uma quantidade que fosse suficiente para garantir possíveis futuras retiradas líquidas.

---

<sup>5</sup> “After assaying and weighing them, some merchants would affix markings indicating their weight and fineness. A merchant, seeing his own mark, or that of another merchant he knew, on a piece of copper or silver offered in exchange, avoided the cost of weighing and assaying pieces with no recognizable marking” (GLASNER, 1989, p. 7).

Apesar da taxa de reservas agora não ser de 100%, os bancos deveriam ser capazes de garantir qualquer resgate que lhes fosse exigido ao custo de perderem a confiança dos indivíduos em suas notas e perderem mercado para outros bancos<sup>6</sup>. Eles deveriam manter sempre a conversibilidade de suas notas em ouro.

Neste sistema embora o ouro não circule, ele funciona como um lastro para as notas que circulam como meio de troca. É a garantia do resgate da nota em ouro que permite que estas notas bancárias sirvam para compensar as transações. Mas também este papel do ouro se tornará obsoleto.

O ouro ainda possui um custo elevado de armazenamento e proteção. Os bancos logo passaram a oferecer uma alternativa aos indivíduos: os ativos financeiros. Estes além de possuírem um baixo custo de manutenção ainda rendiam juros e acabaram por substituir completamente o ouro como ativo de garantia para as notas bancárias em circulação (DOWD, 2000, p. 148).

O sistema monetário então evoluiu a partir de um início baseado no escambo, que foi superado pelo uso de uma mercadoria como intermediária nas trocas. A mercadoria que mais se adequava a esta função de meio de trocas foram os metais preciosos, particularmente o ouro e a prata. Primeiramente estes metais eram utilizados em espécie – barras e/ou lingotes de ouro – e depois eles passaram a ser cunhados em moedas como forma de identificação de seu peso e pureza.

Na medida em que os indivíduos se utilizavam de ourives e mercadores para salvaguardar seus estoques de ouro, as guias de depósito passaram a circular como meio de troca, e o ouro permaneceu como lastro destas notas. Até este momento tratava-se de um sistema cuja garantia estava fundamentada numa base metálica.

Desta forma, embora não se usasse mais o escambo e as trocas indiretas o sistema monetário não havia alterado sua natureza. A moeda era uma mercadoria cuja função era facilitar as trocas de mercado.

“It also means that, although we usually assume there is a sharp line of distinction between what is money and what is not - and the law generally tries to make such a distinction - so far as the causal effects of monetary events are concerned, there is no such clear difference. What we find is rather a continuum in which objects of various degrees of liquidity, or with values which can fluctuate

---

<sup>6</sup> “While bank currency is increasingly used as a medium of exchange, competition still forces the banks to keep their currency—their notes and deposits—convertible into gold”(DOWD, 2000, p. 145)

independently of each other, shade into each other in the degree to which they function as money” (HAYEK, 1990, p. 56).

Com a substituição do ouro por ativos financeiros como garantia dos depósitos, chegamos ao moderno sistema monetário cujo meio circulante é completamente fiduciário, ou seja, as notas em circulação não derivam sua função de meio de troca do valor de alguma mercadoria.

### **1.1.2 Dimensão Geográfica da Moeda**

A busca por uma análise dos sistemas monetários nacionais a partir da moeda como meio de troca coloca em dúvida a prerrogativa ou soberania dos Estados-Nação e seu monopólio de emissão da moeda em seu território.

A teoria da moeda-mercadoria carrega implicitamente uma visão da economia como sendo um mercado onde agentes econômicos efetuam trocas entre si de maneira a obterem máxima satisfação. A liberdade de ação dos agentes para efetuarem suas transações garante a eficiência na alocação de recursos tidos como escassos. A dinâmica da economia é gerada a partir do mercado. Logo, é o tamanho deste mercado o elemento que serve de parâmetro para se analisar a dimensão espacial da moeda. A geografia da moeda está intrinsecamente relacionada ao tamanho dos mercados

#### **1.1.2.1 Desnacionalização das Moedas**

Não há nenhum elemento que vincule o mercado aos limites políticos dos Estados-Nação. Para Hayek (1990, p. 114) “[I]t was rather absurd to treat the often accidental agglomeration of different regions under the same government as a distinct economic area”.

A geografia econômica dos mercados não estaria vinculada de forma alguma a geografia política dos Estados. Esta análise pode ser estendida a moeda. Se a natureza do dinheiro está relacionada umbilicalmente as trocas de mercado, também estará sua dimensão espacial. É o mercado o parâmetro delimitador de sua esfera de circulação.

Segundo Hayek, é devido ao papel de fiscalizador do peso e do grau de pureza dos metais preciosos cunhados que se teria criado o mito de que o valor da moeda estaria relacionado a sanção do Estado. Na medida em que os Estados compreenderam as vantagens da emissão – ganhos de senhoriagem – eles trabalharam para garantir uma situação

monopólica na forma de uma soberania monetária. Os objetivos relacionados as finanças públicas comprometiam a regulação das emissões monetárias. Logo “[i]f we are to preserve a functioning market economy (and with it individual freedom), *nothing can be more urgent than that we dissolve the unholy marriage between monetary and fiscal policy*” (HAYEK, 1990, p. 117).

Por este motivo Hayek defende a desnacionalização das moedas. Trata-se de desvincular o sistema monetário internacional do controle dos Estados sobre a emissão de moedas. Para ele, haveria uma solução econômica ótima, mas politicamente infactível e, por outro lado, uma solução politicamente factível, mas economicamente inferior.

A primeira seria restaurar o caráter privado da moeda delegando sua emissão a iniciativa privada. A permissão para que vários agentes privados emitissem moeda ofereceria uma ampla gama de opções e a concorrência originada evitaria a desvalorização da moeda – já que o emissor que permitisse uma desvalorização de sua moeda teria uma perda de mercado para outras moedas. No entanto, apesar de ser a melhor opção em termos econômicos Hayek reconhecia a impossibilidade de sua adoção num horizonte próximo<sup>7</sup>.

Dada a impossibilidade prática da abolição imediata do papel do Estado na questão monetária, Hayek busca restringir o monopólio estatal através da imposição de uma concorrência monetária. Semelhante ao livre comércio de mercadorias, uma livre circulação de moedas seria responsável pela restrição do monopólio do Estado impondo uma disciplina a partir dos mercados<sup>8</sup>.

“I now plead for completely free markets for all kinds of currency, namely that it was required to impose a very necessary discipline or restraint on the agencies issuing money. Neither I, nor apparently anybody else, then thought of the much more effective discipline that would operate if the providers of money were deprived of the power of shielding the money they issued against the rivalry of *competing currencies*” (HAYEK, 1990, p. 109).

Ambas as propostas possuem implicações sobre a forma como a moeda se organiza espacialmente. O modelo ideal ignoraria as fronteiras políticas e os espaços monetários não mais seriam nacionais, os agentes regulariam a emissão de moeda formando um sistema monetário mundial de caráter privado.

---

<sup>7</sup> “The questions this reform raises are at present much more theoretical than the practical proposal because the more far reaching suggestion is clearly not only much too strange and alien to the general public to be considered for present application” (Hayek, 1990, p. 26).

<sup>8</sup> Esta visão também é compartilhada por Benjamin Cohen (1998)

A desnacionalização das moedas e a concorrência monetária também comprometeriam espaços monetários nacionais, mas a partir da criação de extensas áreas de circulação de moedas em detrimento de outras. Com isso, o número de moedas seria bem inferior ao número de Estados-Nação. Os Estados emissores restantes estariam a mercê da disciplina dos mercados quando a concorrência entre as moedas restantes formariam “moedas quase-privadas”. Nestas condições, a geografia monetária e a organização nacional dos espaços monetários seriam moldadas pelo mercado.

A visão de que as moedas são compartimentalizadas politicamente dentro de Estados-Nações em detrimento a uma organização “natural” a partir dos mercados - economicamente mais eficiente – também é compartilhada pela Teoria das Áreas Ótimas (AMO)<sup>9</sup>.

### **1.1.2.2 Teoria das Áreas Monetárias Ótimas**

Escrevendo ainda no contexto dos acordos de Bretton Woods, Robert Mundell (1961) analisava a ocorrência de crises no Balanço de Pagamentos e julgava que elas continuariam a ocorrer enquanto a co-existência de um regime de taxas de câmbio fixo com rigidez de preços e salários servisse de obstáculo para o mecanismo clássico de ajuste externo prevalecente nos modelos teóricos sobre o padrão ouro.

Com a discussão sobre a possibilidade de adoção do câmbio flutuante, veio a tona a questão do espaço monetário. A partir da visão da moeda como meio de troca, Mundell afirmava que o uso da unidade monetária deveria estar relacionado com o mercado regional e não com limites políticos impostos pelos Estados-Nação.

Desta forma, numa área monetária ótima a esfera de circulação da moeda se restringiria apenas ao tamanho do mercado. Este seria determinado pela mobilidade dos fatores de produção. Uma região formaria um mercado e, por conseguinte, uma área monetária ótima, quando possuísse uma elevada mobilidade interna de fatores de produção – capital e trabalho – e, concomitantemente, uma baixa mobilidade externa destes fatores<sup>10</sup>.

Assim, se duas regiões fossem compatíveis economicamente – grau elevado de mobilidade dos fatores de produção – o uso de duas unidades monetárias acarretaria em custos de transação elevados prejudicando o comércio regional. Da mesma forma que regiões

---

<sup>9</sup> “The optimal currency area theory [...] is a natural extension of the M team theory [teoria ortodoxa] into the spatial, geographic domain. If the origin of money is to be seen in terms of private sector market evolution [...] then the evolution of a number of separate currencies in differing geographical areas should, analogously, be analysed in terms of private sector market evolution” (GOODHART, 1998, p. 409).

<sup>10</sup> “[T]he optimum currency area is the region - defined in terms of internal factor mobility and external factor immobility” (MUNDELL, 1961, p. 661).

economicamente incompatíveis – baixo grau de mobilidade dos fatores de produção – não deveriam estar sob o mesmo padrão monetário<sup>11</sup>.

Inicialmente se para Mundell a criação de uma AMO era uma necessidade para um melhor funcionamento do sistema monetário internacional sob regime de câmbio flexível, hoje sua criação é tratada como um dilema que gravita principalmente sobre a obtenção de ganhos microeconômicos – principalmente uma diminuição dos custos de transação – e de perdas macroeconômicas – restrições as políticas econômicas de ajuste externo.

O mais importante, para os objetivos deste trabalho, é a existência de uma relação direta entre a teoria das Áreas Monetárias Ótimas com a teoria ortodoxa da moeda. A primeira se baseia na segunda para enxergar na moeda ‘uma conveniência’, um elemento facilitador das trocas. Desta forma, se existem regiões divididas por limites políticos, mas que são suficientemente integradas economicamente, a existência de mais de uma moeda apenas cria dificuldades desnecessárias as trocas nestes mercados. A organização espacial das moedas determinada pela Teoria das Áreas Monetárias Ótimas seria formada com base no tamanho dos mercados<sup>12</sup>.

A organização espacial derivada da AMO redesenharia a geografia monetária a partir dos mercados diluindo as fronteiras políticas que circundam os espaços monetários nacionais vigentes. O número de moedas também passa a ser determinado pela extensão dos mercados.

“[T]here is no reason for the number of currency units under laissez-faire to reflect the number of nation states, as is (just about) the case under the current system. Under laissez-faire, there is no link between a currency unit and a nation state, and therefore no reason for currency areas to match national territories. Indeed, since there are considerable benefits when people use the same currency unit (such as lower accounting costs and zero currency-exchange costs), we might expect the laissez-faire currency areas to be larger on average than present currency areas, and better aligned to economic fundamentals such as trading patterns. (DOWD, 2000, p. 152)

---

<sup>11</sup> “If the world can be divided into regions within each of which there is factor mobility and between which there is factor immobility, then each of these regions should have a separate currency which fluctuates relative to all other currencies” (MUNDELL, 1961, p.663).

<sup>12</sup> Mundell oferece um exemplo a partir de uma comparação entre o Canadá e Estados Unidos. A região leste dos Estados Unidos teria uma afinidade econômica – baseada na mobilidade dos fatores de produção – maior com a porção leste do Canadá do que com a parte oeste dos Estados Unidos. Da mesma forma, ele acredita que o oeste dos Estados Unidos seja mais compatível economicamente com o oeste do Canadá. O problema seria que a divisão política estaria se sobrepujando a divisão econômica na determinação da esfera de circulação das moedas, resultando em maiores custos de transação. A solução seria a criação de duas áreas monetárias: uma constituída pela porção oeste dos Estados Unidos e Canadá – onde circularia um dólar oriental – e outra pela porção leste dos dois países – onde circularia um dólar ocidental (MUNDELL, 1961, p. 659).

Na abordagem ortodoxa da moeda sua organização espacial estaria subjugada politicamente pelo Estado em detrimento de uma organização mais ‘natural’ baseada nos fenômenos reais das trocas de mercadorias e serviços que constituem os mercados. Mas existem outras formas de se analisar os espaços monetários nacionais a partir da abordagem da moeda como um meio de troca que reduz custos de transação que compreendem de forma distinta a relação entre Estado e moeda. Trata-se da teoria das Moedas Territoriais.

### **1.1.2.3 Teoria das Moedas Territoriais**

O conceito de moedas territoriais é utilizado para designar espaços monetários nos quais é permitida a circulação de apenas uma moeda<sup>13</sup>. Estes espaços monetários são limitados pelas fronteiras políticas dos Estados-Nação<sup>14</sup>. Historicamente as moedas territoriais seriam uma instituição recente originária do séc. XIX e, em alguns países, do séc. XX. Os espaços monetários vigentes antes da reformas monetárias do séc. XIX não eram vistos como elementos componentes de soberania de forma que não se relacionavam com as fronteiras políticas.<sup>15</sup>

Em primeiro lugar, estes espaços eram marcados pela livre circulação de moedas estrangeiras através das fronteiras políticas – o que para Helleiner tratava-se de uma conseqüência natural do uso de moedas mercadorias<sup>16</sup>. Em segundo lugar, as moedas de baixo valor não eram integradas eficientemente ao sistema monetário oficial – tratavam-se de moedas fiduciárias. Por fim, mesmo as moedas de maior valor não eram padronizadas possuindo cada uma diferentes conteúdos metálicos. (HELLEINER, 2003, pp. 21-33).

Nesta situação a moeda não possuía um vínculo estreito com os territórios políticos sob jurisdição dos Estados que as emitiam. Tudo isto contribuía para que, até o séc. XIX, os espaços monetários fossem heterogêneos e as moedas desterritorializadas (COHEN, 1998, p. 28).

---

<sup>13</sup> “it was seen to be quiet natural for each country to maintain its own territorially exclusive and homogeneous currency” (HELLEINER, 2003, p.1)

<sup>14</sup> “currency spaces came to be visualized in terms of the separate sovereign territories where each money originated” (COHEN, 1998, p. 4).

<sup>15</sup> “the sovereign right of coinage was hardly ever interpreted in exclusively territorial terms” (COHEN, 1998, p. 28)

<sup>16</sup> “One of the key reasons foreign currency circulated so widely in domestic monetary systems before the nineteenth century was the pervasive nature of “commodity money”. Because its face value derived simply from its commodity value, this kind of money was inherently quite cosmopolitan.” (HELLEINER, 2003, p. 22)

As reformas monetárias promovidas no séc. XIX irão homogeneizar os espaços monetários dando origem a um sistema monetário baseado em moedas territoriais. Dois processos foram fundamentais para tornar estas reformas possíveis: a maior centralização do poder nas mãos dos Estados-Nação e a aplicação da tecnologia da revolução industrial na produção do dinheiro.

A centralização do poder político nas mãos do Estado permitiu que este adotasse pela primeira vez políticas que possuíam um carácter que abrangesse todo seu território. Na busca pela construção da nação como uma comunidade política e economicamente unificada liderada por uma autoridade central forte, os governos nacionais buscaram eliminar todas as ameaças ao seu poder – fossem elas potencias estrangeiras ou grupos rivais domésticos (COHEN, 1998, p. 33).

No que tange as questões econômicas tratava-se que formar um mercado nacional unificado e um sistema monetário nacional homogêneo. Para Cohen, este controle sobre o espaço monetário deveu-se a (i) promoção de uma moeda nacional e (ii) a restrição da circulação em território nacional das moedas estrangeiras.

A consolidação de uma ordem monetária doméstica foi iniciada com a padronização não apenas das moedas emitidas pelo Estado como também das notas bancárias. Além disso, estabilizou-se os preços relativos entre as várias formas de moeda e estas foram lastreadas em um padrão metálico uniforme. (COHEN, 1998, p. 33).

O segundo ponto foi a restrição da circulação de moedas estrangeiras no espaço monetário nacional. A implementação de leis de curso forçado na compensação de dívidas privadas e no pagamento de dívidas com relação ao Estado terminou por abolir o uso de moedas emitidas fora do território nacional<sup>17</sup>.

Helleiner destaca ainda a importância da questão tecnológica. Para o autor, a aplicação dos novos métodos oriundos da revolução industrial na produção de moedas permitiu que pela primeira vez o Estado fosse capaz de produzir moedas padronizadas não apenas de alto como também de baixo valor nominal (HELLEINER, 2003, pp. 46-49). Outra questão importante foi a emissão de papel-moeda e notas bancárias mais modernas, que dificultavam a falsificação e tornaram o uso destas formas de moeda mais seguros e mais disseminados (HELLEINER, 2003, pp. 57-59).

---

<sup>17</sup> “The development of powerful nationwide policing structures for the first time in the nineteenth century enabled the state to enforce legal tender laws in a comprehensive fashion. These laws could be used to force people to use whatever money the state declare to be valid. (HELLEINER, 2003, p. 43)

Quanto aos motivos que estimularam os Estados a adotarem as reformas que deram origem as moedas territoriais ambos os autores destacam elementos comuns, embora sua importância seja vista por eles de forma distinta.

Helleiner relaciona a formação dos mercados nacionais com a criação das moedas territoriais<sup>18</sup> e, por conseguinte, acredita que a redução dos custos de transação na economia seria o motivo principal para as reformas<sup>19</sup>. A ausência de uma moeda nacional causava muitas perdas para os agentes econômicos, envolvidos em transações que envolvessem mais de um mercado regional e que utilizavam mais de uma moeda (HELLEINER, 2003, p. 63).

A despeito de reconhecer o papel que a moeda possui em reduzir custos de transação<sup>20</sup>, Cohen acredita que um dos fatores que mais estimulou os Estados a adotar as reformas foi o simbolismo político que a moeda carrega consigo. Segundo o autor “a territorial currency promotes a sense of collectivity useful to rulers who may be wary of internal division or dissent. It is easier to centralize political authority insofar as citizens all feel themselves bound together as members of a single social unit” (COHEN, 1998, p.35). Assim, em pouco tempo a questão da moeda nacional tornou-se inseparável da idéia de soberania estatal<sup>21</sup>.

Outro aspecto importante realçado por ambos foi o maior controle sobre o sistema monetário adquirido pelos Estados de forma a garantir uma influência maior na economia através da administração da oferta de moeda. Para COHEN (1998, p. 42) “[o]nce governments seized control of currency supply within their own territory, they gained the capacity [...] to influence and perhaps even manage the pace of market activity”.

As necessidades fiscais dos Estados também são vistas como importantes para as reformas. O monopólio da emissão de moeda em seu território permitiria ao Estado uma fonte de receitas muito grande para ser ignorada através da *seigniorage*<sup>22</sup>. Enquanto para Cohen este fator é muito importante, Helleiner irá relativizá-lo<sup>23</sup>, preferindo enfatizar o que chama de custos de transação fiscais.

---

<sup>18</sup> “The construction of territorial currencies was indeed often closely tied to the goal of building spatially unified national markets.” (HELLEINER, 2003, p. 62)

<sup>19</sup> “Territorial currencies were often seen as a tool to reduce “transactions costs” in a age when markets were expanding rapidly” (HELLEINER, 2003, p. 61).

<sup>20</sup> “Central to economic analysis of money is the issue of transactions costs” (COHEN, 1998, p. 13)

<sup>21</sup> Helleiner também se preocupou com a relação da moeda e soberania embora lhe tenha dado um pouco menos importância : “territorial currencies were used to strength a ‘top-down’ nation building project in which state officials sought to cultivated a set of common nationalist beliefs and culture” (HELLEINER, 2003, p. 100).

<sup>22</sup> “*seigniorage* is an alternative source of revenue for the state, beyond what government can raise through taxation or borrowing from financial markets” (COHEN, 1998, p. 39).

<sup>23</sup> “A number of scholars have argued that territorial currencies era created primarily to satisfy the growing needs of state.I think that the importance of this motivation is sometimes over-stated” (HELLEINER, 2003, p. 80).

A monetização da economia e adoção das moedas territoriais faziam também parte de um objetivo das autoridades públicas em adotar sistema tributário mais eficiente. Para Helleiner (2003, p. 96) “this centralized fiscal machinery to operate smoothly, the transaction costs associated with extracting and deploying resources for the state in a heterogeneous national monetary system needed to be minimized”.

Por fim, Cohen ainda enxerga como um aspecto da construção da soberania estatal a questão do insulamento monetário. É fundamental que um Estado dependa apenas de si mesmo no que tange as questões de moeda. Para ele “Currency territoriality draws a clear economic boundary between the state and the rest of the world. Such boundaries enhance political authority: government is insulated from outside influence (COHEN, 1998, p. 44).

A organização espacial da moeda a partir da abordagem das Moedas Territoriais a princípio reconcilia a abordagem ortodoxa com a geografia monetária vigente. No entanto, prevalece o caráter privado da moeda de forma que a participação do Estado seria ainda vista como uma violência política sobre um fenômeno econômico. Por isso que para Cohen o conceito de ‘one nation – one money’ não passa de um mito<sup>24</sup>.

A partir da visão da moeda como uma mercadoria especial cuja função primeira é servir de facilitadora das trocas de mercado – reduzir os custos de transação – originaram-se uma série de hipóteses sobre sua relação com os Estados-Nação. Esta relação é tratada como uma colisão entre um fenômeno essencialmente econômico – a moeda – e um ente eminentemente político – Estado. O resultado desta colisão é a interferência política num processo *naturalmente* econômico.

## 1.2 Crítica a Visão Ortodoxa da Moeda

Na análise ortodoxa a moeda se origina de seu papel de facilitador das trocas de mercado. Através de um processo evolutivo ela sofre uma série de transformações cuja finalidade sempre foi a de reduzir os custos das transações de mercado. Porém, esta descrição encontra uma série de dificuldades tanto lógicas quanto históricas para que se possa tê-la como a teoria explicativa da natureza da moeda.

Primeiramente é preciso realçar as dificuldades de se construir uma teoria da moeda como fenômeno minimizador de custos de transação. De uma forma geral, a teoria tenta

---

<sup>24</sup> “[W]e must update our mental maps of money to close the widening gap between image and fact - between the conventional myth of One Nation/One Money and the reality of a deterritorialized galactic structure of currency” (COHEN, 1998, p. 168).

explicar a origem da moeda a partir de uma função posterior desempenhada pela mesma. Se não existem dúvidas sobre a maior eficiência econômica da troca monetária sobre o escambo, não é uma estratégia teoricamente segura utilizar esta maior eficácia como explicação para a origem da moeda.

Existem dificuldades lógicas que enfraquecem este tipo de raciocínio. Isto pode ser visto através do problema de circularidade lógica difícil de ser resolvido tendo em conta o uso de individualismo metodológico pela análise ortodoxa. O uso da moeda servirá para reduzir custos nas trocas dos indivíduos que a utilizarem apenas num contexto em que todos os indivíduos estejam fazendo o mesmo. Para que seja eficazmente vantajoso seu uso, a moeda deve já ser utilizada por todos os indivíduos, ou seja, o uso da moeda pressupõe a sua existência<sup>25</sup>.

A partir destas dificuldades mais gerais é possível analisar criticamente pontos mais específicos da construção teórica origem e evolução da moeda relacionada a sua função de meio de troca.

Em seu início a teoria ortodoxa aludiu a uma economia primitiva que funcionava a base de escambo. Além de não ter uma comprovação histórica de que tal sociedade possa ter existido<sup>26</sup>, trata-se de uma visão totalmente incompatível com uma economia de cunho capitalista. Nesta economia primitiva todas as trocas são efetuadas a partir de pagamentos á vista tal qual uma feira na qual os preços são formados a partir da oferta e demanda dos produtos no mercado. Não há nenhuma análise sobre a produção destas mercadorias ou considerações sobre gastos em investimento. Trata-se de uma economia sem dimensão espaço-temporal, onde custos produção, transporte, armazenagem etc., não são analisados. A ausência de considerações temporais elimina qualquer análise sobre contratos a prazo e dívidas, característicos de uma economia capitalista.

Em seguida, a evolução da moeda segue através da escolha dentre uma série de mercadorias utilizadas como intermediárias nas trocas, de apenas uma para que possa servir como meio de troca único. No entanto, nunca ficou claro como este processo pôde ter se

---

<sup>25</sup> “However, these approaches must presuppose what they set out to explain; that is to say, at the very best they can only demonstrate that it is economically rational for the individual to hold money once it is in existence and widely accepted.” (INGHAM, 2000, p. 20)

<sup>26</sup> “No example of a barter economy, pure and simple, has ever been described, let alone the emerge form it of money; all available ethnography suggest that there never has been such a thing” (HUMPHREY, p.48). Ver também Graeber (2011), capítulo 2.

originado a partir de trocas individuais. Mais do que explicado, ele foi simplesmente assumido<sup>27</sup>. Esta dificuldade pode ser vista a partir do seguinte exemplo:

“[T]he drawbacks of barter quickly become exposed with any increase in the number and variety of commodities being traded. [...] With a hundred commodities nearly 5,000 separate exchange rates (actually 4,950) would be necessary in a theoretical barter system, while nearly half a million (actually 499,500) would be required to support bilateral trading for 1,000 commodities” (DAVIES, 2002, p. 15).

Este exemplo ilustra a dificuldade de assumir que a moeda surge inicialmente como um meio de troca que eventualmente se torna uma unidade de conta. A presunção de que as trocas possam ocorrer sem a presença de uma unidade de conta que sirva para estabelecer os preços relativos entre as mercadorias acaba por ser bastante irreal. Ao contrário da abordagem ortodoxa é necessário que primeiro exista uma unidade de conta que defina o sistema de preços, para que depois as transações econômicas e os mercados possam surgir.

Uma outra contradição na visão evolucionária da moeda é o aparecimento dos metais preciosos como o meio de troca - analisada a partir de suas qualidades naturais. Sua aparição também estaria relacionada a busca dos agentes econômicos em reduzir custos de transação. Mas dificilmente este objetivo seria conseguido a partir do uso de metais preciosos.

“Apart from their lack of historical support [...] the main drawback of such models is that they fail to recognize the informational difficulties of using precious metals as money [...], the costs of identifying the quality of either unworked or fabricated precious metal for the ordinary person is high” (GOODHART, 1998, pp. 410-411).

Seguindo na linha evolucionária adotada, os metais preciosos são substituídos pelas moedas cunhadas como forma de evitar as inconveniências da pesagem e qualificação destes metais quando de seu uso em espécie. As moedas seriam utilizadas como meio de troca devido ao seu valor intrínseco garantido pelo metal em que eram constituídas. Este uso da moeda como padrão de valor a partir de seu valor intrínseco não pode ser comprovado historicamente.

As primeiras moedas (*Dokimas*) surgiram por volta de 580 e 560 A.C. na Lídia. Elas eram formadas por uma liga, chamada eletro, cuja composição de ouro e prata era bastante

---

<sup>27</sup> “For the sake of simplicity, we can assume that the process converges on one single good—gold—as the dominant intermediary commodity”. (DOWD, 2000, p. 142)

variável. Isto as impedia de possuir um valor intrínseco fixo. Dificilmente estas moedas poderiam se encaixar na versão ortodoxa das moedas padronizadas cujo peso e grau de pureza formavam um padrão metálico de valor<sup>28</sup>.

Durante muito tempo as moedas não possuíam nenhum valor impresso, o que elas carregavam era apenas uma marca que identificava seu emissor. Seu valor era declarado nominalmente pela autoridade soberana cuja região a moeda estivesse circulando no momento. Em sua grande maioria este valor nominal das moedas – seu poder de compra – era superior ao seu conteúdo metálico, aumentando o quebra-cabeça ortodoxo já que este último deveria determinar o primeiro.

Outro fator que contrasta com a versão ortodoxa é que estas moedas possuíam denominação tão elevada que elas não poderiam ter sido utilizadas para transações econômicas do dia-a-dia. As primeiras moedas constituídas por eletro possuíam um poder de compra equivalente ao de 10 ovelhas (WRAY, 2000, p. 45). Isto as torna um instrumento inviável para reduzir os custos das trocas cotidianas, motivo inicial de seu uso.

Por fim, a visão de que sua origem estaria ligada a redução de custos de transação devido ao uso de um instrumento mais eficiente como meio de troca também não é verificável historicamente. Quando do surgimento das primeiras moedas já existiam mecanismos mais convenientes com base no crédito – as talhas de madeira ou as tabuletas de argila da Babilônia - que cumpriam esta função há vários séculos (WRAY, 2000, p. 100)<sup>29</sup>.

A abordagem ortodoxa sobre os aspectos geográficos da moeda herda os principais problemas da análise sobre a natureza privada da moeda. A visão de que as moedas encontrar-se-iam ‘aprisionadas politicamente’ às fronteiras dos Estados-Nação devido ao monopólio estatal sobre a emissão monetária é o argumento central.

O equívoco implícito das visões apresentadas anteriormente é fundamentar a análise exclusivamente na moeda como uma mercadoria especial que cumpre a função de meio de troca na economia. Este é o ponto de partida para se analisar então o mercado como esfera privilegiada da circulação monetária em detrimento de sua ligação umbilical com o poder político. Quando este faz parte da equação, é no sentido de violar um fenômeno que

---

<sup>28</sup> “As to the electrum coins, which are the oldest coins known to us, their composition varies in the most extraordinary way. While some contain more than 60 per cent of gold, others known to be of the same origin contain more than 60 per cent of silver, and between these extremes, there is every degree of alloy, so that they could not possibly have a fixed intrinsic value” (INNES, 2004a, p. 17).

<sup>29</sup> A origem da moeda é vista por alguns autores como relacionada a pagamentos efetuados pelo Estado. Despesas oriundas de guerras cujos valores elevados criaram a necessidade de exigir uma forma de pagamento uniforme. (WRAY, 2000, p. 100). Outros enxergam no conflito político entre uma aristocracia que buscava preservar a hierarquia e uma *polis* em busca de soberania nas cidades gregas como a explicação do uso de metais preciosos na confecção das moedas. (INGHAM, 2004, pp. 90-92).

originalmente lhe é estranho e que por motivos diversos – principalmente aumento receitas – é violentado e têm sua natureza distorcida.

É neste sentido que Hayek defende a desnacionalização das moedas pregando algo semelhante a um livre mercado monetário, no qual o monopólio dos Estados sobre a emissão de moedas seria constrangido por um processo de competição interestatal. A circulação internacional de certas moedas – principalmente o dólar, mas também o euro e o yen – não engendraram o abandono pela grande parte dos países de sua soberania monetária no que diz respeito a determinar qual a unidade de conta utilizada em seu território para o cancelamento de dívidas estatais e privadas.

A visão de Hayek encontra eco na Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (AMO) onde o tratamento conferido ao papel da moeda em nada difere ao do autor austríaco. O parâmetro utilizado para conferir a circulação monetária uma dimensão ótima é o mercado. Se a crítica teórica a visão da moeda implícita já foi efetuada acima, não se pode deixar de enfatizar o quão diferente à geografia monetária existente se coloca os aspectos realçados pela teoria das AMO. É difícil encontrar exemplos que possam corroborá-la.

Para Goodhart (1998, p. 420) não é possível utilizá-la para compreender grandes países cujo território possui regiões economicamente distintas, mas que possuem a mesma moeda, como EUA, Austrália ou Brasil. Por outro lado, ele não enxerga nos países que abandonaram suas moedas nacionais e passaram a utilizar o dólar como moeda nacional – Panamá e Libéria<sup>30</sup> - alguma relação com os EUA nos parâmetros definidos pela AMO.

A visão parcial e equivocada sobre o Estado na questão monetária é uma característica do pensamento ortodoxo, mas que pode ser relativizada mantendo concomitantemente a visão da moeda como uma mercadoria utilizada para a redução dos custos de transação. A manutenção do foco no papel de meio de troca não impede que se aprecie mais abrangentemente as implicações do papel do Estado.

O conceito de moedas territoriais parece buscar uma explicação mais sofisticada das questões sobre moeda e estados que a visão ortodoxa tradicional. O reconhecimento de que o sistema monetário internacional foi uma construção efetuada a partir da esfera estatal e o monopólio do Estado na emissão monetária é um fenômeno mais complexo que simplesmente o resultado do apetite insaciável dos governos por recursos, torna a visão de seus autores principais – Helleiner e Cohen – muito mais próxima da realidade.

---

<sup>30</sup> O Equador também se encaixa no exemplo embora o autor não o mencione.

No entanto, a manutenção do foco da moeda como veículo facilitador das trocas de mercado acaba por impor limites teóricos semelhantes às visões ortodoxas mais comuns. A moeda continua sendo um fenômeno privado e que teria sido condicionada a partir do séc. XIX a circular entre as fronteiras políticas por uma série de fatores - simbolismo político refletindo ideologias nacionalistas do séc. XIX, insulamento monetário devido a conflitos interestatais ou crescimento dos mercados nacionais – que ignoram a relação mais íntima entre Estados e moedas.

O reconhecimento das necessidades fiscais dos estados para a formação dos espaços econômicos nacionais é tida como sobrevalorizada por Helleiner. Para Cohen sua importância esta intrinsecamente relacionada com a visão ortodoxa mais tradicional do governo buscando lucrar às custas do setor privado.

### **1.3 Estados e Moedas**

A versão ortodoxa sobre as origens e natureza da moeda enfatiza sua origem privada em que ela exerce um papel de auxiliar as trocas de mercado. Por conseguinte, sua dimensão espacial esta ligada ao tamanho do mercado. As críticas feitas a esta visão enfatizaram suas inconsistências teóricas e históricas, e sinalizam para uma origem diversa da moeda.

É possível analisar a natureza da moeda e a função que cumpre numa economia capitalista a partir de uma visão que privilegia sua relação intrínseca com o Estado. Se a visão ortodoxa analisa o papel da moeda como meio de troca cujo valor lhe é intrínseco, autores como Mitchell Innes (1913,1914) e Georg Friedrich Knaap (1905) – aos quais é possível adicionar também a contribuição de Keynes em seu Treatise on Money – entre outros, buscaram explicar de que forma as moedas são aceitas a partir de sua qualidade fiduciária, ou seja, independente do material que as constitui.

O fundamento básico destas análises é que o valor da moeda é determinado pelo poder de seu emissor, cujo papel na economia capitalista é cumprido pelo Estado. Ao exigir da população que vive em seus domínios o pagamento de taxas e impostos, é necessário que o Estado defina uma unidade de conta de forma a contabilizar estes pagamentos. Após determinar a unidade de conta na qual os tributos serão contabilizados, o Estado deverá definir o que aceitará como pagamento por estes. É esta aceitação por parte do Estado que garantirá ao objeto escolhido a qualidade de dinheiro.

A moeda então é vista, por um lado, como um mecanismo contábil utilizado para mensuração de dívidas ao mesmo tempo em que exerce a função de meio de pagamento. É

possível apreciar estas qualidades da moeda através de uma análise que realce as relações de crédito e débito implícitas nas transações econômicas.

Uma compra e venda de mercadorias não se limita a ser meramente uma troca de mercadorias por mercadorias - tendo o dinheiro o papel de facilitador das trocas – mas sim a troca de bens e serviços por um crédito. Ao comprar uma mercadoria ou encomendar um serviço, os indivíduos se comprometem a pagar por elas, ou seja, criam uma dívida com o vendedor ou com o indivíduo que executará o serviço. O resgate desta dívida não ocorre a partir do uso de outras mercadorias/serviços, mas sim através do uso do crédito<sup>31</sup>.

Na medida em que os indivíduos convivam numa mesma comunidade eles irão se relacionar uns com os outros, formando uma cadeia de pagamentos mútuos e obrigações em comum que termina por envolver todos os indivíduos, onde são todos ao mesmo tempo credores e devedores. A moeda é o instrumento que contabiliza todos os créditos e débitos criados.

Paralelamente, algumas destas promessas de pagamento passam a ser utilizadas como uma forma de cancelar as dívidas e a moeda passa exercer também a função de meios de pagamento.

“A having bought goods from B to the value of \$100, is B’s debtor for that amount. A can rid himself of his obligation to B by selling to C goods of an equivalent value and taking from him in payment an acknowledgment of debt which he (C, that is to say) has received from B. By presenting this acknowledgment to B, A can compel him to cancel the debt due to him. A has used the credit which he has procured to release himself from his debt.” (INNES, 2004a, p. 32).

As dívidas emitidas pelos indivíduos cuja solvência é reconhecida podem acabar sendo aceitas como cancelamento de débitos por outros indivíduos, de forma que elas podem circular como meios de pagamento nesta comunidade. Sua aceitação generalizada advém da credibilidade de quem emite a dívida, ou seja, do reconhecimento da condição de solvência do emissor.

O lugar privilegiado ocupado pelo Estado no espaço monetário advém do elevado grau solvência de sua dívida pública garantido por seu poder de tributação. Desta forma, as

---

<sup>31</sup> “What A owes to B is A’s debt to B and B’s credit on A. A is B’s debtor and B is A’s creditor. The words ‘credit’ and ‘debt’ express a legal relationship between two parties, and they express the same legal relationship seen from two opposite sides” (INNES, 2004a, p. 16)

promessas de dívida do Estado são as mais aceitas devido a confiança na capacidade do Estado em garantir o pagamento de suas dívidas.

No que o recebimento como pagamento de impostos em seus guichês legitimar a aceitação do objeto-dinheiro como meio de pagamento, o Estado terá a capacidade de escolher o que desejar. Ele é capaz de monetizar qualquer objeto independente do material que lhe constitui<sup>32</sup>. É o que Knapp chama de “validity by proclamation” (1924, p. 30): “it is not the issue, but the acceptance, as we call it, which is decisive. State acceptance delimits the monetary system.” (KNAAP, 1924, p. 95).

Desta forma, não há um vínculo inerentemente estável as funções de unidade de conta e de meio de pagamento. Existe certa autonomia entre estas funções, historicamente verificável.

“[T]he money of account is the *description* or *title* and the money is the *thing* which answers to the description. Now, if the same thing always answered to the same description, the distinction would have no practical interest. But if the thing can change, whilst the description remains the same, then the distinction can be highly significant” [Grifos Originais] (KEYNES, 1930, p. 3)

É por este motivo que a unidade de conta pode permanecer a mesma enquanto os meios de pagamento se alteram. Eventualmente o Estado opta por alterar o que aceita como meio de pagamento de seus tributos – possui o direito de ‘re-escrever o dicionário’. As dívidas públicas e privadas estariam denominadas na unidade de conta escolhida pelo Estado e não atadas ao material do objeto-dinheiro escolhido. Sua composição não possui qualquer influência sobre a capacidade do objeto-dinheiro saldar dívidas.

No caso de uma dívida ter sido contraída em moedas de cobre e o Estado resolva adotar moedas de prata como meio de pagamento, a dívida permanece inalterada e não necessita ser saldada em moedas de cobre. Não é o cobre que garante o valor da dívida, é o seu valor nominal mensurado pela unidade de conta.

Desta forma, o Estado estabelece a taxa de câmbio entre as duas – sem necessariamente manter uma relação com o preço de mercado dos dois metais em questão – e a dívida mantêm seu valor nominal agora avaliado em moedas de prata. O Estado trata as

---

<sup>32</sup> “The state, therefore, comes in first of all as the authority of law which enforces the payment of the thing which corresponds to the name or description in the contract. But it comes in doubly when, in addition, it claims the right to determine and declare *what thing* corresponds to the name, and vary its declaration for time to time – when, that is to say, it claims the right to re-edit the dictionary” (KEYNES, 1930, p. 4)

dívidas antigas como se a unidade de valor fosse somente um nome cujo uso o montante relativo de dívida era indicado. (KNAPP, 1924, pp.13-14).

Ou seja, assim como não se pode confundir a unidade de medida – o peso em quilos, por exemplo – com o que está sendo pesado – ferro -, não se pode confundir o valor da unidade de conta – definido pelo Estado – com o material do qual o dinheiro é feito. Mesmo em sistemas monetários lastreados em ouro, a moeda não deriva seu valor do ouro como mercadoria, mas da aceitação das moedas cunhadas em ouro como pagamento de impostos. Apesar de seu valor de uso como mercadoria, o que garante valor ao ouro é a possibilidade de trocá-lo por dinheiro e não o contrário.

A visão da moeda como uma unidade de conta que posteriormente funciona como meio de pagamento ressalta a importância do papel do Estado na configuração dos sistemas monetários capitalistas. O nexo tributos-moeda, criado a partir do momento em que o Estado determina o que aceita como pagamento de impostos, demonstra uma relação muito íntima entre a natureza da moeda e a esfera estatal.

Esta relação carregada pela moeda – ofuscada pela abordagem ortodoxa – permite como poucas ilustrar a interseção existente entre economia e política. O tributo é um ato de força executado por uma autoridade central a partir da conquista por esta do monopólio da violência em seu território. Sem embargo, a centralização do poder e seu exercício coercitivo devem preceder a imposição de tributos e, por conseguinte, a criação da moeda<sup>33</sup>.

O poder de exigir que certos indivíduos se tornem devedores do Estado permite que este adquira os recursos necessários para garantir o pagamento de suas promessas de dívida. A demanda por estas não se resume apenas a sua solvência, mas também as exigências de que o Estado aceitará como pagamento de tributos apenas suas próprias promessas de pagamento.

A discussão sobre a relação entre o Estado e sua moeda tem sempre seu nexo tributos-moeda obscurecido em prol das chamadas leis de curso forçado, vistas como a forma pela qual o Estado garante seu poder sobre a moeda - carregando implicitamente a visão de que se trata de uma interferência política sobre um processo de natureza privada. Mas como vimos é o mecanismo da tributação a fonte deste poder.

“The modern state can make anything it chooses generally acceptable as money and thus establish its value quite apart from any connection, even of the most formal kind, with gold or with backing of any kind. It is true that a simple declaration that such and such is money will not do, even if backed by the most convincing constitutional evidence of the state's absolute sovereignty. But if the state is willing to accept the proposed

---

<sup>33</sup> “O tributo, em qualquer uma de suas formas, foi sempre um ato de força fundamental para a reprodução do poder do soberano sobre um certo território e sua população” (FIORI, 2009, p. 135)

money in payment of taxes and other obligations to itself the trick is done. Everyone who has obligations to the state will be willing to accept the pieces of paper with which he can settle the obligations, and all other people will be willing to accept these pieces of paper because they know that the taxpayers, etc., will accept them in turn (LERNER, 1947, p. 313).

Historicamente, quando estas leis passaram a ser aplicadas, em sua maioria a partir da segunda metade do séc. XIX e começo do séc. XX, o Estado já havia definido a unidade de conta e o que aceitaria como pagamento de impostos. Caso fosse o contrário e o Estado passasse leis de curso forçado sem a contrapartida da aceitação como pagamento de impostos seria muito difícil crer que esta moeda obtivesse aceitação generalizada. Não se trata de ignorar completamente que as leis de curso forçado tenham alguma função. Porém, não é possível enxergar o poder do Estado sobre a moeda a partir delas.

A despeito da centralidade do Estado na teoria cartalista ele não possui controle absoluto sobre seu espaço monetário. Os bancos e demais instituições do sistema financeiro são capazes de criar instrumento de crédito privados, em que alguns exercem também o papel de meio de pagamento na economia. No entanto, esta transformação de dívidas privadas em moeda é possível devido a sua aceitação pelo Estado.

Como vimos anteriormente, a circulação de uma promessa de dívida esta limitada pela sua aceitação na comunidade de pagamentos que, por sua vez, se relacionada com a solvência de seu emissor. Qualquer agente econômico é capaz de emitir dívidas, o problema está em encontrar quem as aceite como meio de pagamento. A troca de títulos da dívida pública pelas dívidas emitidas pelos bancos, que resulta na aceitação da notas bancárias como pagamento de impostos, é que permitirá a circulação irrestrita destas promessas de dívida privada pelo espaço monetário delimitado pela unidade de conta estabelecida pelo Estado.

Existe uma convivência entre instrumentos de crédito públicos e privados que constituem os meios de pagamento de um mesmo espaço monetário. Porém, embora sejam capazes de monetizar parte de suas dívidas, o sistema financeiro não é capaz de criar sua própria unidade de conta, prerrogativa exclusiva do Estado. Os instrumentos privados de crédito são contabilizados na unidade de conta determinada pelo Estado.

Forma-se então um sistema monetário cujo conjunto de meios de pagamentos é formado por uma série de instrumentos de crédito público e privados hierarquicamente divididos de acordo com a solvência do emissor da promessa de pagamento. No sistema monetário capitalista toda a moeda é um crédito, mas nem todo crédito é capaz de se

transformar em moeda (INGHAM, 2004, p. 140). Apenas as promessas de dívida que se encontra nas posições mais altas da pirâmide terão capacidade de circular como moeda<sup>34</sup>.

A dívida emitida pelo Estado encontra-se no topo desta hierarquia, na medida em que ela possui como garantia especial a capacidade de tributação do Estado. As notas bancárias também possuem ampla aceitação devido a sua qualidade de servirem como pagamento de impostos devidos ao Estado. Através desta relação privilegiada elas adquirem um nível de risco muito baixo e passam a circular como meios de pagamento amplamente disseminados na economia. (BELL, 2001, pp. 158-159).

A convivência no sistema monetário capitalista de interesses públicos e privados leva inevitavelmente a um conflito de interesses em cujo resultado torna a moeda mais ou menos estável. Este equilíbrio político envolve o Estado num acordo implícito entre seus credores (compradores e possuidores de títulos públicos) e devedores (todos os agentes econômicos que pagam impostos).

Para que os títulos da dívida pública se tornem as promessas de dívida mais aceitas na economia, o Estado deve possuir um nível de coerção suficiente para exercer seu poder de tributação em seus domínios de forma a gerar um nível de receitas suficiente, que garantam suas promessas de pagamento e viabilizem seu endividamento através da dívida pública.

Esta relação entre a imposição de tributos e o pagamento do serviço da dívida pública implicará numa série de conflitos políticos envolvendo interesses contraditórios entre si. Por um lado, existe o interesse do Estado em construir uma estrutura fiscal que lhe permita satisfazer suas necessidades de financiamento e que dá origem ao sistema monetário nacional. Esta estrutura envolve diretamente todos os indivíduos sujeitos a tributação do Estado – seus devedores.

Por outro lado, existem os interesses privados envolvidos nas finanças que complementam o sistema monetário nacional – bancos e instituições financeiras – cujo objetivo é o lucro. Estes formam uma classe de financistas que mais do que pagadores de impostos, se tornam credores do Estado através da compra de títulos da dívida pública.

É a legitimidade do poder do Estado que determinará sua capacidade de tributação de maneira a constranger os devedores a pagarem os impostos estabelecidos, mas, também pressiona a classe financista a financiar a dívida pública nas condições determinadas pelo Estado. Porém, na medida em que o Estado não é um ente isolado da sociedade em que está

---

<sup>34</sup> “In all private property economies, then, money is a unit of account, created by a promise to pay. A pyramid of these promises evolves - each backed by (or made convertible into) a promise higher in the pyramid. Generally, only the liabilities issued by those who are relatively high in the pyramid will circulate as means of payment and media of exchange” (WRAY, 1993, p. 28)

estabelecido, a classe financista busca influenciar as políticas adotadas pelo governo para que sirvam aos seus propósitos.

Este balanço de poder é uma construção lenta e complexa. A produção da moeda em um Estado dependerá de quão estável seja esta relação.

### **1.3.2 Formação dos Espaços Monetários Nacionais**

O nexu tributos-moeda realça o papel do Estado na definição da unidade de conta utilizada em seu território como base para sua soberania monetária. Desta forma, a dimensão espacial da moeda deve ser compatível com os limites geopolíticos do Estado emissor. Se é a aceitação pelo Estado em seus guichês de pagamento o que determina o que é moeda e a capacidade de tributação do Estado encontra-se à estes limites confinada, a dimensão monetária deve ser compatível com a dimensão política.

O fundamental é que o Estado defina a unidade de conta vigente no território sob seu domínio. O conjunto dos meios de pagamento aceitos na economia não define o espaço monetário nacional por si só, pois eles dependem logicamente da definição anterior da unidade de conta. Mesmo os instrumentos de crédito privados que compõem o conjunto dos meios de pagamento são criados na unidade de conta definida pelo Estado, conectando-os as fronteiras políticas deste último.

A compartimentalização das moedas em Estados-Nação é uma decorrência lógica do nexu tributos-moeda que serve de base para o dinheiro numa economia capitalista. A idéia de “uma nação – uma moeda” aparece como um corolário e não como mito, como exemplifica Goodhart<sup>35</sup> (1998, p. 12)

“Perhaps the clearest indication of the relative predictive and explanatory power of the C-form theory comes on the occasion of the break-up of existing federations into separate States, as in the cases of the USSR, Czechoslovakia and Yugoslavia [...] or on the other hand, of the unification of smaller States into a larger Federal State, e.g., the USA, Germany, Italy, on foundation. The C-form theory predicts that the fragmentation of sovereignty will lead to a fragmentation into separate currencies, and, per contra, that unification into an effective federal state will lead to the unification of previously separate currencies”.

---

<sup>35</sup> O autor usa a teoria da moeda com base no Estado pelo termo *C-form theory* (teoria cartalista) seguindo denominação original de Knapp (1924, p. 32).

Como definido acima o espaço monetário nacional é delimitado pelas fronteiras políticas do Estado-Nação. O Estado apenas possui a prerrogativa de tributar em seus domínios, logo apenas neste espaço que sua unidade de conta será utilizada como meio de pagamento irrestrito na economia. Mas esta construção poder ter outros alicerces que não apenas o crédito público e privado nacionais.

A formação dos espaços monetários nacionais não deve ser analisada apenas sob o ponto de nacional. É preciso analisar as relações do estado com o sistema mundial, a inserção da economia no mercado mundial e os vínculos existentes entre o mercado monetário e o sistema monetário internacional.

No que tange ao caso a ser analisado neste trabalho, a independência de novas unidades políticas séc. XIX se dará em paralelo a expansão competitiva das economias capitalistas européias em busca do controle de mercados e territórios ao redor do mundo. Isto resultou na transformação de vastas regiões do planeta em colônias exploradas pelas metrópoles européias. Quando não houve um controle político direto a conquista deu-se por outras formas:

“[Q]uem ganhou a disputa pelo novo ‘território econômico’ foi quem conseguiu impor sua moeda nacional, como moeda referência dos negócios externos do novo domínio, criando uma barreira não alfandegária de proteção de seus investimentos, mas, sobretudo, criando um ambiente favorável e seguro para a manipulação do seu capital financeiro, dentro da economia ‘conquistada’ (FIORI, 2004, p.44).

Estes ‘territórios econômicos’ eram capazes de manter sua soberania política a partir de uma posição subalterna no sistema interestatal, mas estavam envolvidos pelo capital financeiro que circulava através do sistema monetário internacional. Os países que se originaram da queda do Império Espanhol nas Américas se viram obrigados a se relacionar com um sistema interestatal e um sistema monetário internacional hierarquizado sob a liderança da Grã-Bretanha e de sua moeda, a libra esterlina.

A independência não leva imediatamente ao reconhecimento dos novos países pelas demais nações. Sua soberania deve ser reconhecida através de um sistema interestatal hierarquizado e conflitivo que buscará conquistar vantagens competitivas por meio da

imposição de tratados sobre estes novos países<sup>36</sup>. A liderança da Grã-Bretanha sobre o sistema interestatal garantia aos novos países que o reconhecimento britânico de sua soberania seria respeitada pelos demais.

Este status político britânico oferecia vantagens na busca por ‘territórios econômicos’. No caso dos novos países da América, desde a assinatura do Tratado de Utrecht (1714) que a Grã-Bretanha vinha absorvendo lentamente os mercados americanos a despeito do domínio espanhol. Suas mercadorias se infiltravam no circuito comercial espanhol seja devido as re-exportações efetuadas pelos comerciantes peninsulares de Cádiz, seja pelo contrabando disseminado em várias partes das colônias americanas.

A independência alterou esta relação na medida em que os comerciantes britânicos penetraram diretamente nos novos mercados, o que intensificou o comércio com a região, mas também estas economias passaram fazer parte de um sistema monetário internacional cuja moeda utilizada era em grande parte a libra esterlina.

As dificuldades enfrentadas pela consolidação do poder após a dissolução do vínculo com a Coroa espanhola criaram grandes oportunidades de lucro para os capitais europeus através do financiamento dos novos estados. A incompatibilidade entre os recursos gerados pelos incipientes sistemas tributários e a necessidade de financiar os gastos do Estado, eminentemente bélicos, era contornada pelo financiamento externo oferecido pelos capitais europeus em busca de remuneração.

Ou seja, a disponibilidade de crédito externo permitiu que os novos estados financiassem seus gastos na centralização do poder em seus territórios através de títulos de dívida emitidos no mercado financeiro londrino. O resultado foi a criação de um vínculo entre o crédito público – base para a formação dos espaços monetários nacionais – e o capital financeiro internacional.

A moeda emitida pelo Estado não seria garantida apenas pelos tributos arrecadados internamente, dependia também do financiamento externo. Enquanto este fluísse o crédito público e o mercado monetário funcionariam normalmente, porém, a interrupção da entrada de capitais externos criaria uma crise financeira que ameaçaria o padrão monetário nacional.

Sendo assim, os novos espaços monetários surgidos em meio a um sistema monetário internacional estabelecido e hierarquizado – no séc. XIX pela libra esterlina – diferirão dos

---

<sup>36</sup> “Em quase todos os casos, esta história começava pela assinatura (muitas vezes imposta pela força) de Tratados Comerciais que obrigavam os países signatários a eliminarem suas barreiras comerciais, permitindo livre acesso das mercadorias e dos capitais europeus” (FIORI, 2004, p.48).

resultados obtidos a partir das análises teóricas que tem como objeto de análise as moedas dos ‘estados-economias nacionais’ europeus que surgiram entre o séc. XVII e XVIII.

A principal divergência está no nexos tributos-moedas. Na medida em que o crédito público não seria financiado apenas pelos tributos impostos pelo Estado em seus domínios, mas também pela entrada de capitais externos, os novos países criariam um vínculo com o sistema monetário internacional – especialmente com sua moeda chave – que internacionalizará parte de seus novos espaços monetários nacionais, criando uma relação de dependência financeira que reduzirá sua soberania monetária comprometendo não só o financiamento de seu Estado como também sua moeda.

## Capítulo 2: O Vice Reinado do Rio da Prata

O Império Espanhol nas Américas se constituía de uma região que ia da Terra do Fogo até a atual Califórnia. O complexo desafio de colonizar um território de tão amplas dimensões definiu-se inicialmente para os espanhóis a partir de seu inesgotável desejo por metais preciosos. Estes norteariam toda a operação econômica de colonização da Coroa Espanhola nas terras americanas.

Logo que foram descobertas as principais jazidas, foram sendo organizadas grandes estruturas cuja finalidade era criar condições para a extração e o transporte dos metais das colônias americanas para a metrópole européia. Desta dinâmica colonizadora foram surgindo os principais pólos econômicos e populacionais que se transformaram nos centros administrativos do Império nas *Índias*.

Na região do México – englobando as partes atualmente pertencentes aos EUA -, América Central e Caribe, formou-se o Vice-Reinado da Nova Espanha<sup>37</sup>. A porção que cabia ao Império Espanhol na América do Sul formava o Vice-Reinado do Peru. Estas unidades administrativas contornavam vastas extensões territoriais cuja atenção por parte da Coroa Espanhola se direcionava exclusivamente as regiões mineradoras.

Na parte sul do Império, o foco era a região do Alto Peru cujo descobrimento de prata em 1575 tornou a Cidade de Potosí uma das mais populosas do mundo - 160.000 em 1610 (ROCK,1991, p. 43). As demais regiões de pouco interesse econômico foram deixadas de lado e tiveram seu desenvolvimento derivado de sua localização em relação a um destes centros mineradores. Dentre estas estava a região da Bacia do Rio da Prata.

Tratava-se de um vasto território ao sul do Vice-Reinado do Peru pouco desenvolvido por oferecer poucos atrativos econômicos a Coroa Espanhola. Os primeiros espanhóis iniciaram a exploração do território a partir do Rio da Prata em 1516, mas logo foram expulsos pelos índios. Uma tentativa maior de colonizar a região ocorreu em 1536 com a primeira fundação de Buenos Aires. Após também ser rechaçada pelos índios, seus sobreviventes subiram o rio e fundaram a cidade de Assunção em 1541, que durante muito tempo foi a cidade mais importante e sede do governo da região.

---

<sup>37</sup> O Vice Reinado da Nova Espanha também incluía possessões espanholas na Ásia – Filipinas.

A porção norte da Bacia do Prata mostrou-se um território mais facilmente colonizável. Seus índios não eram nômades e violentos como os do litoral e a localização próxima ao maior centro minerador da região proporcionava oportunidades de comércio para as cidades da região. Estas foram sendo inauguradas seguidamente: Santiago de Estero (1553), San Miguel de Tucumán (1565) e Córdoba de la Nueva Andalucía (1573). Todas acabaram por desenvolver atividades econômicas compatíveis com as necessidades das cidades mineradoras do Alto Peru (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, pp. 25-26).

Estas relações comerciais geravam um excedente de prata para a região que era utilizado na compra de mercadorias européias importadas pelos mercadores *limeños*. Assim, o arco de cidades em volta da região mineradora do Alto Peru formou um núcleo de desenvolvimento econômico e populacional que se configurou como a principal presença espanhola na Bacia do Prata. Esta situação só começará a ser alterada na segunda metade do séc. XVIII com a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata.

A região próxima do Atlântico só voltará a ser colonizada no final do séc. XVI, quando ocorre a re-fundação da cidade de Buenos Aires (1580). Esta nova investida fazia parte de uma estratégia da Coroa espanhola de desenvolver centros populacionais no litoral do Rio da Prata. Estratégia esta que entraria em conflito com a lógica adotada para a exploração econômica da América do Sul.

Tendo como finalidade última de sua colonização nesta parte das *Índias* a exploração da prata das minas do Alto Peru, a operação da Coroa Espanhola utilizava uma rota via pacífico através do Mar do Caribe até o porto de *Portobelo*. Após uma complexa travessia por terra do istmo do Panamá era possível chegar ao porto de *Arequipa* no Peru de onde as mercadorias seguiam até a capital Lima. Era a partir desta rota que a Espanha exercia seu monopólio comercial e efetuava o transporte das riquezas extraídas do Vice Reinado do Peru.

No entanto, a região ao sul de Lima e de Potosí já era vista pela Espanha como importante devido a sua posição estratégica. A proximidade com as ainda indefinidas fronteiras com os territórios do Império Português aliada a localização privilegiada as portas do Atlântico, levaram as autoridades peninsulares a dotar Buenos Aires de um aparato militar já em 1631. Esta região já era vista pela Coroa Espanhola como vulnerável e, por isso, possível porta de entrada de invasões estrangeiras.

Esta posição geográfica tornaria uma nova rota comercial através do atlântico mais acessível aos mercados de Lima e do Alto Peru do que a tradicional rota do pacífico – que além de mais longa, atravessava um Mar do Caribe infestado de piratas e navios de potências marítimas européias rivais -, chegando a um custo muito menor. Porém, a racionalidade

econômica seria sobrepujada pelo poder político da rica classe de comerciantes *limeños* que exerceriam toda sua influência sobre a Coroa Espanhola para garantir a permanência da rota do Pacífico e, por conseguinte, seus privilégios econômicos no circuito comercial espanhol (SOCOLOW, 1975, pp.1-2).

Desta forma, se por um lado, a iniciativa da nova fundação de Buenos Aires tinha como preocupação proteger militarmente operação colonial de invasões estrangeiras, por outro contribuiu para enfraquecê-la economicamente. As guarnições militares alimentaram as necessidades da cidade contribuindo para o início da atividade comercial no porto de Buenos Aires. Os recursos enviados para sustentar o aparato administrativo e militar – já em 1610, Buenos Aires se tornaria uma *Gobernación* se libertando politicamente de Assunção, então centro administrativo da Bacia do Prata - serviram de capital inicial para os comerciantes locais iniciarem suas atividades.

Como forma de resolver esta contradição a Coroa Espanhola restringiu o comércio de Buenos Aires impedindo sua entrada no circuito colonial. Datada de 1595, a proibição fecharia o porto da cidade que só poderia receber navios sob autorização real além de coibir o comércio de escravos e a exportação de metais preciosos (MOUTOUKIAS, 1988, pp. 773-774).

O controle espanhol sobre o comércio colonial evitava que Buenos Aires mantivesse relações comerciais com o Brasil, apenas algumas permissões reais foram para exportação de carne, sebo e couro ao Rio de Janeiro. No entanto, o envio de subsídios de Potosí para o sustento de Buenos Aires alimentou a cobiça dos comerciantes portugueses estimulando um volume de comércio maior do que o permitido pelas permissões da Coroa Espanhola - entre anos de 1648 e 1702 o porto de Buenos Aires receberia por volta de 200 navios não autorizados e 34 *Navíos de Registro*<sup>38</sup> (MOUTOUKIAS, 1988, p. 773).

A localização privilegiada do porto de Buenos Aires permitia aos produtos ali desembarcados chegarem nos mercados do Alto Peru com preços menores que os provenientes de Lima. Porém, a despeito do centro gravitacional deste circuito comercial se localizar em Potosí e a porta de entrada em Buenos Aires, o acesso aos fluxos de prata se dava através de uma complexa rede de comércio que atravessava toda a região da Bacia do Prata até o Alto Peru – semelhante ao que ocorria pela rota do pacífico. Atravessava não apenas diversos mercados locais cujas transações não ocorriam diretamente entre bens

---

<sup>38</sup> Sistema de navios pertencentes a espanhóis que navegavam por rotas diferentes do eixo Sevilha-Lima. Eles possuíam autorização real – *licencias* - para comerciar com outros portos das colônias.

importados e metais preciosos, como transpassava as esferas público e privada criando grandes oportunidades de lucros aos comerciantes envolvidos.

Esta intensa atividade mercantil crescia por canais estranhos á Coroa Espanhola que por isso se via preocupada com o peso da presença portuguesa na região. O comércio ilegal de difícil mensuração representava um vazamento da prata de Potosí. O contrabando era uma atividade muito lucrativa e de difícil fiscalização pelas autoridades reais. Os mesmos comerciantes e navios envolvidos no comércio legal estavam presentes nas atividades ilegais.

O fim da Unificação ibérica em 1640 custou o domínio do lucrativo circuito comercial do atlântico sul à Portugal, que viu a Holanda se tornar o novo vértice do triângulo mercantil junto com Buenos Aires e Potosí. Durante toda segunda metade do séc. XVII, Portugal buscará reconstruir seu sistema comercial atlântico. Na sua estratégia a conquista de Buenos Aires figurava como um objetivo essencial para garantir a manutenção do circuito comercial com Potosí, impedindo que a cidade caísse nas também ambiciosas mãos holandesas. Mas Portugal já não possuía mais a força econômica e militar para empreender tal esforço. O que permitiu maior participação da Grã-Bretanha, aliada a Portugal a partir do Tratado de Methuen (BANDEIRA, 1985, pp. 41-45).

A despeito deste maior volume de comércio e do crescimento da cidade de Buenos Aires ela ainda não se configurava nem economicamente e nem politicamente como a mais importante da região do Prata. As cidades mais tradicionais das províncias do norte cujo vínculo comercial com o Alto Peru era mais antigo e mais lucrativo permaneciam como núcleo central da ocupação espanhola na região sul do Vice Reinado do Peru.

A segunda metade do século XVIII traz para região importantes mudanças políticas e econômicas com a criação do Vice Reinado do Rio da Prata em 1776, no bojo da implantação das reformas borbônicas pela Coroa Espanhola. A formação desta nova unidade política do Império espanhol transformará política e economicamente toda a região.

Alguns autores creditam ao próprio desenvolvimento de Buenos Aires o motivo não apenas da criação do Vice-Reinado<sup>39</sup> como também da escolha da cidade como sua capital. No entanto só é possível compreender as motivações que levaram a Coroa Espanhola criá-lo a partir dos conflitos geopolíticos entre as grandes potências européias.

---

<sup>39</sup> “El virreinato fue consecuencia de un proceso objetivo, y su creación debe entenderse como consagración institucional del desarrollo del comercio porteño, originado por el progreso de la ganadería en la pampa húmeda y por el agotamiento del mercado alto peruano, reemplazado finalmente por el internacional” (Vazques, 129).

## 2.1 Origens Geopolíticas do Vice Reinado do Rio da Prata

Ao iniciar o séc. XVIII a Espanha enfrentava uma grave crise política e econômica que ameaçava desmembrar suas possessões européias e, principalmente, seu império nas Américas. Esta crise era fruto de um processo de decadência política e econômica do Império Espanhol frente as novas potências européias ascendentes – Holanda, Inglaterra e França – que passariam a disputar espaços cada vez maiores no circuito de comércio colonial espanhol cujo prêmio era a prata da Nova Espanha e do Alto Peru<sup>40</sup>.

A forte demanda por prata por parte das potências européias não tinha como finalidade seu uso na cunhagem de moedas, mas vinha de seu uso no lucrativo comércio com a Ásia. A prata era muito valorizada pelos chineses, de maneira que era possível não apenas utiliza-la como mercadoria a ser trocada pelas especiarias orientais, como também se lucrava com o diferencial entre o ouro e a prata vigente nas relações entre a Europa e a Ásia (FLYNN;GIRALDÉZ, 1995, pp. 202-203).

É possível apreciar a perda relativa de poder da Espanha a partir das exigências impostas pelos tratados que deram fim a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) – conjuntamente ao fim da guerra de Independência holandesa - consolidados na Paz de Westfalia.

Estes tratados permitiram uma maior participação das demais potências européias no circuito comercial espanhol nas Américas. Garantiram-se privilégios que facilitaram a operação de comerciantes estrangeiros nos portos de Sevilha e, depois Cádiz, por onde passava todo comércio com as colônias. A capacidade manufatureira de seus países aliada a sua disponibilidade de crédito transformou grande parte da classe comercial espanhola em intermediários funcionais devido as leis que lhes garantiam exclusividade no comércio colonial.

A penetração estrangeira do circuito comercial espanhol continuou sob outras formas, sendo as relações comerciais diretas com as colônias americanas as mais lucrativas mesmo que ilegais do ponto de vista da Coroa Espanhola. Esta estratégia transformou o Mar do Caribe num espaço de disputas comerciais que desembocavam frequentemente em conflitos bélicos e territoriais.

---

<sup>40</sup> “Behind the diplomacy and war in Europe in the latter half of the seventeenth century lay the struggle for access to the source of Spanish silver, colonial staples and overseas markets for Europe’s manufactures” (STEIN;STEIN, 2000, p. 38).

A presença mais antiga neste comércio na região era a da Holanda que usou Curaçao (1621) e Aruba (1636) como pilares de sua estratégia mercantil. Logo após a paz de Westphalia, a Inglaterra ampliou suas operações no Caribe - iniciadas com ocupação de Bermudas em 1612 - com a conquista da Jamaica em 1655. A França foi a última a estabelecer um entreposto comercial importante na região em meados do séc. XVII em São Domingos.

Esta penetração estrangeira significou um desvio dos fluxos de prata para os principais centros comerciais e financeiros da Europa. Parte dela seguia para a Espanha apenas para ser em seguida redistribuída entre as três potências envolvidas com o comércio colonial. Uma outra parte se perdia por canais estranhos a Coroa – devido ao contrabando -, gerando uma lacuna entre a produção americana e a quantidade recebida em Sevilha<sup>41</sup>.

Mas o comércio não era o único canal de aquisição da prata das Américas. Envolvida em guerras européias durante a primeira parte do séc. XVII e tão dependente da prata da América como eram seus comerciantes, as despesas da Coroa espanhola geraram um endividamento público crescente que em grande parte era administrada por banqueiros estrangeiros – durante meados do século XV e início do XVII os genoveses foram os banqueiros dos Habsburgos, sendo mais tarde suplantados por franceses, holandeses e ingleses -. As dívidas emitidas no séc. XVII durante o reinado de Felipe IV já alcançavam um nível doze vezes maior que as receitas da Coroa. (STEIN;STEIN, 2000, p. 42).

O atraso econômico e a perda de status político foram amplificados nos primeiros anos do séc. XVIII com o fim da dinastia dos Habsburgos e a conflituosa sucessão real que terminou com a perda de territórios por parte da Espanha e quase comprometeu seu domínio sobre as colônias americanas.

A possibilidade de uma união dinástica entre França e Espanha foi a causa principal da Guerra de Sucessão Espanhola. Ela ameaçou alterar o delicado equilíbrio competitivo europeu devido as vantagens que a França conseguiria sobre o comércio espanhol. A principal delas seria a obtenção do *asiento*<sup>42</sup>, através do qual os comerciantes se aproveitavam para negociar diretamente com os mercados americanos. Era uma forma de penetrar

---

<sup>41</sup> Entre 1661 e 1680, Sevilha registrava um aporte de 126,8 milhões de pesos, enquanto que registros mantidos pelos comerciantes demonstravam um total de 253,9 milhões de pesos (STEIN;STEIN, 2000, p.25).

<sup>42</sup> Tratava-se de um contrato que a Coroa espanhola mantinha com objetivo de adquirir escravos africanos. Era a única forma de intervenção externa admitida pela Espanha nas relações com suas colônias. Durante muito tempo o *asiento* foi controlado pelos portugueses – que eventualmente passaram a servir como intermediários dos holandeses.

legalmente no circuito comercial espanhol e lucrar ilegalmente comerciando mais do que escravos.

A possibilidade da Espanha transferir o *asiento* para a França estava diretamente ligada a sucessão espanhola, Carlos II morreria sem deixar herdeiros e acabou por eleger o neto de Luis XIV, que em 1700 se tornaria Rei Felipe V da Espanha. No entanto, Paris manteve o novo monarca Bourbon na linha sucessória francesa - ao contrário do que previa o testamento de Carlos II -, mantendo aberta a possibilidade de uma União dinástica entre Espanha e França.

A possibilidade da união política entre os dois países se materializou economicamente um ano após Felipe V subir ao trono com a transferência do *asiento* para uma companhia francesa - *Compagnie de Guinée*. Em 1702 formou-se uma aliança anglo-holandesa cujo objetivo era romper esta ligação política e econômica entre França e Espanha, dando início a uma guerra que terminaria apenas com a assinatura do Tratado de Utrech em 1713 (LINDSAY, 1966 [2008], pp. 191-192)

O acordo de paz foi negociado sob um claro predomínio britânico, com França e Espanha exauridas pelo esforço de guerra. O objetivo da Grã-Bretanha nas negociações de paz era conseguir um acordo semelhante ao efetuado no Tratado de Methuen com Portugal - que lhe garantiu amplas vantagens comerciais.

O tratado estabeleceu que o *asiento* seria transferido para uma companhia inglesa - *The South Sea Company* -, permitindo a criação de entrepostos britânicos em Havana, Veracruz, Cartagena e Buenos Aires. Os privilégios previstos no tratado foram vistos pelos espanhóis como uma garantia da manutenção de seu domínio sobre suas colônias americanas fortemente ameaçado pelas ambições britânicas na região.

A configuração política resultante permitiu a Grã-Bretanha um maior envolvimento no comércio da Espanha e suas colônias. Durante grande parte do séc. XVIII houve uma tensão latente entre as atividades comerciais britânicas e as autoridades espanholas<sup>43</sup>. Os danos causados pela guerra ao monopólio do comércio espanhol com suas colônias seriam sentidos durante muito tempo e tornar-se-iam objetivos prioritários das reformas implantadas pelos Bourbons (DEL CASTILLO, 1983, p. 278).

O rompimento de relações e os conflitos bélicos de 1718 e 1727 entre Espanha e Grã-Bretanha estavam baseados diretamente em questões relacionadas com a tomada de navios

---

<sup>43</sup> “What English interests reaped in access to the Spanish colonies at the close of the War of Succession, the Spanish state was to spend almost the whole eighteenth century seeking to recover” (STEIN;STEIN, 2000, p. 141)

britânicos suspeitos de contrabando em portos espanhóis. Este ambiente hostil continuaria gerando entreveros entre os dois países até a guerra iniciada em 1739 que duraria até 1748.

A guerra foi prejudicial a ambas. Por um lado, a Grã-Bretanha perdeu espaço para outras potências – revivendo o papel dos comerciantes holandeses - e não conseguiu o esperado colapso do Império Espanhol, enquanto que a Espanha teve sua ligação com as colônias interrompida pela marinha britânica – afetando principalmente a rota do pacífico que passava pelo mar do Caribe. (DEL CASTILLO, 1983, p. 281).

A despeito destes conflitos comerciais entre a Espanha e a Grã-Bretanha, havia um conflito crônico entre as duas principais potências colonizadoras da época, França e Grã-Bretanha, que terminava por abranger todos os demais conflitos determinando em muitos casos seus resultados. Neste outro nível de disputa a Espanha vinculou-se desde o fim da Guerra de Sucessão Espanhola ao lado francês. Esta aliança foi possível não apenas devido a pressão britânica no Caribe, mas pela proximidade dinástica e política dos dois países. Este vínculo foi oficializado nos Pactos de Família firmados por França e Espanha primeiramente em 1733, renovados em 1743 e em 1759, com a subida ao trono de Carlos III e a deflagração de uma nova guerra anglo-espanhola em 1762 (LINDSAY, 1966 [2008], pp. 206-210).

A declaração de guerra à Grã-Bretanha e Portugal teve como resposta uma rápida incursão da marinha britânica sobre territórios espanhóis no Caribe com a destruição de *Portobello* e as conquistas de Havana e Manilha (1762). Mas as vitórias nos conflitos não significavam para os britânicos a conquista de territórios de forma permanente. As posições ocupadas eram mantidas apenas para garantir uma posição privilegiada à Grã-Bretanha no momento das negociações de paz – que invariavelmente, no caso espanhol, significou o ganho de privilégios comerciais<sup>44</sup>. A Grã-Bretanha não buscava colonizar estes territórios, mas sim lucrar com domínio espanhol.

A constatação de que a América espanhola estava relativamente desguarnecida, aliada a derrocada das forças francesas na região, causavam a impressão de que a Grã-bretanha estava livre para finalmente investir contra as possessões espanholas, terminando com seu domínio sobre o continente. Este sentimento estimulou a necessidade de reformas:

---

<sup>44</sup> “La conquista inglesa de La Habana y Manila (1762) demostró que los británicos podían elegir a placer algunos objetivos, lanzar sobre ellos en instante adecuando una armada poderosa con suficientes tropas de desembarco, obtener un gran botín en buques y dinero, comerciar hasta la firma de la paz en el puerto ocupado, con beneficios fabulosos, y realizar otro buen negocio en el tratado al devolver esas conquistas a cambio de otras ventajas” (DEL CASTILLO, 1983, p. 331).

“ [L]a guerra estimula el ritmo de las reformas, porque la necesidad de defender las Provincias de Ultramar exige acelerarlas con objeto de que proporcionen hombres y dinero para la defensa; a su vez, de la marcha de las reformas depende que la preparación para la guerra se apresure o se retrase” (DEL CASTILLO, 1983, p. 317)

A declaração de independência das treze colônias britânicas da América do Norte em 1776 transforma novamente o cenário geopolítico nas Américas. A guerra que se seguiu ocupou o centro das atenções das forças britânicas permitindo que a Espanha conseguisse reorganizar a estratégia de defesa nas colônias. Foi neste contexto histórico que o conflito mundial chegou a região da Bacia do Prata.

## **2.2 Criação do Vice Reinado do Rio da Prata**

“En un rincón inhóspito en que un esfuerzo de dos siglos había logrado implantar sólo una población escasa entre el doble desierto de la pampa y el río, la decisión de la Corona instaló desde 1776 uno de los centros mas avanzados del poder español en las Indias. El virreinato del Río de la Plata nació bajo el signo de la guerra” (HALPERÍN DONGHI, 2005, p. 28)

A criação do Vice-Reinado do Rio da Prata é oriunda de uma decisão estimulada não por fatores políticos e econômicos estritamente locais, mas estava relacionada aos conflitos políticos entre o Império Espanhol e seus rivais europeus. Sua criação foi em si uma manifestação das reformas implementadas pelos Reis Bourbonns no Império Espanhol.

A composição territorial do novo Vice Reinado redesenhou as fronteiras na América do Sul. Territórios antes vinculados ao Vice Reinado do Peru passaram a órbita política de Buenos Aires. Além das províncias do Prata – Tucumán e Paraguai -, a região de Charcas, Cuyo – vinculada anteriormente ao Chile -, as terras ricas do Alto Peru e toda a chamada Banda Oriental – todo o território que englobava o Estuário do Prata, incluindo o atual Uruguai – passariam a compor o território do Vice Reinado da Bacia do Prata.

A reorganização econômica e administrativa que envolvia a formação deste novo centro de poder da Coroa Espanhola alterou profundamente a estrutura econômica regional. Ela foi determinante para criação de um complexo circuito monetário e creditício que serviu de embrião para a formação do espaço monetário argentino na segunda metade do séc. XIX.

Este circuito monetário foi alimentado por duas fontes principais, uma pública e outra privada. No que diz respeito a primeira fonte, a necessidade de financiar a reorganização da

estratégia de defesa da região obrigava incorrer não apenas em maiores gastos militares como também em despesas na formação de uma estrutura administrativa e fiscal compatível com o novo status político da região. Esta tarefa envolvia uma maior envergadura financeira das *haciendas reales* locais que fortaleceria a presença do crédito público na economia regional.

No que tange a fonte privada, o circuito monetário se alimentaria do maior volume de transações comerciais promovido pela inclusão do porto de Buenos Aires no novo regime comercial da Coroa Espanhola. Uma complexa rede mercantil envolveria toda a região e criaria uma comunidade de pagamentos interdependente que estimularia o crescimento do uso de instrumentos de crédito privados.

### **2.2.1 Circuito Monetário do Prata: Financiamento militar**

A estrutura administrativa e fiscal foi organizada de forma a dar suporte a formação de um sistema de defesa do atlântico sul. Ela deveria ser capaz de sustentar a construção de novas fortificações e infra-estrutura em geral, a manutenção de tropas regulares do exército espanhol - que chegaram numa expedição naval em 1777 contendo por volta de 9.000 homens - e a formação de milícias treinadas.

A organização administrativa procurou aumentar a eficiência das autoridades locais conjuntamente com sua maior subordinação a metrópole. Buscou extirpar da administração pública a participação privada, deixando-a sob responsabilidade exclusiva do Estado. Eliminaría a ineficiência e a corrupção através da escolha de funcionários públicos com base na competência e numa boa remuneração.

A inovação de maior impacto implantada na administração colonial foi o sistema de intendências. Adaptado do sistema francês, foi concebido inicialmente para a gerência de assuntos militares e posteriormente passou a envolver questões econômicas e administrativas. Funcionou como o cargo executivo mais elevado das províncias – agora intendências. No Vice Reinado do Prata foram criadas oito intendências<sup>45</sup>, sendo que Buenos Aires concentrou as principais instâncias da administração pública, através da instauração de uma Audiência (1785) e do *Tribunal Mayor de Cuentas* – que centralizava todo o arcabouço fiscal (LYNCH, 1967, pp. 65-75).

As reformas borbônicas buscaram criar condições para que as colônias auto-financiassem seus gastos com a defesa de seus territórios. No que tange ao Vice Reinado do

---

<sup>45</sup> La Paz, Cochabamba, Charcas, Potosí, Salta, Córdoba del Tucumán, Paraguai e Buenos Aires.

Rio da Prata, tendo em vista a incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico da região e a estrutura administrativa e militar que nela seria implantada, os *projectistas* espanhóis necessitavam obter mais recursos do que a região da Bacia do Prata costumava oferecer.

Assim como fez em todas as *Índias*, a Coroa criou monopólios sobre uma série de mercadorias – tabaco, bebidas alcoólicas, pólvora, sal e outros bens de consumo. Estas medidas foram acompanhadas por uma reestruturação tributária que eliminou uma série de pequenos impostos e taxas que rendiam pouco a Coroa com objetivo de fomentar a atividade econômica na região. Por outro lado, os impostos que mais receitas geravam para a *Hacienda Real*, a *alcabala* – um imposto sobre vendas - e o *almojarifazgo* – impostos sobre importação de mercadorias -, foram não apenas reajustados – de 4% para 6% no caso da *alcabala* - como sua cobrança tornou-se mais rigorosa. (CORTÉS CONDE; HARRIAGUE, 2007, pp.117-118).

O contraponto aos maiores gastos militares nas colônias foi a reorganização de sua estrutura fiscal com o crescimento de seu complexo sistema de distritos fiscais autônomos, as *Cajas Reales*. Estes distritos eram criados na medida em que uma região crescia em importância econômica – basicamente devido a mineração, mas também com o comércio – e/ou política – importância para a estratégia defensiva do Império. Em fins do séc. XVIII a América Espanhola possuía 72 Cajas Reales.

Responsáveis pelo controle das receitas e despesas da administração local, os distritos menores – *Cajas Subordinadas* – reportavam-se diretamente as unidades centrais – *Cajas Principales* – que desta forma reuniam todo o excedente fiscal de sua região. A organização deste sistema fiscal permitia que distritos superavitários – *Cajas Matrices* – subsidiassem distritos deficitários – *Cajas Receptoras* – através de uma transferência de recursos denominada *Situado*. (FERNÁNDEZ, 2002, pp. 5-7)

Estas transferências *inter-cajas* criavam um elemento redistributivo no sistema fiscal das colônias. Foram instrumentos essenciais para o financiamento dos gastos militares. Tinham também um grande impacto financeiro sobre a região receptora, sendo muitas vezes a principal fonte de recursos cuja chegada alimentava movimentava toda a economia local.

A dimensão territorial do Vice-Reinado foi planejada para que ele conseguisse gerar internamente os recursos fiscais exigidos. A estrutura fiscal que viabilizaria tal operação foi projetada para que as regiões economicamente mais desenvolvidas transferissem parte de seu excedente fiscal para regiões deficitárias. A criação do eixo fiscal Postosí-Buenos Aires, no qual a primeira subsidiava a criação da estrutura administrativa e militar de toda da região do

Atlântico Sul, foi fundamental para a sustentabilidade financeira do Vice-Reinado. Entre 1791-1805 do total de gastos de todo o Vice-Reinado, aproximadamente 48% foram financiados com recursos do Alto Peru (HALPERÍN DONGHI, 2005, p.25).

A implementação destes distritos fiscais demandava uma presença estatal cuja envergadura garantisse não apenas uma coleta de impostos mais rigorosa como também permitisse a redistribuição de recursos entre as *cajas*. Este remanejamento dos excedentes fiscais era um processo politicamente muito delicado cuja legitimidade era constantemente questionada pelas classes mais poderosas da região provedora dos recursos.

A despeito de sua complexa organização, este sistema fiscal não era funcionalmente tão eficiente. As *Cajas Matrices* eram muito poucas com relação as *Cajas Receptoras*<sup>46</sup>. Frequentemente as *Cajas* de natureza defensiva encontravam-se em situação deficitária devido a gastos imprevistos relacionados com o crescimento das despesas militares. Isto exigia que elas cobrassem um maior volume de recursos aos *Situados* dos anos seguintes e/ou, requisitassem *Situados Extraordinários* para saldar suas dívidas mais prementes (FERNÁNDEZ, 2002, p.4).

Na medida em que o séc. XVIII avançava e a percepção de que a ameaça britânica sobre as Américas tornava-se maior, o volume destas transferências *inter-cajas* também crescia. Durante o período de 1785-89, Buenos Aires recebeu por volta de 6.600.000 pesos por meio de *Situados* (GRAFE; IRIGOIN, 2006, p. 265) - montante comparável a toda a exportação de metais preciosos do período estimada por Moutoukias (1994, p.18) em aproximadamente 7.000.000 de pesos<sup>47</sup>. Este grande fluxo de recursos transformou o Vice-Reinado num circuito monetário-financeiro que fugia do controle exclusivamente público e terminava alimentando o capital dos comerciantes – principalmente de seus representantes porteños.

O capital privado se aproveitava das crescentes lacunas apresentadas pela estrutura fiscal, que não conseguia acompanhar o ritmo das mudanças ocasionadas pela reforma na estratégia de defesa das *Índias*. A maior destas lacunas derivava da impossibilidade de sincronismo entre déficits gerados por excesso de gastos não previstos – muito comuns neste período quando a movimentação de tropas regulares e a formação e crescimento de milícias impediam uma previsão mais precisa das despesas – e o envio dos *situados*.

---

<sup>46</sup> No Vice-Reinado do Rio da Prata as principais *Cajas Matrices* eram as de Potosí, La Paz e de La Plata. Buenos Aires era principal *Caja Receptora*.

<sup>47</sup> Para o período de 1796-1800 os *situados* atingiram 7.162.000 pesos (GRAFE; IRIGOIN, 2006, p.266).

Criou-se um vínculo estreito entre as *Haciendas Reales* e seus credores. A apropriação pelos comerciantes de parte da renda financeira do Estado apoiava-se na posição privilegiada que possuíam no Vice-Reinado. Esta posição era garantida tanto por sua capacidade de crédito e disponibilidade de capital – única na economia do Vice-Reinado -, como por seus amplos laços comerciais, que formavam uma rede cujos agentes eram capazes de cobrar dívidas, coletar e transportar recursos em toda a região da Bacia do Prata, Alto Peru e Chile.

Desta forma, através de seu capital líquido e sua rede de contatos, somados a ausência de funcionários públicos capacitados, os comerciantes se aproveitaram para lucrar na forma de agentes financeiros da *Hacienda Real*:

“[T]he most powerful merchants [...] acted as conduits for intercolonial transfers of money. These arrangements were often quite complicated and included shipping cash, granting credit, collecting outstanding debts, renegotiating credit terms, and settling accounts among a group of debtors and creditors for the Spanish house. In all instances the merchant was awarded a commission on the transactions” (SOCOLOW, 1975, p. 18).

A forma de financiamento da dívida mais utilizada pela administração pública era através da obtenção de empréstimos feitos a comerciantes locais tendo como garantia futuros *situados*. Seu crescimento contribuiu para transferir os *situados* da esfera pública para privada já que o crescimento da dívida fazia com que os empréstimos comprometessem completamente os recursos transferidos de outras *Cajas*, que em sua chegada já eram transferidos automaticamente aos credores da administração local.

Os comerciantes também faziam vendas a crédito de mercadorias e produtos em suas lojas para sustento das guarnições e para construção e manutenção de estruturas militares. As tropas não recebiam o soldo regularmente devido aos atrasos na chegada do *situado*. Os soldados assim só possuíam uma saída que era a de se endividarem com comerciantes locais para obterem toda sorte de mercadorias que necessitassem. (MOUTOUKIAS, 1988, p. 788).

Outra oportunidade aproveitada era a falta de pagamento de funcionários que permitia aos comerciantes lhes adiantarem certas mercadorias em troca da cessão dos direitos a receber que estes funcionários possuíam frente a *Hacienda Real* local. Suas íntimas relações políticas facilitavam a cobrança destas dívidas.

Mas talvez a operação que mais gerasse lucros aos comerciantes era a condução dos *Situados*. Na ausência de capacidade para executar a transferências destes recursos a Coroa

vendia concessões a agentes privados para fazê-la. Os únicos capazes de tal tarefa eram os mais bem sucedidos dos comerciantes do Vice-Reinado. Além do pagamento pelo serviço, o comerciante responsável conseguia lucrar com o valor que as moedas possuíam em diferentes mercados da região do Prata (SAGUIER, 1989, pp. 287-289).

A organização fiscal do Vice-Reinado e, principalmente, as transferências *inter-cajas* alimentaram a circulação monetária no Vice-Reinado do Rio da Prata. O crescimento do crédito e da dívida públicos acabou por nutrir o capital comercial, principalmente dos comerciantes *porteños*, fortalecendo os instrumentos de crédito privados que circulavam como meios de pagamento em toda a região do Vice-Reinado.

Esta comunidade de pagamentos vicereinal, forma embrionária do espaço monetário argentino, alimentou-se também do crescimento do comércio após a vigência do regime de *comercio libre* que fortaleceu o uso de instrumentos privados de crédito utilizados como meio de pagamento.

### **2.2.2 Circuito Monetário do Prata: Comercio Libre**

Durante quase toda sua existência o porto de Buenos Aires havia estado fora do sistema comercial espanhol. Apenas algumas pequenas permissões foram concedidas para a obtenção de mercadorias mais urgentes a manutenção da cidade. Mas sua localização a beira do Atlântico Sul sempre foi tida como uma ameaça ao sistema comercial espanhol devido ao acesso mais fácil ao Alto Peru.

Esta situação se altera com as mudanças efetivadas no regime comercial vigente. Na busca da Coroa pela expansão das economias coloniais através de uma reforma do sistema de comércio, as rotas e esquemas tradicionais são abandonados em prol do chamado *comercio libre*.

A transformação do antigo sistema de comércio imperial se inicia com medidas adotadas pelos *aperturistas* a partir de 1765 que culminaram no *Reglamento para el Comercio Libre* estabelecido em 1778. O novo sistema comercial abriu a navegação e ao comércio vários portos americanos – além de Buenos Aires e Montevideú, o circuito incluía Havana, Cartagena, Valparaíso, Arica, Callao e mais uma série de portos menores - ao mesmo tempo em que terminava com o monopólio do porto de Cádiz, ampliando assim o leque de portos peninsulares – incluindo Barcelona, Málaga, Santander, Gijón, La Coruña, dentre outros – (HERNÁN, 1993, pp.11-12).

O *comércio libre* significou também a simplificação da burocracia comercial – que agora não dependia de apenas um porto – e a eliminação de uma série de pequenas taxas e tributos insignificantes permanecendo apenas os mais importantes, a *alcabala* e o *almojarizfago*. As novas leis também aumentaram diferença cobrada entre as mercadorias estrangeiras e as de origem espanhola.

No entanto, a despeito do nome, as reformas não tinham como objetivo um liberalização plena das relações comerciais das colônias - a participação de países estrangeiros não foi contemplada. A Coroa espanhola buscava fomentar o comércio entre seus domínios sem permitir a participação e comerciantes britânicos, franceses ou portugueses<sup>48</sup>.

Este novo regime comercial tinha objetivo semelhante ao das reformas fiscais, criar um estímulo para o crescimento econômico que permitisse as colônias financiarem seus gastos militares. O resultado foi no geral favorável com o crescimento do comércio por todas as colônias, principalmente nos anteriormente isolados portos do Vice-Reinado do Prata<sup>49</sup>.

O volume exportado também apresenta um aumento elevado após a adoção do novo regime mercantil embora não tenha havido uma diferença qualitativa com relação ao período anterior. A principal mercadoria exportada pelos mercados da Bacia do Prata foram os metais preciosos, prata principalmente, responsáveis por aproximadamente 80% do total exportado e isto não é alterado após a criação do Vice-Reinado

No período anterior ao novo regime comercial, a exportação de metais preciosos atingiu seu auge no triênio 1764-1766 quando a média anual foi de 1.600.000 pesos. Com o novo regime e o fim da guerra com a Grã Bretanha a exportação atinge sua maior média no triênio 1782-1784, 5.570.000 pesos e termina o séc. XVIII exportando a Europa quase 4.000.000 pesos por ano (triênio 1794-1796) (MOUTOUKIAS, 1993, p.18)

Este maior movimento comercial no porto de Buenos Aires levou a criação da Aduana de Buenos Aires (1779), que em curtíssimo prazo se tornou uma importante fonte de recursos fiscais do Vice-Reinado. Entre os anos de 1791-1795 sua arrecadação de quase 950.000 pesos representou 8,5% do total de ingressos fiscais do Vice Reinado. Esta participação sobe para 11,5% no quinquênio seguinte (1796-1800) e atinge 19,5% nos primeiros anos do séc. XIX (1801-1805) (HALPERÍN DONGHI, 2005, p.32).

---

<sup>48</sup> Ver STEIN e STEIN (2003, cap. 6).

<sup>49</sup> Antes do *comercio libre* a média de navios no porto de Buenos Aires era de 7,7 (1760) e 11,4 (1770/1778). Após a adoção a liberalização do comércio, entre 1779-1784 este número cresceu para 25 navios por ano, atingindo no triênio 1794-1796 a média anual de 53 navios (MOUTOUKIAS, 1993, p.50-51).

A classe dos comerciantes de Buenos Aires tornou-se mais rica e poderosa a partir não apenas da liberalização do comércio do porto da cidade, mas também devido a inclusão do Alto Peru em sua esfera comercial em detrimento aos comerciantes *limeños*. A abertura de um canal oficial para a entrada dos *efectos de Castilla* – como eram chamadas as mercadorias importadas da Europa - junto ao novo acesso aos mercados da região mineradora do Alto Peru possibilitou a criação de um complexo circuito comercial no interior do Vice-Reinado.

A despeito das rotas comerciais ligarem Buenos Aires a Potosí e do objetivo principal dos comerciantes ser a prata, o espaço econômico criado por este comércio incluía também os mercados das regiões próximas ao Alto Peru. Do total das mercadorias européias que chegam ao mercado de Potosí em 1793, quase 80% são provenientes de Buenos Aires. No entanto, este volume representava apenas 34% do total de mercadorias enviada ao interior pelos comerciantes da capital (MOUTOUKIAS, 1993, p.33). Assim, a maior parte das importações de produtos europeus pelos comerciantes bonaerenses era negociada nos mercados das províncias do interior.

Este fenômeno demonstra a importância econômica destas províncias e sua bem sucedida articulação comercial com as regiões mineradoras do Alto Peru. Ela permitiu a acumulação de riquezas criando um significativo poder de compra das elites locais que absorvia a maior parte das importações oriundas de Buenos Aires.

Sendo assim, mesmo que o principal objetivo do comerciante *porteño* fosse obter a produção de prata do Alto Peru, esta não era passível de ser obtida exclusivamente nestes mercados já que ela circula por outras regiões do Vice-Reinado. Foi necessário então, a criação de ramificações por toda a região da Bacia do Prata para conseguir obter o máximo de metais preciosos para exportação<sup>50</sup>. Estas ramificações acabaram por incluir também os mercados do Chile, cuja produção de ouro tornou-o bastante atraente para os comerciantes bonaerenses.

Não apenas o alcance dos negócios é importante como também a forma como são efetuados. Apesar da finalidade maior de todas as operações é a obtenção da prata, sua presença não é obrigatória em grande parte das transações. Operando no comércio doméstico entre as províncias, os comerciantes intermediavam a venda de uma série de produtos através do Vice Reinado - erva-mate do Paraguai, tecidos rústicos de Córdoba, móveis de Corrientes,

---

<sup>50</sup> O grande alcance dos negócios dos comerciantes *porteños* pode ser ilustrado através da análise efetuada por Gelman (1987) sobre um de seus representantes mais prósperos. Ele demonstra como um típico grande comerciante de Buenos Aires, Domingos Belgrano, operava no em meados do séc. XVIII. É possível perceber a partir dos registros deste comerciante como seus negócios englobavam mercados na Banda Oriental, em Assunção e em Misiones, passando por Córdoba, Tucumán e Salta, até chegar a Jujuy e Chile.

dentre outros – utilizando majoritariamente instrumentos de crédito. Além do lucro, estas transações facilitavam a aquisição da prata nas províncias do interior.

Assim sendo, o circuito comercial da Bacia do Prata possuía como porta de entrada ao comércio atlântico os portos de Buenos Aires e de Montevideú, atravessava os mercados de Assunção, Tucumán, Córdoba e Salta, e terminava na região mineradora andina e no Chile. Esta intensa articulação mercantil dos mercados regionais do Vice-Reinado do Rio da Prata estimulou o crescimento de um circuito monetário doméstico.

Conjuntamente a ampla rede mercantil, formou-se uma comunidade de pagamentos privada sustentada a partir da criação de crédito pelos comerciantes de Buenos Aires. Estes estendiam linhas de crédito para comerciantes do interior e para varejistas da capital vicereinal como forma de facilitar a venda de mercadorias. Gelman (1990, p.109) demonstra como as operações dos comerciantes se baseavam quase exclusivamente no crédito.

Mas as linhas de crédito não se limitavam apenas ao Vice-Reinado. Frequentemente estes mesmos comerciantes bonaerenses eram financiados por Casas de Comércio sediadas em grande parte em Cádiz, Madrid e La Coruña (SOCOLOW, 1975, p. 10). A extensão dos fluxos de crédito da península até o Vice-Reinado era a única ligação que a economia da Bacia do Prata possuía com as finanças internacionais. A proibição do comércio com países estrangeiros contornada pelo contrabando exigia que estas operações fossem efetuadas exclusivamente em pagamentos a vista em metais preciosos.

Assim sendo, as duas principais fontes que alimentavam a circulação monetária no Vice-Reinado cresceram conforme o final do séc. XVIII terminava. Os maiores gastos militares estimulavam uma maior dinâmica das transferências *inter-cajas* fornecendo grandes quantidades de prata que alimentavam o capital comercial do Vice Reinado, enquanto que a inclusão de Buenos Aires no novo regime imperial de comércio fortalecia o circuito comercial interno e externo que estimulava a formação de uma extensa cadeia de pagamentos que, por sua vez, demandava o uso de instrumentos privados de crédito.

Através da análise da circulação monetária no Vice-Reinado do Rio da Prata é possível definir como era a estrutura do conjunto dos meios de pagamento vigentes e, por conseguinte, entender como ele se transformará com a queda do Império Espanhol e como será afetado pelo novo governo revolucionário.

### 2.2.3 Circuito Monetário do Prata: Conjunto dos Meios de Pagamento

O meio circulante do Vice Reinado do Rio da Prata era formado basicamente por instrumentos de crédito público e privados que conviviam com as moedas de prata cunhadas em Potosí. Os instrumentos de crédito constituíam a maior parte das transações na economia vicereinal, relegando o uso de moeda cunhada aos pagamentos efetuados pela *Hacienda Real* e as transações de grande valor monetário realizadas pelos principais comerciantes, particularmente pagamentos relacionados ao comércio exterior.

Com relação aos metais preciosos, essencialmente as moedas de prata, há de se reinterpretar uma idéia comum aos historiadores econômicos, expressa na forma de um paradoxo: como seria possível que economias mineradoras ricas em metais preciosos convivessem com uma chamada *escassez monetária* - esta significando uma ausência do uso de moedas cunhadas na circulação monetária -?<sup>51</sup>

Este paradoxo só é verdadeiro dentro do espaço teórico ortodoxo no qual o conceito da moeda-mercadoria resulta na visão restrita da natureza do dinheiro como meio de troca em espécie. Ao enxergarem nos metais preciosos uma capacidade natural de se transformarem em moeda estes historiadores apenas vislumbram uma das várias formas de meios de pagamento vigentes no Vice-Reinado. Confundirão a exportação de uma matéria-prima com um vazamento de meio circulante. A saída de metais preciosos, mesmo que em moedas cunhadas, é uma simples transação comercial sem caráter monetário.

O pagamento das importações dos *efectos de castilla* em moedas cunhadas só possui caráter monetário quando é feito como liquidação de dívidas contratadas pelos comerciantes bonaerenses aos seus pares peninsulares. Nestas operações as moedas são avaliadas pelo seu valor monetário já que são efetuadas sob um mesmo espaço monetário, de soberania da Coroa Espanhola.

Já no uso de moedas cunhadas nas relações comerciais com países estrangeiros, em atividades de contrabando, elas perdem seu valor monetário e são utilizadas pelo seu valor em espécie. Os comerciantes estrangeiros não reconhecem a soberania monetária da Coroa Espanhola e a operação é efetuada na base da troca de uma mercadoria por outra<sup>52</sup>.

Trata-se, portanto de um falso paradoxo alimentado pela teoria ortodoxa da moeda. O fato das moedas não circularem pela economia do Vice-Reinado era devido ao seu valor

---

<sup>51</sup> Ver Gelman (1987, p.485), Marichal (1988, p. 427).

<sup>52</sup> “When a sovereign ships gold to a foreign nation [...] he is effectively engage in barter... that should be seen as non-monetary trade (WRAY, 2004, p.253)

monetário ser muito elevado para as trocas cotidianas.<sup>53</sup> Enquanto a moeda mais cunhada era o *peso de ocho reales*, um soldado, segundo relatos da época, conseguia viver por um mês em Buenos Aires com o equivalente a três pesos<sup>54</sup> (Donghi, 2005a, p. 42). Em Santa Fé, uma cabeça de gado custava entre 4 a 5 *reales* alcançando em Buenos Aires 10 a 12 *reales* (GELMAN, 1987, p.488).

No caso de possuírem um valor monetário menor que seu valor em espécie, estas moedas seriam fatalmente derretidas. Era um obstáculo para seu uso em pequenas transações. Mas isto não era simplesmente um acidente já que as moedas serviam prioritariamente como uma forma de envio de recursos a Coroa Espanhola e para o pagamento de despesas locais da *Hacienda Real*, transações que envolviam valores muito mais elevados que as transações efetuadas pelos habitantes do Vice-Reinado em seu dia-a-dia.

Sendo assim, os meios de pagamento mais utilizados no circuito monetário do Vice-reinado eram os instrumentos de crédito público e privados, que possuíam capacidade de atender tanto as necessidades de grandes comerciantes em suas vendas no atacado, cujo valor era significativo, como aos demais habitantes em suas atividades econômicas diárias, cujo valor era bem menor.

As complexas relações comerciais vigentes no Vice-Reinado exigiam dos comerciantes a formação de uma cadeia de pagamentos que funcionava com base no crédito – utilizado em grande parte das vendas por atacado. Como visto anteriormente, a prata não era algo simples de se conseguir e demandava uma operação comercial mais complicada, com transações de longa distância e que envolviam mais de um comerciante.

Os comerciantes *porteños* se utilizavam de agentes que levavam as mercadorias ao interior para serem vendidas nos mercados locais. Este acordo era feito com base na consignação das mercadorias. Havia um prazo para que as mercadorias fossem vendidas e o pagamento efetuado ao comerciante que as adiantou. Este prazo, que não era pequeno - podia chegar a alguns anos -, variava com a quantidade de mercadoria e com a distância de certos mercados.

Era, portanto, necessário a formação de uma cadeia de pagamentos para viabilizar este circuito comercial. Surgiram assim uma série de instrumentos de crédito privado utilizados

---

<sup>53</sup> As moedas de prata eram cunhadas em três valores: *Peso de Ocho Reales* (unidade principal), *Peso de Cuatro Reales* (ou ½ peso) e a *peseta de dos reales*. As moedas de ouro, pouco usadas em relação as de prata, eram cunhadas em: *Doblón de Ocho Escudos*, *Doblón de Cuatro Escudos*, *Doblón de Dos Escudos* e *Doblón de Un Escudo*.

<sup>54</sup> Doravante utilizar-se-á peso significando *Peso de Ocho Reales*, a não ser quando mencionado.

pelos comerciantes para dar sustento as suas operações. Entre os mais comuns estavam a *Escritura de Obligación*, a *Libranza* e a *Cesión de Deudas* (GELMAN, 1990, p.111).

A *Escritura de Obligación* era o instrumento mais formal. Exigia do comerciante que recebia a mercadoria a assinatura de uma escritura, reconhecida pela Audiência de Buenos Aires, em que se obrigava a pagar ao comerciante que lhe adiantou a mercadoria num prazo acordado, no meio de pagamento estipulado para liquidar a operação e, se necessário, os juros, caso o pagamento seja feito fora do prazo.

A *libranza* era o instrumento cuja circulação era a mais abrangente. Funcionava como uma letra de câmbio endossável em operações de crédito de curto-prazo. Utilizada como um substituto direto da moeda, circulava como o meio de pagamento mais popular entre os comerciantes devido a sua flexibilidade e capacidade de liquidar pagamentos de maneira simples e rápida. As *Haciendas Reales* também emitiam *libanzas*.

Era constituída por um acordo em três partes: um *librante* (outorga o documento), o *libratario* (beneficiado) e o *mandatário* (devedor). Na medida em que podiam ser endossadas numerosas vezes, as *libanzas* funcionavam como meio de pagamento circulante saldando várias dívidas sucessivas a partir de uma operação inicial. (GELMAN, 1990, pp.111-112)

Por fim, a *cesión de deudas*, exercia um papel semelhante ao das *libanzas* na execução de dívidas. Tratava-se de uma promessa de pagamento bilateral que podia ser repassada caso as partes envolvidas fossem coincidentes. No entanto, não era um instrumento de execução de pagamentos, mas apenas de transferência de dívidas. A obrigação persistia enquanto que era possível alterar a figura do devedor desta obrigação.

O crédito não apenas permitia a execução das transações comerciais dos grandes comerciantes do Vice Reinado, como também era fundamental para as relações econômicas cotidianas de seus habitantes. Como visto, as moedas cunhadas possuíam um valor muito elevado para servirem de meios de pagamento em transações de pequeno valor. As vendas no varejo, em pequenas lojas e armazéns por todo o Vice Reinado, eram efetuadas através de relações de crédito.

Tão antigas quanto as próprias cidades, esta cadeia de pagamentos creditícia nascia de relações sociais que se transformaram em convenções aceitas por todos os indivíduos destas cidades.

“El obrero sabía que su jornal de tantos reales representaba una cantidad de pan, carne, vino... Y esta relación se aprende desde su infancia, es un conocimiento instintivo, inconsciente; incalculado por la repetición continuada de los mismos actos, se incorporaría al organismo como se incorporan las

ideas de tiempo y espacio que muchos filósofos creen innatas” (GARCÍA Apud PREBISCH, 1994, p. 122)

A venda a *fiado* era a forma principal com que o comércio varejista operava nas cidades do Vice-Reinado. Os comerciantes forneciam evidências de suas dívidas aos seus clientes que se transformavam em meios de pagamento restritos a comunidade em que se encontravam.

“El tesoro doméstico de las familias, y de los pobres, para los gastos diarios de mercado, almacén y tienda, se componía de una variadísima colección o surtido de pequeños discos de hoja lata, marcados con las iniciales del emitente de este respetable título y con un cruz, símbolo de la fe púnica de tal o cual pulpero. A cada comerciante era menester llevarle su propio título o plata blanca para comprarle; si lo primero, él cancelaba la compra; si lo segundo, “daba el vuelto” en “Contraseñas”, ya suyas, ya de tal o cual almacén o tienda con que el vendedor estaba entendido para este mutuo servicio” (LÓPEZ Apud PREBISCH, 1994, pp. 123/124).

Partindo de relações bilaterais entre os comerciantes e seus clientes através da emissão destas evidências de dívida representadas por fichas, o sistema evoluiu em Buenos Aires para a criação de uma série de bilhetes de emissão privada que passavam a circular como meio de pagamentos por todo o comércio local<sup>55</sup>.

A circulação monetária do Vice-Reinado também envolvia os recursos oriundos da *Hacienda Real*, cuja dívida emitida também funcionava como meio de pagamento. Em geral, suas *libranzas* deveriam ter maior aceitação devido a garantia fornecida pelos *Situados*. Sua aceitação também dependia da *Caja Real* emissora. *Libranzas* de grandes *Cajas* com maiores recursos e/ou receptoras de elevados *Situados* desfrutavam de maior aceitação.

A circulação monetária do Vice Reinado era hierarquizada através da origem do crédito e da natureza da transação. Na base do conjunto de pagamentos encontravam-se os bilhetes e fichas emitidas pelos comerciantes em suas lojas e armazéns relacionadas com pequenas compras á vista. Seu valor não era grande e sua circulação se resumia a localidade em que havia sido emitida.

Os instrumentos de crédito utilizados pelos comerciantes bonaerenses no financiamento de suas vendas por atacado em consignação com outros comerciantes

---

<sup>55</sup> “Esas contraseñas fueron sustituidas gradualmente en el comercio por billetes particulares, que hacían el oficio de la actual emisión menor, y que, como ésta, eran inconvertibles de hecho, pues se mantenían siempre en la circulación” (VEDÍA Apud PREBISCH, 1994, p. 124)

direcionadas para os mercados das províncias do interior e do Alto Peru, eram responsáveis por grande parte das transações de maior valor efetuadas no Vice-Reinado.

As promessas de dívida emitidas pelas *Haciendas Reales* garantidas não apenas pela coleta de impostos em seus próprios distritos como, em muitos casos, fundamentalmente, pelo envio de *situados* de outras *Cajas Reales*, eram o que mais se aproximava dos títulos de dívida estatal que formam a base da moeda de crédito das modernas economias capitalistas.

Comerciantes de posse de concessões públicas para administração da transferência de *situados*, direitos de cobrança de dívidas da *Hacienda Real* e coleta de impostos, por exemplo, se garantiam nestes recursos para financiar não apenas suas compras de *Efectos de Castilla* como para a venda destes nos mercados do interior do Vice-Reinado. As promessas privadas de dívidas que nasciam destes arranjos comerciais derivavam da garantia dos recursos das concessões públicas.

As dívidas das *haciendas reales* e as transferências *inter-cajas* funcionavam como crédito em última instância da circulação monetária. A ausência de um sistema bancário e financeiro delegava a emissão e controle dos instrumentos de crédito privados aos comerciantes. No entanto, durante a vigência do Vice-Reinado do Rio da Prata, os comerciantes não possuíam capacidade financeira para emitir dívidas de longo-prazo que funcionassem como meios de pagamento privados que rivalizassem com a dívida pública. Isto por dois motivos principais: a instabilidade do comércio exterior e a construção de redes de contatos essencialmente pessoais.

As guerras impediram o livre fluxo de mercadorias o que aumentava o risco envolvido no comércio com os mercados europeus. Buenos Aires enfrentou crises comerciais devido a interrupção deste comércio e, depois, com a normalização, enfrentou excesso de oferta que reduzia os lucros da atividade comercial. Esta grande instabilidade dificultava a vida do comerciante. Muitos iam a bancarrota (SOCOLOW, 1975, p.21).

Fundamental para o grande comerciante, sua rede de contatos, que permitia enviar mercadorias para os mercados de outras províncias e alimentar uma cadeia de pagamentos privada, era formada com base em relações pessoais. Desta forma, a morte de um comerciante geralmente significava o desmantelamento desta rede e, por conseguinte, da cadeia de crédito que dela derivava (SOCOLOW, 1975, p.12).

Isto era responsável pelo grande número de falências das firmas comerciais em Buenos Aires que impelia aos instrumentos de crédito privados uma natureza de curto e médio prazos. A quebra de um grande comerciante levava a uma reação em cadeia que

envolvia não apenas credores e devedores locais, mas também de outros mercados do Vice-Reinado (GELMAN, 1990, p.119).

Assim, os instrumentos de crédito privados terminavam por não se constituírem em promessas de dívida de longo-prazo que servissem de reserva de valor, este papel era cumprido pela dívida emitida pela *Hacienda Real*.

A moeda cunhada possuía um papel *sui generis* dado seu caráter de meio de pagamento final nas transações com o exterior. Seu uso interno se limitava ao pagamento de situados e raramente entravam a circulação doméstica.

Outro aspecto que moldava em certo sentido a circulação monetário no prata era o comércio exterior devido ao uso quase exclusivo de prata como meio de pagamento. Criava-se um circuito monetário doméstico baseado eminentemente em instrumentos de crédito e um circuito internacional cuja prata era utilizada como meio de pagamento final. As linhas de crédito mantidas pelas casas comerciais de Sevilha e Cádiz eram a única ligação que o Vice-Reinado possuía com o sistema monetário internacional da época.

### Capítulo 3: Revolução, Guerras e Fragmentação do Poder

O fim do Vice Reinado do Prata significa o começo da vida independente da região, mas não resulta na formação de um Estado nacional que abarcasse todo o território do antigo regime. Iniciou-se um processo de fragmentação política e econômica que tomaria anos para ser superado por meio de guerras que promovessem a centralização do poder e, por conseguinte, a formação de um Estado unificado.

O processo de independência iniciado com a Revolução de Maio foi estimulado pela crise monárquica vivida pela Coroa Espanhola com a prisão de Fernando VII pela França. A junta de maio, formada majoritariamente por membros da elite porteña, foi uma resposta a esta crise e não um movimento cuja origem estivesse numa conjunção de interesses econômicos e políticos contra o domínio espanhol.

Deste modo, o vácuo criado pela crise monárquica não foi compensado por um movimento político aglutinador que envolvesse todas as regiões do Vice-Reinado – nem mesmo a independência era um objetivo comum. O projeto político da elite porteña de criar um Estado central que preservasse a posição privilegiada que Buenos Aires possuía no antigo regime foi fortemente rechaçada pelas demais províncias. O fim da primeira década revolucionária verá a derrota de Buenos Aires e a queda do governo central como reflexos do descontentamento com o projeto porteño e do desejo de autonomia das demais províncias.

A fragmentação política estimulou, ao mesmo tempo em que foi estimulada por, uma formação de interesses econômicos regionais. Após a independência, as economias regionais gravitaram para diferentes pólos do comércio internacional, fortemente influenciadas por suas antigas relações coloniais, o que impediu a formação de relações econômicas interprovinciais que facilitariam a criação de um mercado nacional<sup>56</sup>.

Assim, as províncias localizadas a noroeste se voltaram ao pacífico em direção aos mercados do Chile. As províncias do norte preservaram suas relações com o Alto Peru após o fim da guerra de independência e com a criação da República da Bolívia. Por fim, as províncias do Litoral desenvolveram fortes laços com o comércio atlântico.

Esta transição econômica desestruturou a economia de forma a privar a região de um centro econômico dominante cuja riqueza poderia transformá-lo num centro de poder

---

<sup>56</sup> “En el interior [...] la situación fue más compleja: no todas las regiones-provincias pudieron adaptarse rápidamente al nuevo orden imperante, sea porque sus excedentes de producción eran poco apreciados en el puerto exportador, fuera porque éste estaba demasiado alejado como para hacer económicamente viable la presencia de esos antecedentes en la antigua capital virreinal” (ROSA, 2003, p. 226).

hegemônico. As tentativas porteñas foram resistidas por meio de exércitos locais financiados pelo saldo comercial obtido por estas províncias em seus mercados regionais.

A perda de territórios economicamente importantes também contribuiu para reduzir a capacidade econômico-financeira do novo Estado. Se a perda mais lamentada inicialmente foi a do Alto Peru, origem do principal produto exportado através do porto de Buenos Aires, a independência do Paraguai – importante mercado interno – e a longa batalha pela Banda Oriental – em cujo território se formavam os maiores rebanhos bovinos do Prata – representaram reveses cruciais para o esforço empreendido nas guerras de independência de centralização do poder em um Estado Central (IRIGOIN, 2000, p. 18).

O circuito comercial baseado na exportação da prata de Potosí e na importação de mercadorias européias que vinculava todo o território do Vice-Reinado numa cadeia de pagamentos baseada no crédito público e expandida pelo uso de instrumentos privados de crédito foi profundamente afetado pelos conflitos pós-independência.

As tradicionais rotas comerciais que direcionavam as mercadorias do porto de Buenos Aires através das províncias do interior até o Alto Peru sofreram com as guerras de independência. A perda de mercados e o empobrecimento de outros, acompanhados pela insegurança que prevalecia sobre as regiões em conflito, fragilizaram os antigos laços comerciais e, por conseguinte, acabaram reduzindo a circulação dos instrumentos privados de crédito que acompanhavam as transações comerciais.

As cidades que enfrentavam mais diretamente as conseqüências das guerras de independência sofriam a destruição inerente a estes conflitos, mas também com a insaciável demanda dos exércitos revolucionários por recursos. Estes dois fatores contribuíram para a exaustão das economias provinciais que terminaram esta primeira década revolucionária bastante degradadas.

O desaparecimento do sistema fiscal vigente no antigo regime alterou as características do financiamento do crédito público. A perda dos *situados* de Potosí enfraqueceu financeiramente o governo central, que muitas vezes apelou para empréstimos compulsórios para manter o esforço de guerra exigido pela independência. Lentamente, o comércio exterior apareceu como a principal fonte de recursos fiscais – situação que perduraria por várias décadas.

A ruptura das cadeias de pagamento interprovinciais, que comprometeram os instrumentos privados de crédito, aliadas a fragilização do crédito público, reflexos da fragmentação política e econômica do antigo Vice-Reinado, contribuiu para o nascimento dos vários espaços monetários provinciais que floresceram na década de 1820.

Por fim, alterou-se o vínculo entre a região e o sistema interestatal, a inserção internacional não seria moldada mais pelas instituições reais espanholas. A independência não alterou a natureza da relação da economia da região do prata com a economia mundial: continuou importadora de mercadorias européias e exportadora de metais preciosos. Mas o deslocamento do comércio para a órbita britânica provocou profundas transformações na economia da região.

Esta nova inserção internacional é marcada por um aumento expressivo das importações – mais baratas sem o monopólio comercial espanhol – que tornará a balança comercial cronicamente negativa durante algumas décadas. A adoção do livre-comércio por Buenos Aires permitiu que os comerciantes britânicos se fizessem mais presentes, abrindo novas casas de comércio e buscando compensar nestes novos mercados os prejuízos causados pela política napoleônica na Europa (HALPERÍN DONGHI, 1979, pp.146-147).

Mesmo antes da formação de Estados nacionais consolidados, a região do Prata foi sendo inserida no sistema monetário internacional controlado pela moeda inglesa. As redes de comércio e de crédito que passaram a dominar os espaços antes ocupados pelos comerciantes-financistas espanhóis eram financiadas diretamente nos mercados financeiros europeus, tendo a City de Londres o controle quase absoluto dos fluxos financeiros nesta primeira metade do séc. XIX.

O circuito monetário regional, baseado fundamentalmente no mercado monetário de Buenos Aires, passou a utilizar a libra esterlina como base para suas operações internacionais. Os instrumentos públicos e privados de crédito doméstico foram profundamente afetados pelas finanças inglesas que influenciaram os experimentos monetários que resultaram na formação do espaço monetário argentino.

### **3.1 Revolução, Independência e Fragmentação**

Os conflitos europeus, que haviam sido os responsáveis principais pela decisão da coroa espanhola de criar o Vice Reinado do Prata, reverberaram novamente quando de sua dissolução. As disputas entre França e Grã-Bretanha continuaram a envolver a Espanha numa série de guerras que perturbaram sua relação com as colônias – devido a freqüentes interrupções no comércio e as cada vez mais exigentes demandas de recursos para o financiamento da guerra na Europa, que perduraria por mais de 20 anos – e que terminariam por provocar uma grave crise na monarquia que levaria ao desencadeamento dos processos de independência na América Espanhola.

A despeito da ocorrência de uma série de conflitos localizados ao longo do séc. XVIII na América Espanhola nenhum deles almejou a autonomia política que caracteriza um movimento de independência. Nenhum dos movimentos que resultaram na ruptura do vínculo colonial e que deram início a um processo que resultaria na desagregação do império espanhol nas Américas em uma série de países independentes foram precursores dos acontecimentos na península, pelo contrário, todos seguiram a crise da monarquia espanhola<sup>57</sup>.

A Espanha do final do séc. XVIII era uma potência colonial atrasada com relação a França e Grã-Bretanha. A união dinástica que unia os Reis Bourbons da Espanha e França, ratificada pelos Pactos de Família firmados durante todo o Séc. XVIII, se fortalecia no interesse mútuo que ambas possuíam de resistir à ascensão comercial e militar da Grã-Bretanha. O desejo francês de supremacia sobre a Europa unia-se as aspirações espanholas de reter sua soberania sobre as colônias americanas contra o crescimento do poderio britânico.

Os desdobramentos do conflito anglo-francês seriam bastante prejudiciais a integridade do Império Espanhol. A vitória britânica na Batalha naval de Trafalgar (1803) infringiu graves perdas as marinhas francesas e espanholas tornando a ligação entre a metrópole espanhola e suas colônias americanas extremamente difícil, colocando em situação delicada o monopólio comercial espanhol.

A ascensão ao poder de Napoleão tornou mais tensa a aliança com a Espanha. A França ambicionava aumentar sua participação no regime comercial espanhol, a penetração das manufaturas francesas nos mercados coloniais era tida como essencial para manutenção do esforço de guerra contra Grã-Bretanha. No entanto, a Espanha prorrogava a assinatura de concessões comerciais a sua aliada, o que causava a revolta dos comerciantes franceses que não possuíam a capacidade de seus rivais britânicos de se infiltrarem diretamente nos mercados da América Espanhola.

A invasão francesa da Espanha obrigou Carlos IV e seu filho Fernando a abdicarem de seus direitos dinásticos em 1808. Fernando é aprisionado e Napoleão declara seu irmão, José Bonaparte, Rei da Espanha, provocando a maior crise vivenciada pela monarquia

---

<sup>57</sup> “El desencadeamiento de ese proceso disgregador no responde en absoluto a factores internos, ni peninsulares ni americanos, sino a acontecimientos foráneos que comenzaron con la Revolución francesa y culminan con el Imperio de Napoleón” (DEL CASTILLO, 1983, p. 419).

espanhola<sup>58</sup>, com conseqüências ainda mais perturbadoras sobre suas colônias americanas (TERNAVASIO, 2009, pp. 40-43).

A notícia da prisão de Fernando VII foi acompanhada pela criação de uma série de *Juntas* nas demais províncias peninsulares com objetivo de resistir a invasão francesa. Esta fidelidade também foi encontrada na América Espanhola. As colônias espontaneamente aderiram ao movimento de criação de *Juntas* que reconheciam a soberania do Rei cativo.

Ainda em 1808 se forma a *Suprema Junta Central Governativa del Reino* que passou a ser o bastião da autoridade e soberania real. Após sua instauração ela é transferida para Sevilha em 1809, mas devido ao assédio das tropas francesas, acaba sendo substituída por um *Consejo de Regencia* localizado em Cádiz em 1810. Apesar da organização da resistência contra os invasores franceses, ambas as juntas não conseguiram grande legitimidade na Espanha e menos ainda nas colônias. (GOLDMAN, 2005, p.30).

O Vice Reinado do Rio da Prata não teve uma resposta única a crise monárquica. Enquanto a capital Buenos Aires formava uma *Junta* que mantinha fidelidade a Fernando VII, mas que negava o reconhecimento ao *Consejo de Regência*, Montevideú aceitava sua legitimidade. Esta situação era fruto das novas forças que transformaram o equilíbrio de poder no Vice Reinado do Prata após as invasões inglesas de 1806 e 1807.

Durante todo o séc. XVIII as autoridades espanholas receberam um ataque britânico pelo atlântico através do pouco guardado flanco sul de seu Império Americano. Mas esta temida invasão, um dos principais motivos da criação do Vice Reinado do Prata, só veio ocorrer no início do séc. XIX. O desembarque das tropas britânicas em 1806 foi motivado tanto por questões comerciais – a busca por novos mercados foi estimulada ainda mais pelo fortalecimento do bloqueio continental exercido por Napoleão –, como por questões estratégicas relacionadas ao conflito com a França – a formação de uma base militar na região da Bacia do Prata seria um sério golpe sobre a Espanha, aliada francesa .

As semanas após o desembarque foram de sucesso britânico com o Vice Rei – o Marquês *Rafael de Sobremonte* - fugindo da Capital para o interior – como havia sido planejado pela Junta de Guerra – com objetivo de organizar a defesa e futura reconquista. Este fato, aliado ao comportamento submisso e cooperativo tanto do *Cabildo* como da Audiência de Buenos Aires, contribuiu para a grave crise de legitimidade que a Autoridade Real vivenciaria após derrota britânica (ROCK, 1991, pp.113-114).

---

<sup>58</sup>“[N]unca en la historia de España a partir de 1492 se dio la circunstancia de que el trono quedase vacante y jamás se interrumpió la legitimidad del poder ni esta pudo ser discutida” (DEL CASTILLO, 1983, p. 412)

Se esta primeira invasão não havia sido autorizada pelas autoridades britânicas, seu sucesso inicial foi muito bem recebido em Londres. Logo se organizou o envio de reforços que foram acompanhados por um comboio de navios carregados de mercadorias por comerciantes britânicos incitados pelas perspectivas de liberalização do comércio que a conquista britânica fomentava.

A reconquista acabou sendo reorganizada pelo Capitão Santiago Liniers, que além do uso de tropas peninsulares que estavam estacionadas em Montevidéu, contou com a decisiva participação de uma milícia recrutada entre os próprios habitantes de Buenos Aires. As forças britânicas foram obrigadas a capitular e negociar sua saída da região do Prata antes da chegada dos reforços.

Em 1807, as tropas britânicas enviadas como reforço conquistam Montevidéu como primeira etapa para um novo ataque a Buenos Aires. Novamente, as milícias *porteñas*, agora mais experientes e melhor treinadas, organizadas em corpos militares, foram decisivas para repelir a invasão e garantir a segurança do Vice-Reinado (GALLO, 2001, pp.43-46).

Estas invasões deixaram marcas profundas que iriam se mostrar decisivas no período da crise monárquica de 1808. Primeiramente, houve um enfraquecimento da legitimidade da Autoridade Real. Um dos pilares do vínculo imperial com a Espanha era a estratégia de defesa das colônias. Os acontecimentos de 1806 e 1807 realçaram a fragilidade desta estratégia e demonstraram aos habitantes do Vice Reinado que sua segurança podia ser garantida por forças domésticas.

Esta perda de legitimidade do poder das autoridades espanholas foi amplificada pelo comportamento do Vice Rei e outros funcionários reais durante a breve ocupação inglesa. O episódio serviu para alimentar a tradição de autonomia que já existia na Bacia do Prata – oriunda em grande parte da maneira como a Coroa Espanhola negligenciou a região durante dois séculos até a criação do Vice Reinado – e que se viu mais fortalecida. A vitória nas invasões inglesas voltou a estimular a busca por soluções próprias para os problemas do Vice Reinado.

A conjuntura política no Vice Reinado também seria alterada profundamente após os conflitos. Durante muito tempo, a vida política no Vice Reinado foi dominada pela administração real e pela classe dos comerciantes. O poder político dos funcionários reais era respaldado diretamente pela soberania da Coroa Espanhola. Sua influência cresceu com as reformas borbônicas adotadas no fim do séc. XVIII que ampliaram sua esfera de atuação com a nova organização da burocracia real, representada na figura dos intendentés. A

Audiência de Buenos Aires, a mais alta autoridade jurídica da região, constituía o núcleo da autoridade real no Vice Reinado (LYNCH, 1976, pp.52-53).

Principalmente devido ao seu poder econômico, os comerciantes passaram a exercer grande influência como grupo mais favorecido pela criação do Vice Reinado. Os ganhos oriundos do *comercio libre* atraíram uma nova leva de imigrantes peninsulares a Buenos Aires que se organizaram num *Consulado* de comércio, mas que amplificaram seu poder político devido a sua representação do *Cabildo* de Buenos Aires.

As invasões inglesas alteram esta hierarquia política, na medida em que a principal força militar na repressão aos exércitos britânicos era uma milícia formada majoritariamente pelos *criollos porteños*. Após a reconquista, ao mesmo tempo em que a Administração Real perdia legitimidade, a milícia emergia como uma nova força política juntamente com o *Cabildo* de Buenos Aires, dominado por comerciantes espanhóis.

A chegada da notícia da abdicação de Carlos IV e o aprisionamento de Fernando VII instigaram os ânimos dos espanhóis no Vice Reinado já há muito descontentes com a posição privilegiada que os *criollos* alcançaram. Sob pressão *criolla*, a Audiência havia destituído e aprisionado o Vice-Rei *Sobremonte* após a reconquista, nomeando *Santiago Liniers*, comandante das milícias, governador militar de Buenos Aires - que posteriormente acabou sendo nomeado Vice-Rei provisório.

A situação das finanças do Vice Reinado acirrou a rivalidade entre *criollos* e espanhóis. Os conflitos europeus que dificultavam o comércio atlântico prejudicaram a produção de prata de Potosí, dependente da importação de mercúrio, reduzindo as receitas da *Hacienda Real*. Esta situação foi agravada pela formação da milícia cuja manutenção respondia aos receios de uma futura invasão francesa, mas que resultava numa fonte extra de despesas.

A solução encontrada por *Liniers* foi autorizar a entrada das mercadorias inglesas que se encontravam em Montevideú desde a segunda invasão em 1807. O alívio nas receitas foi acompanhado pelo desagravo dos comerciantes espanhóis que enxergavam nesta medida uma afronta ao regime de *comercio libre* que regulava o monopólio da Coroa Espanhola. Por outro lado, o livre comércio tornou-se popular entre os membros da milícia, que voltaram a receber seus salários depois de alguns meses. (ROCK, 1991, p. 114)

Desta maneira, quando o governador *realista* de Montevideú, *Francisco Javier Elío*, instaurou um *cabildo abierto* no qual jurava fidelidade ao Rei cativo e rejeitou a autoridade de *Liniers* como Vice Rei acusando-o de traição, os comerciantes peninsulares de Buenos Aires liderados por *Martín de Alzaga* – membro proeminente do *Cabildo* que cumpriu papel

fundamental na organização da defesa de Buenos Aires quando da segunda invasão britânica – promoveram um golpe contra Liniers exigindo sua demissão.

Mas a superioridade militar das milícias frente ao pequeno exército formado por espanhóis que acompanhava os membros do *Cabildo* garantiu permanência de *Liniers*, frustrando e exilando de seus líderes que logo conseguiram refúgio em Montevideú. Esta tentativa fracassada dos espanhóis de reverter o caminho seguido pelo Vice Reinado de forma a restaurar a situação vigente no antigo regime representou a queda de seu poder e a afirmação da elite *criolla*. (LYNCH, 1976, p. 53-54).

A chegada em 1809 de *Baltasar Hidalgo de Cisneros*, o último Vice-Rei da região do Prata, aliviou momentaneamente as tensões políticas em Buenos Aires. Mas sua tentativa de revogar as medidas liberalizantes de *Liniers* foi contraposta pela imediata queda nas receitas fiscais e, por conseguinte, a ameaça de falta de pagamento dos salários da milícia. *Cisneros* então, através de um *Reglamento Provisorio* em 1809, liberaliza o comércio da região. Tratava-se da aceitação da incapacidade da metrópole em sustentar seu monopólio comercial através do Regime de *Comercio Libre*.

Foi com este estado de tensão política que as notícias da queda da Junta de Sevilha chegaram ao Vice Reinado, culminado com a criação de um *Cabildo Abierto* em Buenos Aires em maio de 1810. O reconhecimento da queda de Sevilha como o fim de um governo legítimo na Espanha terminou com a deposição e posterior prisão do Vice-Rei *Cisneros* e com a declaração da formação de uma nova junta que seria a base para criação de um novo governo sobre todo o território pertencente ao Vice Reinado do Rio da Prata.

### **3.2 Revolução de Maio**

A instauração da Junta de Buenos Aires em 1810 foi a resposta inicial ao vazio de poder provocado pela queda da Junta de Sevilha, mas que carregava uma série de interrogações sobre os destinos políticos da região. Inicialmente não havia claro para seus líderes a independência como objetivo final<sup>59</sup>. O juramento de lealdade ao monarca cativo limitava o poder da Junta a ser um substituto da Autoridade Real, ela governaria em nome dele. Na medida em que esta fosse restaurada, a junta veria seu fim. Este seu caráter

---

<sup>59</sup> “[L]o cierto es que el proceso abierto por la crisis de la monarquía provocó la emergencia de un abanico de iniciativas entre las cuales la independencia total no era la única ni tampoco, en las primeras etapas, un objetivo determinante de los acontecimientos” (CHIARAMONTE, 2008, p.337).

provisório se tornaria uma fonte de incerteza que enfraqueceria a unidade política da região (CHIARAMONTE, 2008, p.331).

Era o poder da Autoridade Real que criava o vínculo político que unia os territórios do Vice Reinado do Rio da Prata - que não havia sido capaz de sedimentar suas próprias estruturas regionais de poder. A perda de legitimidade da Autoridade Real gerou uma enorme incerteza sobre os destinos políticos da região, que não foi pôde ser dissipada pela formação da Junta dado o caráter transitório que havia adquirido.

Mas mesmo governando em nome do monarca cativo, a junta possuía em si um forte sentimento autonomista nascido das vitórias sobre as forças invasoras britânicas. Assim, suas lideranças buscaram desde o primeiro momento ganhar respaldo de todo o Vice Reinado. Mas o próprio processo de criação da *Junta* e, a forma como ela estabeleceu sua legitimidade, tornaram-se fontes das dificuldades enfrentadas pelo poder *porteño* para se impor sobre as demais regiões.

O vazio de poder gerado pela crise monárquica foi capaz de estimular a formação destas juntas por toda a América Espanhola – e também nas regiões da península ibérica - através de um conceito conhecido como *Pacto de Sujeción*. Segundo ele, a soberania em última instância pertencia a *los pueblos*<sup>60</sup> que era concedida ao monarca, que assim legitimava seu poder sobre estes povoados. Na ausência do monarca, o poder voltava aos seus donos originais (GOLDMAN, 2005, pp. 41-43).

Na busca por construir sua legitimidade, a *Junta* bonaerense estimulou a formação de *Juntas* locais para que exercessem sua soberania designando representantes a serem incorporados a *Junta Central* em Buenos Aires. Esta atitude terminou por abrir espaço aos anseios por autonomia nas demais regiões do Vice Reinado, o que acabaria resultando num sério obstáculo para a formação de um governo central.

Para os membros *porteños* da *Junta Central* tratava-se de formar uma única soberania que então terminaria na formação de um Estado unitário e centralizado, tendo como capital Buenos Aires. Para as demais cidades, existiria uma série de soberanias por todo o território do Vice Reinado e estas formariam um Estado cuja organização a elas se adequasse<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> A palavra em espanhol *pueblo* pode significar povo ou povoado.

<sup>61</sup> “Así, en el breve lapso de unos pocos meses, se han dibujado las dos posturas que constituirán una parte sustancial del trasfondo de las luchas políticas que se avecinan. Una, que atribuye la soberanía a todas y cada una de la ciudades americanas – ‘los pueblos’ -, de manera que Buenos Aires no es mas que una ciudad soberana entre otras. Otra, que sin contradecir explícitamente esa doctrina, atribuye a Buenos Aires una preeminencia derivada de su posición en la estructura político-administrativa del virreinato, de sus mayores recursos y de su ‘ilustración’, e intenta organizar un nuevo Estado bajo su liderazgo.” (CHIARAMONTE, 1993, p.100).

Desta forma, a herança do poder após a revolução não recairá automaticamente sobre a mesma organização política vigente no antigo regime, a despeito dos esforços contraditórios de Buenos Aires<sup>62</sup> em sua tentativa de formar uma nova organização política ao mesmo tempo em que ambicionava preservar a hierarquia política existente no antigo Vice Reinado.

A revolução *porteña* foi recebida de maneira distinta pelos demais territórios do antigo Vice Reinado. Apesar de algumas resistências, as forças enviadas a Córdoba foram bem sucedidas, assim como em suas cidades dependentes, como *San Luis* e *San Juan*, apoiaram a revolução. Na região mais ao norte a intendência de *Salta*, incluindo *Jujuy*, *Tucumán*, *Santiago del Estero* e *Catamarca*, também deram suporte ao governo central em Buenos Aires. No litoral, devido a autoridade imediata de Buenos Aires sobre *Santa Fe*, *Corrientes* e *Misiones*, todas seguiram a capital (HALPERÍN DONGHI, 1979, pp.249-252).

A despeito destas adesões iniciais a revolução encontraria também muita resistência, principalmente de regiões mais longínquas e menos integradas política e economicamente ao comércio bonaerense, que desde o início do Vice Reinado já possuíam resistências ao poder oriundo de Buenos Aires.

A província do Paraguai foi um dos primeiros territórios do antigo Vice-Reinado a buscar independência por não aceitar se submeter a liderança de Buenos Aires. Assunção havia sido a sede do poder político e administrativo da região e a nomeação de Buenos Aires como capital do novo Vice Reinado nunca havia sido bem aceita. A decisão *porteña* de controlar a navegação do Rio da Prata através do monopólio sobre o comércio atlântico, com a cobrança de tarifas alfandegárias no porto de Buenos Aires, era visto por a Assunção como uma barreira para o desenvolvimento de seu comércio. (LYNCH, 1976, p.123)

Um *cabildo abierto* em Assunção decidiu pela fidelidade ao *Consejo de Regencia* de Cádiz. A revolução era vista como uma oportunidade para os *criollos* paraguaios buscarem sua autonomia. A resposta *porteña* foi o envio de uma expedição militar à província paraguaia rechaçada por uma milícia comandada por oficiais *criollos*. A vitória sobre Buenos Aires representou também a emancipação do domínio espanhol com a independência foi declarada em 17 de maio de 1811. (HALPERÍN DONGHI, 2000, p.65).

---

<sup>62</sup> “la Buenos Aires revolucionaria aparecía bajo una luz ambigua, como destructora pero a la vez heredera del antiguo régimen” (HALPERÍN DONGHI, 2000, p.77)

Se a independência do Paraguai representava a perda de um território vasto e um mercado importante, a perda de controle sobre o Alto Peru possuía uma importância econômica e estratégica ainda mais perturbadora sobre as pretensões de Buenos Aires.

A rebelião bonaerense estimulou em Lima o desejo de reintegrar o território a sua jurisdição, o que foi prontamente negado por Buenos Aires. Os territórios do altiplano passaram então a ser também estrategicamente importantes para uma futura defesa do Vice Reinado contra as forças *realistas* provenientes do Vice Reinado do Peru. A primeira expedição militar *libertadora* ao Alto Peru - que no caminho já havia derrotado forças *realistas* em Córdoba, Salta e Tucumán – foi inicialmente bem sucedida.

Mas aristocracia *criolla* local, que já se via incomodada devido ao envio dos vultosos *situados* para Buenos Aires, se revoltou com a declaração do fim da servidão indígena e retirou seu apoio as forças *porteñas*, fortalecendo os *realistas* que conseguem reconquistar o Alto Peru menos de um ano depois. Mais duas tentativas fracassadas de conquistar o Alto Peru foram efetuadas por Buenos Aires em 1813 e 1815. O Alto Peru passou a ser controlado por forças espanholas até 1825, quando um movimento de independência foi bem sucedido em expulsar as últimas forças *realistas* e criar a República da Bolívia (LYNCH, 1976, pp.141-144).

O poder político bonaerense também seria contestado no outro lado do Rio da Prata. A Banda Oriental ganhou importância com a criação do Vice Reinado através do crescimento do poder de Montevideú, que se tornou um proeminente centro administrativo e que passou a possuir seu próprio governador – ainda que subordinado a Buenos Aires. Economicamente, ela também era importante para Buenos Aires, pois era lá que se encontravam os maiores rebanhos bovinos do Vice Reinado – também bastante desejados pelo lado português.

Esta importância política e econômica alimentou a rivalidade entre Buenos Aires e Montevideú – cujo porto poderia se tornar uma opção em detrimento ao monopólio do porto de Buenos Aires. Em vista disso, na crise monárquica era natural que Montevideú se colocasse ao lado de Fernando VII em detrimento da Junta de Buenos Aires. Em 1811, tropas recém chegadas da Espanha ocuparam todo o interior da Banda Oriental e o governador Francisco Elío declarou guerra a Buenos Aires (LYNCH, 1976, pp.107-108).

No entanto, em busca de maiores recursos para financiar os esforços militares, os funcionários reais elevaram impostos sobre o comércio e a propriedade, levando os estancieiros da Banda Oriental a pender para o lado de Buenos Aires e se unirem em milícias comandadas por José Artigas.

A invasão portuguesa de 1811, apoiada inicialmente por Elío, estimulou um armistício entre Buenos Aires e Montevidéu. Esta primeira intervenção estrangeira sobre os territórios do antigo Vice-Reinado do Prata terminou com a ingerência britânica no conflito, dada sua necessidade de contar com Portugal tanto quanto da Espanha em seu esforço de guerra contra a França. Ela resultou no firmamento de um acordo para que portugueses se retirassem da Banda Oriental.

Mas esta retirada não terminou com o conflito. As investidas bonaerenses e do exército de Artigas sobre a *realista* Montevidéu alimentaram novamente uma breve aliança entre ambas as forças, que conseguem derrota as forças *realistas* em junho de 1814. Mas os múltiplos conflitos enfrentados pelo governo de Buenos Aires – que encarava também resistências em várias partes do interior - esgotaram seus recursos e vivendo uma grave crise interna, acaba cedendo a Banda Oriental a Artigas em 1815 (LYNCH, 1976, pp.110-114).

### **3.3 Queda do Governo Central e Formação das Províncias-Estado**

Na segunda metade da década de 1810 os custos da guerra em termos de recursos, riqueza e homens, cresceram acima dos recursos de Buenos Aires – que chega a considerar um retorno negociado ao Império Espanhol<sup>63</sup> – como para o exército de Artigas – espremido entre as investidas militares de Buenos Aires e o esforço da guerra contra os portugueses (HALPERÍN DONGHI, 1979, p. 316).

Por volta de 1815, a manutenção por parte de Buenos Aires de um exército nacional já não mais era compatível com seus recursos fiscais, obrigando o governo *porteño* a delegar às cidades envolvidas nos conflitos o comando militar – o que exigiu que a defesa das fronteiras contra os *realistas* do altiplano peruano passasse a ser efetuada por forças locais e obrigou a retirada das forças *porteñas* da Banda Oriental. É possível verificar como o então exército nacional passou a se acomodar nas diferentes conjunturas políticas locais fortalecendo a fragmentação política do poder central em avanço por toda a região do prata. (HALPERÍN DONGHI, 1979, p.319)

Da mesma maneira, a cobrança de impostos nas províncias do interior estava além da capacidade das forças *porteñas*. A necessidade de contratar funcionários e da manutenção de uma força coercitiva para que a coleta pudesse ser efetivada acabou sendo repassada aos

---

<sup>63</sup> Em grave crise, o governo de Alvear (1814) autoriza negociações com Fernando VII e aceita “sea la independencia com un enfante ao trono, sea la reincorporación a la corona de España con plena garantía de gobierno próprio” (HALPERÍN DONGHI, 2000, p.93)

grupos locais mais poderosos, servindo para enfraquecer a presença de um governo central e fortalecendo as aristocracias locais.

A partir destes estímulos ao crescimento das autonomias locais, as províncias começam a enxergar a formação de um governo central - unitário ou federal – um objetivo demasiado oneroso e por demais longínquo, o que termina por alimentar os sentimentos de autogoverno regionais que irão minar qualquer tentativa de formação de um Estado central.

Isto torna este período fértil na criação de novas soberanias locais por parte de Buenos Aires que permitem o fortalecimento da regionalização do poder enfraquecendo a dinâmica unitária do governo bonaerense, cuja tentativa de se impor novamente, em 1819, foi frustrada por estas mesmas forças.

Este duplo movimento de abatimento do Governo Central e fortalecimento das autonomias locais, faces da mesma moeda, refletem a busca pelo poder das cidades subalternas que se inicia já nos primeiros meses após a Revolução de Maio. Este conflito não se resume apenas a relação entre Buenos Aires e demais cidades como também entre as cidades de uma mesma região<sup>64</sup>.

Em 1811 o poder central fez criar uma série de Juntas Provinciais com objetivo de regulamentar os governos locais. Criou-se a Junta Provincial na capital das intendências e juntas subordinadas nas cidades subalternas. Os *Cabildos* das cidades subalternas não aceitaram a decisão, querendo que a relação com Buenos Aires fosse direta – não questionavam a relação de dependência para com a capital - ao mesmo tempo em que muitas se declararam independentes das Juntas Provinciais (CHIARAMONTE, 1997, p.149).

Estes movimentos terminaram por redesenhar a divisão política regional. Ainda vigente após a independência, o regime de intendências estabelecido pelo Vice Reinado, dividia o território da futura Argentina em três intendências: Salta de Tucumán, Córdoba e Buenos Aires (Paraguai, La Plata, Cochabamba, Potosí e La Paz, que completavam o Vice Reinado do Prata, se transformaram em territórios das futuras repúblicas do Paraguai e da Bolívia). Esta divisão política foi mantida por pouco tempo no Rio da Prata, logo se iniciou um processo de desarticulação política das intendências em províncias independentes e soberanas.

Em 1813 nascerão a partir da intendência de Córdoba três novas províncias: Mendoza, San Juan e San Luís. Em 1814 surgem as províncias do Uruguai, Entre Ríos e

---

<sup>64</sup> “[L]o que tejió gran parte de la trama política del período fue la coexistencia conflictiva de soberanías de ciudades con gobiernos centrales que dirigieron sus acciones tendiendo a definir una única soberanía rioplatense” (GOLDMAN, 2005, p.58)

Corrientes, separadas de Buenos Aires e, por fim separam-se Salta e Tucumán que até então formavam uma intendência comum. O fim da década vê a criação de Santa Fé e Santiago del Estero, nascidas respectivamente dos territórios de Buenos Aires e Tucumán. A última a surgir – e primeira a ter reivindicado tal direito - foi Jujuy (1834) a partir da província de Salta.

Se a falta de recursos para a manutenção de um exército central foi fundamental para desagregação, as dificuldades encontradas para se organizar um Estado central também serviram para alimentar as forças desagregadoras.

Na primeira metade da década de 1810 fundiu-se num mesmo movimento político a luta pela independência e a formação de um Estado central. Este duplo objetivo mostrou-se por demais complexo para aglutinar todas as forças políticas da região do Prata. Esta dificuldade se refletiu na efemeridade dos governos formados nesta primeira metade da década<sup>65</sup>.

“Los gobiernos revolucionarios que se sucedieron en esos años se constituyeron así en soluciones provisionarias destinadas a durar hasta que se reuniera la asamblea constituyente que definiría y organizaría el nuevo Estado. [...] Esta provisionalidad conllevaba una indefinición respecto a rasgos sustanciales, a saber: el de los fundamentos nacionales de los gobiernos centrales, los límites territoriales de su autoridad o sus atribuciones soberanas” (GOLDMAN, 2005, p.57).

Esta incerteza política também foi alimentada pela ausência de um acordo sobre como este futuro Estado se organizaria. A primeira assembléia constituinte, formada em 1813 em Buenos Aires, logo perdeu sua legitimidade frente a busca da liderança *porteña* em impor as demais províncias um Estado de característica unitária centralizado a partir de Buenos Aires.

A manutenção por parte da elite mercantil porteña do monopólio sobre o comércio exterior que garantia que Buenos Aires mantivesse para si a principal fonte geradora de recursos fiscais não servia para conseguir o apoio político das demais províncias. Grande parte delas obtinha seus principais recursos através dos subsídios propiciados pelo sistema fiscal do antigo regime. O fim deste mecanismo deixou os governos locais em grave crise (ALVARÉZ, 2001, pp.73-74).

A postergação da declaração de independência por quase seis anos também serviu de fonte de incerteza política. Foi apenas em 1816 quando da realização de uma segunda

---

<sup>65</sup> *Primera Junta* (05 a 12/1810), *Junta Provisional Gubernativa* (01 a 09/1811), *Junta Conservadora* (09/1811 a 09/1811), *Primer Triunvirato* (09/1811 a 10/1812) e *Segundo Triunvirato* (10/1812 a 01/1814).

assembléia constituinte que a independência é declarada com o nascimento das *Provincias Unidas en Sudamérica*.

Já enfraquecido militarmente e financeiramente, o governo central tem no resultado do projeto constituinte finalizado em 1819 seu golpe final. Seu caráter eminentemente unitário serviu para enfraquecer ainda mais a posição política de Buenos Aires frente as províncias que ainda lhe eram subordinadas e que passaram a se unir contra o enfraquecido governo central<sup>66</sup>.

A queda do governo central será sacramentada na Batalha de Cepeda em 1819. Para este resultado, a criação da *Liga de Los Pueblos Libres* em 1814 - constituída pelas províncias de Entre Ríos, Santa Fe e Córdoba, além de Misiones, Corrientes e, posteriormente, da Província Oriental (futuro Uruguai) - teve um papel fundamental (LYNCH, 1976, 113).

Sob liderança de Artigas este movimento representava uma alternativa ao regime de comércio monopolizado por Buenos Aires que já desagradava a aristocracia de todo o litoral. A posição privilegiada do porto de Montevideu fazia esta rota atlântica alternativa bastante factível e perigosa aos interesses *porteños*.

Mas uma nova invasão portuguesa conquista Montevideu em 1817, enfraquecendo a alternativa política que a Liga representava. Por outro lado, as províncias pertencentes a Liga não enxergavam comodamente uma volta a situação de submissão a Buenos Aires. A situação piora com a instauração de uma revolta em Tucumán em 1819 que se declara autônoma em relação a Buenos Aires. Com isso, a pequena força militar bonaerense é derrotada pelos exércitos de Santa Fe e Entre Rios na Batalha de *Cepeda* em fevereiro de 1820 (ROCK, 1991, p.137).

Chegava ao fim a primeira tentativa de Buenos Aires de consolidar seu poder por sobre as demais províncias e, com isso, organizar o um Estado Nacional sob hegemonia porteña. O poder porteño não foi capaz de superar as forças desagregadoras formadas pelos interesses provinciais.

A queda do governo central sediado em Buenos Aires exacerbará as tendências autonomistas por parte das províncias. Estas buscarão se organizar localmente, a partir da implantação de uma série de reformas que transformarão seus aparatos públicos locais de simples extensões de uma organização que ainda remetia a estrutura do antigo Vice Reinado,

---

<sup>66</sup> O único instrumento de organização política aprovado neste período de caráter duradouro foi o *Reglamento Provisório para la Administración y Dirección del Estado* de 1817, que acabou sendo adotado por uma série de províncias mesmo após a queda do poder central

em um arcabouço jurídico-administrativo que respondia eminentemente as necessidades locais.

As providências tomadas e resultados obtidos variaram conforme a província. Eventualmente todas se converteram em Repúblicas cujo chefe executivo era o Governador. Sua organização política foi constituída a partir da abolição dos órgãos do antigo regime - foram suprimidos os *cabildos* – através do exercício de suas soberanias em questões como guerra, justiça, educação, comércio, finanças públicas e moeda. Estas medidas em última instância deram origem a Províncias-Estado soberanos (TERNAVASIO, 2009, pp. 132-133).

Mesmo após esta maior afirmação da soberania das províncias, elas continuaram buscando relações interprovinciais através de pactos e alianças, que tinham como finalidade, ainda que longínqua, a organização de um Estado nacional. Nestes acordos o caráter soberano também prevalecia quando as províncias negociavam em caráter diplomático, como nações soberanas e independentes.

O processo de formação de um Estado Central que mantivesse grande parte das autonomias locais ficou consagrado como *Federalismo Argentino*. Para Chiaramonte (1993, p.85), no entanto, trata-se de um termo equivocado. Ele carrega implicitamente a idéia de uma nação argentina pré-existente, que não representa a realidade política vigente na primeira metade do séc. XIX.

Teria havido uma confusão de conceitos quando os federalistas argentinos na verdade tencionavam por uma confederação. A confederação é uma união de estados independentes e soberanos enquanto que uma federação é um conjunto de entidades políticas, que preservam alguma autonomia, cuja soberania é única e depositada sobre a responsabilidade de uma unidade política central.

Esta confusão entre os termos federação e confederação também se dá devido a dificuldade em precisar a natureza das partes confederadas, ou seja, as províncias. Existia uma contradição em ter uma confederação – união de estados soberanos – formada por províncias – concebidas como partes de uma nação pré-existente (CHIARAMONTE, 1993, p.95).

Desta forma, a década de 1820 se inicia com a radicalização da fragmentação política do antigo território do Vice-Reinado em uma série de unidades políticas independentes, os Estados-Províncias. O movimento de independência capitaneado por Buenos Aires foi incapaz de superar as estruturas regionalizadas sobreviventes do antigo regime.

### 3.4 Desarticulação Monetária

O impacto dos eventos que levaram a Revolução de Maio de 1810 foram assimilados nos circuitos monetários do prata de forma semelhante ao âmbito político. Se os governos iniciais não tinham como objetivo primordial a independência, mas sim governarem em nome do Rei cativo, a Revolução não representou uma ruptura imediata na estrutura que organizava a circulação monetária do antigo regime. A unidade de conta vigente no Império espanhol continuou sendo utilizada para mensurar as dívidas público e privadas, além de ser usada nos registros de comerciantes e da *Hacienda Pública*. As moedas cunhadas durante o antigo regime continuaram tendo aceitação irrestrita em todos os mercados da região. Por fim, as dívidas emitidas pela *Hacienda Real* não serão canceladas, sendo válidas até 1819.

Porém, na medida em que as ambições de autogoverno foram se tornando mais claras no seio da liderança *porteña*, a antiga articulação fiscal-monetária do Vice-Reinado sofreria as conseqüências das escolhas políticas adotadas após 1810. Assim sendo, lentamente o circuito monetário do Prata abandonaria suas características coloniais em direção a formação de um espaço monetário nacional, que, no entanto, experimentaria antes um período de grande fragmentação, que prorrogaria por algumas décadas sua consolidação.

#### 3.4.1 Crédito público

O sistema fiscal do antigo regime que servia de suporte para as finanças públicas e para a circulação monetária da região não foi capaz de sobreviver a Revolução devido ao deslocamento de Potosí para a órbita política *realista* nos anos seguintes a formação da Junta de Buenos Aires. A ruptura do eixo fiscal Potosí-Buenos Aires, cujo caráter redistributivo alimentava a circulação monetária do Vice-Reinado com o envio dos *situados*, interrompeu a movimentação de recursos que alimentava a liquidez dos mercados regionais e do mercado *porteño*.

O fim dos *situados*, que também serviam de garantia para o endividamento da *Hacienda Real* realizado principalmente juntos aos grandes comerciantes do Vice-Reinado, alterou profundamente a natureza do regime fiscal do novo governo que foi obrigado a procurar novas fontes de recursos num momento expansão dos gastos devido as guerras de independência.

As transformações que vinham alterando a natureza do crédito público também tiveram forte impacto nos circuitos de crédito privado. A extensa rede mercantil que envolvia

toda a região numa comunidade de pagamentos interdependente foi seriamente afetada pelo acirramento das guerras de independência. O processo de fragmentação política que se inicia ainda nesta primeira década revolucionária criará obstáculos para que os esquemas comerciais e mercantis continuem funcionando nas mesmas bases do antigo regime.

Por fim, a adoção do livre comércio pela Junta de Buenos Aires levará não só a formação de novos laços transatlânticos como alterará a forma de comercialização dos bens importados da Europa e, por conseguinte, a organização do crédito na região do Prata. Ela será inserida num sistema monetário internacional cujas operações são efetuadas com base na moeda inglesa.

A perda de Potosí representa entre outras coisas a transformação da base fiscal do novo governo. Os recursos exigidos para a manutenção do esforço de guerra virão agora dos tributos sobre o comércio exterior cobrados na Aduana de Buenos Aires, que progressivamente se tornará, até o fim da década de 1810, o principal órgão fiscal-financeiro do novo governo.

A magnitude destes recursos está diretamente ligada a política *libre-cambista* adotada pela Junta bonaerense logo após a Revolução. O fim do monopólio comercial espanhol e de suas sobretaxas e das re-exportações de mercadorias européias, responsáveis por grande parte do preço das importações, serviram para impulsionar o volume do comércio exterior e, por conseguinte, robustecer as receitas públicas elevando-as a níveis próximos aos vigentes durante o Vice-Reinado.

Este novo regime comercial, através da grande alteração nos preços das mercadorias importadas que ele promove, permitirá que o governo implante uma nova base fiscal sem os custos sociais relacionados de se cobrar novos impostos. A despeito das novas taxas sobre a importação, as mercadorias chegavam aos mercados do Rio da Prata com custo mais baixo do que ocorria no antigo regime.

Um outro lado desta situação será o endividamento público que cresce com o fim da década. As necessidades oriundas do esforço de guerra frequentemente exigiam recursos extras que o governo arrecadava através da emissão de papéis de dívida. Estes tornaram-se ao longo da década instrumentos de crédito cuja circulação atingiu amplos setores da economia e funcionou como embrião do papel-moeda a ser utilizado por Buenos Aires a partir da década de 1820.

No entanto, antes da dívida pública exercer o papel de meio de pagamento, a Junta de Buenos Aires, nos breves momentos em que possuiu o domínio sobre o Alto Peru, buscou exercer sua soberania monetária através de uma nova cunhagem de moedas. Em decreto

emitido pela Assembléia em 1813, foi ordenada a produção de moedas em Potosí com o mesmo peso e medidas das moedas vigentes no antigo regime, com os ditames “*Provincias del Rio de la Plata*” e “*En Unión y Libertad*” em substituição aos símbolos da Coroa Espanhola (SEGRETI, 1975, p. 23).

Esta tentativa de emitir moeda fracassou na medida em que a nova cunhagem não possuía significado algum para os habitantes do Rio da Prata. Independente da quantidade de metal usada para confeccioná-las ser a mesma que as moedas anteriores, as novas moedas eram emitidas por um Estado cuja soberania ainda não era reconhecida – a própria independência só será declarada em 1816. O não reconhecimento destas moedas estava ligado a não existência de tal Estado – ou seja, independente do material com o qual as moedas seriam cunhadas, sem a existência de um estado que lhe garantisse valor, elas não teriam valor monetário.

“[E]l pueblo se resistía a recibirla [...] el nuevo sello era algo incomprendible [...]. [E]n aquél tiempo las piezas metálicas corrían por su cuño, y no por el metal que contuvieran. Aquí en la colonia nunca se había conocido más cuño que el español [...] y solamente eso era moneda. Otros cuños serían porciones de metal, pero tan inservibles para la circulación como lo eran las pastas y piñas”. (HANSEN, 1916, p. 160).

A história da moeda argentina terá seu início a partir das emissões da dívida pública. Inicialmente, as emissões de dívida respondiam a necessidades extraordinárias do fisco. Eventualmente, os títulos foram circulando cada vez mais como meios de pagamento – estimulados por medidas do governo. Ao final da década a própria emissão de dívida pública passa a não obedecer mais aos ditames do fisco, mas sim as necessidades de liquidez do mercado monetário bonaerense.

A primeira emissão de dívida nasce da necessidade da construção de uma marinha de guerra para o combate das forças navais realistas de Montevideú, que prejudicavam o comércio exterior de Buenos Aires. O governo foi então autorizado pela Assembléia a tomar um empréstimo de Quinhentos Mil pesos. Os prestamistas receberiam *pagarés* (títulos de dívida) no qual poderiam receber a quantia emprestada mais 6% após um ano. Mas, também o Estado, garantiria o uso destes títulos, após dois meses da operação inicial, como pagamento de dívidas do próprio sobre o Estado (HANSEN, 1916, pp.162-163).

A circulação como meio de pagamento é estimulada pelo governo quando este passa a admitir o endosso dos *pagarés*, ampliando sua capacidade de compensar dívidas de

terceiros, além de reconhecer seu uso no pagamento de impostos na aduana de Buenos Aires. O governo incentivaria ainda mais o uso destes títulos de dívida como meio de pagamento ao permitir a emissão de papéis em valores menores – dez, vinte e trinta pesos – de forma a facilitar sua circulação.

Hansen (1916, p.207) através de um anúncio num jornal da época (1817) demonstra como estes papéis passaram a ser utilizados como meios de pagamento também em transações privadas. A forma de pagamento descrita em um anúncio de venda de uma loja dizia: “La mitad de su valor será recibido en pagarés del gobierno no estando éstos ya liquidados para su recibo de la aduana de esta capital”.

Após alguns anos, o governo passou a se preocupar com a grande desvalorização da ordem de até 40% que estes papéis experimentavam, o que encarecia o serviço da dívida. O governo buscava contrapor os rumores de que ele não possuiria recursos disponíveis para amortizar o volume de dívida.

“Los billetes y providencias de amortización comienzan a depreciarse día a día porque se ha hecho correr la interesada voz [...] que se han lanzado tantos a la circulación que no habrá fondos capaces de redimirlos como no sea en mucho tiempo. El ejecutivo, interesado al máximo en resguardar el crédito público [...] afirma que desde el 29 de marzo hasta el 20 de octubre [1817], se han pagado en providencias y billetes que deben amortizarse en la aduana 1.147.722 pesos. De ellos, hasta el 25 de ese mes se han amortizados [...] 476.734 pesos; es decir que restan 670.988 pesos. Y como deben percibirse por derechos de aduana [...] sólo quedarán sin retirarse de la circulación inmediatamente 10.988 pesos” (SEGRETI, 1975, p. 35)

A despeito dos esforços do governo em demonstrar seu comprometimento no pagamento do serviço da dívida, existiam fortes motivos para a perda de valor destes papéis. O problema principal estava na sua qualidade de ser utilizado na Aduana de Buenos Aires. Esta característica era bastante atraente apenas para os envolvidos no comércio exterior, fundamentalmente os comerciantes *porteños*. Os demais possuidores de dívida não tinham tantas opções de uso já que a estrutura tributária era bastante limitada. Esta situação deixava estes últimos a mercê dos primeiros, que lucravam bastante com a operação de compra de papéis desvalorizados para mais tarde utilizá-los, pelo seu valor nominal, na Aduana.

Esta última operação estimulava a especulação por parte dos comerciantes sobre o valor destes títulos. Os rumores de que o governo não seria capaz de honrar seus compromissos funcionavam como grave fator de desvalorização. Em meio de um esforço de

guerra pela independência e depois pela organização do Estado, que em última instância determinariam a própria sobrevivência do governo, a incerteza política era mais forte do que qualquer declaração ou decreto do governo. A chegada de notícias de derrotas importantes – como na Batalha de Sipe Sipe em 1815, que levou a suspensão temporária de pagamentos atrasados – possuíam impacto imediato sobre o estado de confiança sobre o crédito público (SEGRETI, 1975, p. 31).

Mas a confiança no crédito público também era abalada pelo próprio governo. A instabilidade crônica com a sucessão de juntas e com a tentativa fracassada de organização do Estado com a constituição de 1816, por si só já eram eventos emissores de incerteza que abalavam a confiança nos papéis da dívida pública.

Por fim, a própria administração da dívida contribuía para este ambiente de instabilidade. Por várias vezes o governo alterou a forma de uso destes papéis na aduana. Os prazos variavam e a quantia que podia ser cancelada com estes papéis também se alterou ao longo da década de 1810. Além disso, havia diferentes tipos de títulos em circulação – *pagarés*, letras de câmbio, ordens de pagamento –, dos quais nem todos eram endossáveis e passíveis de uso na Aduana.

Mas se em Buenos Aires os títulos de dívida pública já eram largamente utilizados para cancelar dívidas privadas, como meio de pagamento, nas províncias não havia tal instrumento. Instrumentos de crédito utilizados nas vendas a varejo se mantinham como principal forma de cancelar dívidas locais e as moedas cunhadas também circulavam como meios de pagamento.

As ordens de pagamento emitidas pelos exércitos revolucionários contra o governo central eram instrumentos de crédito muito usados. Os comerciantes locais os enviavam a suas contras-partes em Buenos Aires para serem utilizados na Aduana. Com relação ao resto da população, os papéis emitidos pelo governo central eram pouco atraentes num sentido semelhante ao experimentado pelos habitantes de Buenos Aires que não se envolviam no comércio exterior: seu uso na Aduana porteña lhes era de pouco valor e eles acabavam sofrendo o mesmo assédio por parte dos comerciantes locais para que lhes vendessem estes papéis a baixo preço.

Ao fim da década de 1810 o governo buscará organizar seus títulos de dívida que formavam o conjunto dos meios de pagamento através da criação da *Caja Nacional de Fondos de Sud América* (1818). O Banco serviria como uma Câmara de Compensação que através da emissão de certificados endossáveis como garantia pelos depósitos buscava reduzir a diferença entre os papéis, alongaria os prazos da dívida pública e facilitaria sua

circulação com o fracionamento em notas pequenas dos certificados emitidos pelo banco. Os depósitos seriam feitos em moeda, papéis amortizáveis e papéis aceitos na aduana em troca de certificados de longo prazo – perpetuidades -, cujos pagamentos de juros seriam de 15% a.a., 8% a.a. e 12% a.a., respectivamente (PIÑERO, 1921, pp. 52-53).

Tratava-se de buscar centralizar a administração do crédito público em numa única instituição que, com troca dos papéis por um único certificado, buscaria restaurar a confiança e o valor dos títulos emitidos até aquele momento.

A despeito do amplo uso dos papéis da dívida pública como meio de pagamento tanto em transações públicas como em transações privadas, em grande parte da década, a dívida pública cumpria uma função mais de cobrir gastos inesperados exigidos ao governo devido ao esforço de guerra.

Porém, em vista do uso indiscriminado da dívida pública como meio de pagamento em Buenos Aires, o governo emite um decreto, em 1819, no qual determina a emissão anual de cem mil pesos em papéis endossáveis a serem aceitos pela aduana “en clase de papel moneda”. Logo esta medida foi acompanhada de outro decreto que permitia a emissão de mais quarenta mil pesos. Tratava-se não mais de cobrir despesas pré-existentes, mas sim de alimentar a liquidez dos circuitos monetários. (HANSEN, 1916, pp. 230-231).

Ainda não se configurava como moeda no sentido de que eram títulos de dívida que carregavam juros. Sua monetização promovida pelo seu uso na aduana era alimentada pela influência política que a classe mercantil-portuária possuía frente as juntas governativas. Sua disponibilidade em aceitar os empréstimos compulsórios vinha do apoio que davam a formação de um mercado unificado. Mas não estavam dispostos a aceitar a emissão monetária fiduciária por parte do governo, que viam como prejudicial as suas atividades comerciais.

### **3.4.2 Crédito Privado**

As profundas alterações na organização do crédito público da Região do Prata foram, conseqüentemente, acompanhadas por alterações nos instrumentos privados de crédito. Além de uma queda relacionada com as mudanças sofridas pelas cadeias de comércio regionais - deterioradas pelos conflitos bélicos que tornavam naquele momento inviáveis as antigas rotas comerciais -, instaurou-se um novo vínculo comercial atlântico – que envolveu novas formas de comercialização das mercadorias importadas e exportadas, além da organização do crédito comercial a partir de um sistema financeiro mais desenvolvido sediado em Londres.

A instabilidade das redes de comércio e de crédito na região do Rio da Prata também foi alimentada pelos novos vínculos comerciais com o exterior. A liberalização do comércio não só deslocou Cádiz como centro do comércio europeu da região em favor, num primeiro momento de Londres e, posteriormente, Liverpool. Também alterou a forma de comercialização dos produtos importados a partir da penetração dos comerciantes britânicos nos mercados locais e seu efeito sobre o circuito monetário regional.

Os comerciantes britânicos se aproveitaram de oportunidades promovidas pela escassez de certos mercados para obterem lucros elevados através não só da venda de mercadorias como da compra de *fructos de la tierra* a vista.

“La inyección de dinero en un sistema que usaba sobre todo el crédito, y cuya red de deudas mantenía la disciplina de los sistemas de comercialización, tiene un efecto disruptivo innegable: libera al productor y al pequeño comerciante de su dependencia respecto del grande importador-exportador que es también su acreedor” (HALPERÍN DONGHI, 2000, p.147).

A maior capacidade financeira dos novos comerciantes alimentou uma concorrência que poucos comerciantes *porteños* eram capazes de enfrentar. Posteriormente o mercado monetário porteño iria se vincular ao sistema de pagamento internacional, que se utilizava de instrumentos de crédito e era dominado por transações efetuadas em libra.

A luta pela independência a partir de Buenos Aires foi bem sucedida. Não só as forças *realistas* foram derrotadas nos territórios do antigo Vice Reinado do Prata, como dela partiram exércitos – em grande medida financiados por Buenos Aires – para libertar o Chile e, posteriormente, também o Peru.

No entanto, esta iniciativa porteña não lhe garantiu a primazia política que a província desfrutava no antigo regime. Os obstáculos a serem enfrentados para a centralização do poder naquele momento, alimentados por profundas transformações políticas e econômicas, eram por si só quase incontornáveis.

Mas a forma como a hegemonia porteña se estruturava, a partir de monopólio sobre o comércio exterior, que lhe garantia o usufruto exclusivo aos interesses da província da principal fonte de recursos fiscais da região, limitava qualquer apoio político por parte das demais províncias empobrecidas devido ao término abrupto dos subsídios que recebiam durante a vigência do sistema fiscal imperial.

O fracasso desta primeira tentativa bonaerense de impor sua hegemonia sobre as demais províncias leva a dissolução do governo central e a emergência das Províncias-

Estado. Estas unidades políticas buscaram exercer sua soberania através da formação de milícias próprias, da organização de estruturas administrativas locais e da criação de sistemas fiscais e monetários autônomos.

O fim do governo central significou o fim da dívida pública nacional nos termos vigentes até então. Sem a garantia dada pelo uso no pagamento de impostos, os papéis da dívida pública perderiam sua capacidade de circulação monetária e de funcionar como meio de pagamento na economia. Esta crise impediu a adoção ainda na primeira década revolucionária de uma moeda fiduciária em nível nacional.

A não adoção por parte do governo antes de sua dissolução de um papel moeda fiduciário refletia a falta de disposição e, em certa medida, a incapacidade do governo em criar uma taxa mais direta sobre a economia.

Por um lado havia o poder político da classe mercantil, que era a principal força política por trás do governo bonaerense<sup>67</sup>. Apesar de não serem poupados dos empréstimos compulsórios, lhes era garantido uma receita sobre os mesmos. A emissão de moeda – um título de dívida ao portador sem o pagamento de juros – significava impor um tributo sobre a economia que recairia principalmente sobre esta classe, que não era o objetivo de um governo sustentado por comerciantes e que se mostrava nesta primeira década revolucionária extremamente frágil e instável.

Havia também um receio de evitar que a tributação deteriorasse as relações com a Grã-Bretanha, na medida em que o comércio exterior já era dominado por seus comerciantes. O não reconhecimento da independência das *Provincias Unidas* representava uma ameaça a soberania da região. O fim da crise monárquica espanhola e a organização da Reconquista das colônias americanas faziam da boa relação com o Império Britânico uma pedra fundamental na política exterior do governo central<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> “El uso del crédito voluntario aparece condicionado por la necesidad de respetar a grupos mercantiles con los cuales el nuevo Estado se identifica acaso menos de lo que los teme” (HALPERÍN DONGHI, 2005a, p.102)

<sup>68</sup> “De la consolidación del lazo desigual con Gran Bretaña no sólo depende la supervivencia financiera del foco revolucionario implantado en Buenos Aires: los dirigentes de esa azarosa experiencia juzgan que su inmediata supervivencia política requiere por lo menos la pasiva benevolencia británica, condicionada a una constante tutela de los intereses de esos invasores del mercado rioplatense que son los comerciantes ingleses” (HALPERÍN DONGHI, 2005a, p. 103).

## Capítulo 4: Guerras e Centralização do Poder

A queda do governo central e a posterior formação das Províncias-Estado, que resultaram na grande desarticulação política das *Provincias Unidas*, foram conseqüências da fracassada tentativa de imposição da hegemonia porteña sobre as demais províncias. O movimento pela independência não possuía um caráter politicamente agregador que servisse de base para a organização de um Estado central.

Esta situação durou toda a primeira metade dos anos 1820, quando um breve período de paz concorreu para um surto de prosperidade econômica em quase todas as províncias. Era o início de um processo de transição econômica que envolverá todas as regiões das *Provincias Unidas*.

Buenos Aires nesta época vivenciava a chamada “*feliz experiencia*”, período de um raro, mas efêmero, interlúdio de estabilidade política e econômica durante o governo de *Martín Rodríguez* (1821-1824). Desde sua criação, a cidade se notabilizou pelo porto e pela atividade mercantil, servindo como entreposto comercial entre Potosí e o Atlântico. As guerras de independência provocaram mudanças geopolíticas que prejudicaram o circuito comercial que sustentava a atividade comercial porteña.

As novas circunstâncias estimularam grande parte da elite mercantil portuária a investir na produção pecuária nas férteis e pouco exploradas terras da província, era o início da ‘*expansión ganadera*’ que transformará a província em grande exportadora de matérias-primas<sup>69</sup>.

O governo incentivou a atividade expandindo as fronteiras da província, já que os porteños ocupavam apenas uma estreita faixa de terra próxima ao porto, sendo grande parte do território da província dominado pelos índios. Ao longo da década de 1820 a fronteira vai se expandindo até ser consolidada por meio da bem sucedida “*Conquista del Desierto*” por Rosas em 1833-1834 (VAZQUEZ-RIAL, 1999, pp.205-206).

A ocupação das terras será efetuada com base na “*Ley de enfiteusis*” (1826) que permitia a exploração privada da terra por longos períodos preservando a propriedade ao Estado. Embora tenha a medida não tenha sido bem sucedida no que tange a arrecadação de recursos fiscais ao governo por meio de pagamento pelo arrendamento das terras, o sistema de

---

<sup>69</sup> Para uma análise mais completa deste processo ver HALPERÍN DONGHI (1963).

*enfiteusis* permitiu a rápida incorporação vastas porções do território da província a produção de pecuária (ROCK, 1991, pp. 143-144).

O arrendamento de grandes quantidades de terras permitiu a criação de grandes estâncias por toda a província, fortalecendo politicamente seus proprietários o que resultou na formação da classe terrateniente porteña:

“[L]a enfiteusis prepara la constitución de una zona de grandes propiedades en las tierras nuevas [...]. Los enfiteutas, reclutados entre hacendados de las tierras de colonización más antigua, pero también entre los dirigentes políticos y militares de la provincia y los titulares de la riqueza mercantil urbana forman el núcleo de esa clase terrateniente” (HALPERÍN DONGHI, 2000, p. 172).

O resto das províncias do Litoral não participa inicialmente da *expansión ganadera*. Mesmo sendo a região de produção pecuária mais antiga, cujos grandes rebanhos serviam de base para a produção de couro no séc. XVIII, a instabilidade política e os constantes conflitos da década de 1820 impediram a organização de qualquer atividade econômica de grande vulto. (HALPERÍN DONGHI, 2000, p.175).

Neste sentido, as províncias do interior se recuperam mais rapidamente que as litorâneas após as guerras de independência. Após a Revolução, elas passaram a adotar uma postura comercial bifronte, com algumas delas fortemente vinculadas ao mercado atlântico enquanto que outras se abasteciam de produtos em portos chilenos e bolivianos (SCHIMIT, 2005, p.142).

As províncias do oeste e noroeste mantêm laços econômicos mais fortes com os Andes e o pacífico. A região de Cuyo, se favorece da libertação do Chile (1817) e desenvolve um volumoso comércio transandino, cujo porto de *Valparaíso* supera Buenos Aires como porta de entrada dos produtos britânicos na região. (HALPERÍN DONGHI, 2000, p. 176)

As regiões tradicionalmente ligadas aos mercados do Alto Peru lentamente recuperam o comércio através do contrabando enquanto a região ainda se encontrava sob domínio espanhol. A criação da República da Bolívia (1825) incentivará mais o comércio da região de Salta, Jujuy e Mendoza, sem, no entanto, atingir o volume dos tempos coloniais. Com a maior influência do porto de *Arica* a partir da independência da Bolívia, comerciantes *salteños* expandiram seus negócios até o pacífico abrindo casas comerciais junto ao porto de *Cobija*. (SCHIMIT, 2005, pp.140-141).

A zona central de Córdoba e Tucumán criará laços comerciais mais fortes com o litoral, iniciando também a produção pecuária e de outras mercadorias direcionadas ao mercado porteño. Depois de rompido o vínculo comercial com o Alto Peru, ele é restaurado com a independência da Bolívia, mas também em níveis menores do que os vigentes nos períodos coloniais. Foi possível também manter um comércio de reexportação de produtos europeus originados do porto de Buenos Aires para os mercados localizados ao sul da Bolívia (ASSADOURIAN; PALOMEQUE, 2003, pp.171-172).

Este breve período de prosperidade vivenciado pelas *Provincias Unidas* se encerrará a partir da segunda metade da década de 1820, quando seria efetuada uma nova tentativa de formação de um governo central a partir da hegemonia porteña, desta vez estimulada por fatores externos: a deflagração de um confronto bélico com o Brasil e a proposta de reconhecimento britânica da independência das *Provincias Unidas*.

O bloqueio efetivado pelo Brasil – que interromperá o vínculo atlântico da região - e a nova onda de guerras provocadas pelo repúdio a constituição aprovada pelo governo federal em 1826, provocaram grande instabilidade política. Este novo fracasso significaria uma transformação no poder porteño, através da ascensão política dos *terratenientes*, que promoveria uma nova, mas desta vez bem sucedida, expansão deste poder sobre as demais províncias ao longo da década de 1830.

Esta imposição da hegemonia porteña às demais províncias marcaria uma evolução na centralização do poder e na formação de um Estado central. A resistência aos bloqueios promovidos pela França e Grã-Bretanha consolidariam a posição externa das *Provincias Unidas* no sistema interestatal.

Na segunda metade da década de 1830, a província porteña amplia a produção bovina para exportação. *Juan Manuel Rosas* empreenderá sua '*Expedición al Desierto*', entre 1833-1834, ampliando significativamente as terras disponíveis para os rebanhos bonaerenses<sup>70</sup>. O abandono do uso do sistema da *enfiteusis* e a venda das terras pelo Estado consolidam o poder econômico e político da classe dos *terratenientes* (HALPERÍN DONGHI, 1979, pp. 276-277).

Neste período também as províncias do litoral encontram um período de relativa paz e com isso se voltam novamente a produção pecuária. Elas se aproveitaram do sucesso das exportações bonaerenses e passaram a participar do mesmo circuito comercial atlântico, vendendo sua produção no mercado porteño (ROSAL, 2003, pp.232-233). Enquanto que as

---

<sup>70</sup> As exportações de couro, o principal produto de exportação, a partir do porto de Buenos Aires, chegarão a quase 300.000 unidades em 1849, contra uma produção total da ordem de 65.000 em 1825 (SCHIMIT; ROSAL, 1999, p.115: Quadro 1).

demais províncias do interior são cada vez mais envolvidas na inserção internacional efetuada por Buenos Aires, principalmente Córdoba e as demais províncias da região central, sobrando apenas as regiões mais a oeste que mantêm seus vínculos transandinos com o pacífico.

#### **4.1 Consolidação da Hegemonia Porteña**

Poucos anos após a queda do governo central, as províncias empreenderiam um novo esforço para firmarem uma organização nacional com a convocação de um congresso em dezembro de 1824. Ela foi estimulada por dois acontecimentos que envolviam a questão da soberania das *Provincias Unidas*: a anexação da Banda Oriental ao Império do Brasil e a chegada do Cônsul Britânico com uma proposta de reconhecimento de sua independência.

A questão do reconhecimento das *Provincias Unidas* era delicada para a Grã-Bretanha devido ao seu comprometimento - no Congresso de Viena, junto com Áustria, Prússia e Rússia - com os princípios conservadores da Santa Aliança após as Guerras Napoleônicas. Todo movimento republicano era visto com desconfiança, mesmo nas colônias. E por isso, a Grã-Bretanha temia que a Santa Aliança - ou algum de seus membros - apoiasse a causa da Coroa espanhola e interviesse militarmente no continente. Além disso, a aliança anglo-espanhola forjada em 1808 - cujo objetivo era afastar a França da Península Ibérica o que, por conseguinte, incluíam as colônias espanholas das Américas - continuava vigente (GALLO, 2001, p.122).

Mas uma nova invasão francesa à Espanha em 1823, com o intuito de restaurar os poderes absolutos de Fernando VII, contestados por um movimento constitucionalista, não aprovada pela Santa Aliança, mas bem vista por ela, serviu para afastar a Grã-Bretanha do Concerto da Europa, deixando-a mais próxima dos novos países latino-americanos (GALLO, 2001, p.137).

A perspectiva de que a América do Sul pendesse para a França, aliada a presença cada vez maior dos Estados Unidos na região, acelerou a política britânica de reconhecimento da independência das *Provincias Unidas*. Outro fator determinante foi a questão financeira.

O mercado financeiro londrino vivia uma onda de empréstimos aos novos governos latino-americanos, cuja modalidade principal era o financiamento dos governos da região através do lançamento de títulos da dívida pública destes países na bolsa de Londres. Mas para que os títulos fossem negociados deveria existir um Estado soberano que lhes garantisse.

“Since could be no sovereign debt without sovereignty, political unification was a prerequisite of loans to foreign governments, and Britain’s recognition of new states was crucial to their creditrating. The resulting *mutual interest in government finance created bonds between the representatives of foreign creditors and the leaders of new states.* (CAIN;HOPKINS, 2002, p. 248 [*Grifos Adicionados*]).

Mas um grande obstáculo ao reconhecimento por parte da Grã-Bretanha era a fragmentação política vivida pela Região do Prata. O *Foreign Office* não possuía garantias que os representantes de Buenos Aires possuíam autoridade para firmar um tratado que incluísse as demais províncias. (GALLO, 2001, p.154).

Desta forma, foi convocado um congresso que reunisse representantes de todas as províncias a ser realizados em Buenos Aires em dezembro de 1824. Ele delegou provisoriamente a Buenos Aires a responsabilidade sobre as relações exteriores de maneira que o Tratado Anglo-Argentino de Amizade e Comércio fosse assinado em fevereiro de 1825.

Este tratado concedia a Grã-Bretanha o status de “nação favorecida” no qual ela adquiria concessões comerciais e privilégio para a crescente comunidade britânica majoritariamente situada em Buenos Aires. As Províncias Unidas, por sua vez, ganhariam força para que sua soberania pudesse começar a ser reconhecida através do sistema interestatal.

O congresso também delegou ao governo porteño o encargo de decidir sobre a guerra – vital para iniciar os esforços de guerra contra o Brasil. *Bernardino Rivadavia* – nomeado presidente das Províncias Unidas através da *Ley de Presidencia* em 1826 - enxergava na guerra contra o Brasil uma oportunidade de aglutinar todas as províncias a uma causa comum, sob égide política de Buenos Aires (BANDEIRA, 1985, p.89).

Porém, a convocação de tropas para a formação de um exército nacional em todas as províncias acabou sendo o estopim das revoltas às propostas de cunho unitário contidas no documento final do congresso. A *Ley Fundamental* que aprovava a formação de um governo federal não continha disposições muito claras sobre a autonomia das províncias.

A apresentação de um projeto de constituição baseado na proposta de 1819 acabou por ser repudiado pelas demais províncias que viam ameaçadas suas soberanias. Sua principal reivindicação – o fim do monopólio comercial e redistribuição dos recursos angariados pela Aduana de Buenos Aires - não era atendida. Assim, embora tenha sido sancionada em

dezembro de 1826, a constituição acabou sendo rechaçada imediatamente gerando uma série de embates através das *Provincias Unidas* (ROCK, 1991, pp.146-147).

Paralelamente as guerras internas, foram deflagrados os conflitos com o Império do Brasil, que resultou num bloqueio naval efetivado por forças brasileiras sobre o Rio da Prata. Esta manobra se mostraria bastante eficiente ao gerar uma ruptura do comércio exterior de Buenos Aires. Mas o bloqueio também afetaria os interesses comerciais britânicos na região, de modo que seus comerciantes urgiram por uma intervenção britânica no conflito.

A perspectiva de uma guerra de longa duração estimulou a diplomacia britânica sugerir uma proposta em que o território da então Banda Oriental não pertencesse nem as Províncias Unidas e nem ao Império do Brasil. Um tratado firmado entre as duas partes beligerantes em 1828 terminou com a guerra e levou a criação da República Oriental do Uruguai.

Tratava-se do fracasso de mais uma tentativa de organização nacional a partir da hegemonia porteña e do início de mais uma devastadora onda de conflitos que percorreria todas as províncias após um período de relativa paz.

Desta vez, Buenos Aires não se viu livre destes conflitos civis. O fim do governo federal foi um duro golpe aos grupos interessados na criação de um Estado Central. A classe mercantil-portuária, identificada com o chamado *experimento unitário*, passou a enfrentar grande oposição dos grupos interessados na manutenção da soberania da província.

A proposta de Rivadavia de federalização da cidade de Buenos Aires – na *Ley de Capitalización* de 1826 - separando-a do resto da província, significaria perder o monopólio comercial e o exclusivismo fiscal, as bases econômicas do poder porteño, o que era inconcebível para elite bonaerense. A província passaria por uma transformação política com a ascensão da classe *terrateniente* ao poder.

A tensão latente se transformou em conflito real com a deposição do recente eleito Governador *Manuel Dorrego* pelo General *Juan Lavalle*, recém-chegado da guerra com o Brasil. A execução de *Dorrego* atraiu ao conflito e chefe das milícias da Província de Buenos Aires *Juan Manuel de Rosas*<sup>71</sup> que derrotou o general Lavalle em abril de 1829. Um ano após o enfrentamento e depois de uma série de contendas políticas, *Rosas* é nomeado novo titular do poder executivo da província. (ROCK, 1991, pp.148-149).

---

<sup>71</sup> Juan Manuel Rosas (1793-1877) governou Buenos Aires entre 1829-1832 e depois a Confederação Argentina de 1835-1852. Conhecido como 'El Restaurador de Leyes', sua figura causa controvérsia até hoje na historiografia argentina. Por um lado implantou uma ditadura violenta que se utilizava da censura e de assassinatos para manter o poder. Por outro é considerado por muitos como um dos pais da Nação. Ver Lynch (1984).

Os conflitos políticos derivados diretamente da guerra com o Brasil resultaram na chegada ao poder de Rosas que unificou a política de Buenos Aires sob domínio dos *terratenientes*. Através do processo transformação econômica alimentado pelos vínculos com o comércio atlântico, a província estava deixando de ser apenas um entreposto comercial para se tornar uma região fornecedora de produtos pecuários.

Rosas acelerará esta transformação através da expansão das fronteiras da província sobre as terras indígenas por meio de uma campanha militar, garantindo segurança e expansão das estâncias *porteñas*. Redistribuiu terras a favor de seus comandados fortalecendo os laços entre a milícia e os *hacendados*. Este fenômeno terminou por fortalecer política e economicamente a classe *terrateniente*. Esta unificação do poder provincial em Buenos Aires marcaria o início de um processo que levaria a hegemonia porteña sobre as demais províncias.

O prosseguimento dos conflitos entre as províncias do interior resultou em uma série de batalhas que chegaram a envolver por volta de oito mil homens – na tentativa de *Facundo Quiroga* de invadir Córdoba em 1829. Por volta de 1830, o Governador de Córdoba, General *José Maria Paz*, após uma série de vitórias e da formação de alianças e pactos com outras províncias conseguiu formar a chamada *Liga del Interior* ou *Liga Unitária* – que apesar do nome não possuía uma posição definida sobre a forma de governo. Além da promessa da convocação de um futuro congresso constituinte, delegou-se ao Governador de Córdoba o controle supremo das forças militares conjuntamente com a representação exterior das províncias que formavam a Liga<sup>72</sup>. (TERNAVASIO, 2009, pp.167-169).

A formação deste exército no interior servia para deixar Buenos Aires em situação delicada, obrigando-a a buscar alianças no Litoral, formulando um acordo com Santa Fé e Entre Rios – Corrientes terminou aderindo depois – conhecido como *Pacto Federal* (1831). A tensão entre as duas forças terminou de modo súbito quando o General Paz foi capturado por forças do Litoral, significando o fim da *Liga del Interior* e a posterior aderência das províncias que a constituíam ao *Pacto Federal* (ROCK, 1991, p.151).

Desta entrada das demais províncias no *Pacto Federal* é que se forma a partir de 1835 uma espécie de confederação. Através dela, Rosas expandiu sua influência para as demais províncias a partir de uma rede de relações políticas. Ao mesmo tempo em que publicamente defendia com ardor a autonomia das províncias, utilizava seu poder para controlá-las através

---

<sup>72</sup> Formavam a Liga: San Luis, La Rioja, Catamarca, Mendoza, San Juan, Tucumán, Córdoba, Salta e Santiago del Estero.

de uma mistura de ameaça e coerção e com a preservação de vínculos pessoais com muitos dos líderes provinciais<sup>73</sup>.

Assim como resistiu a uma constituição em Buenos Aires, Rosas retirou de sua agenda qualquer instrumento político que institucionalizasse as relações interprovinciais durante seu regime. Com isso ele preservava o papel central que Buenos Aires havia adquirido sem as responsabilidades de se tornar capital. Era possível ser o centro político da confederação sem perder os benefícios da autonomia – representados principalmente pela renda gerada através do monopólio sobre o comércio exterior.

Neste período, o poder político na província de Buenos Aires tornou-se mais sólido com a aproximação da classe mercantil-portuária do regime de Rosas. A economia agro-exportadora privilegiada por Rosas, cujas exportações aumentavam a capacidade de importação, acabava também beneficiando o comércio exterior permitindo aos comerciantes ampliarem seus negócios.

“Los intereses del sector mercantil-portuario y de los terratenientes exportadores se homogeneizaron en torno al fortalecimiento del circuito económico y a la consolidación del sistema de instituciones de la provincia [...]. Las clases dominantes porteñas coincidían en sostener la estabilidad política de la provincia y el predominio de Buenos Aires en sus relaciones con el resto del territorio” (OSZLAK, 2009, p. 49).

## 4.2 Consolidação Externa

A segunda parte da década de 1830 foi o período em que as guerras internas se transformaram em guerras externas – devido a fluidez das fronteiras vigentes – que envolveram inclusive países europeus. Durante este período histórico, não é possível ainda analisar o comportamento das províncias através de um mesmo ângulo, como também não há como compreender os conflitos existentes na bacia do Prata a partir das fronteiras existentes entre as províncias que compunham o *Pacto Federal*, o Paraguai e o Uruguai.

A imposição da hegemonia porteña sobre as demais províncias da Confederação permitiu que ao Regime de Rosas voltar-se para o que o ele chamava de *Sistema Americano*.

---

<sup>73</sup> “Una federación que no era estrictamente un orden confederal ni un sistema federal de gobierno, sino una compleja ingeniería política que presuponía un orden supraprovincial que reposaba sobre la provincia más poderosa” (TERNAVASIO, 2009, p. 214)

Ele ambicionava controlar politicamente toda a região da Bacia do Prata através da manutenção do monopólio comercial exercido pelo porto de Buenos Aires e do controle da navegação do sistema fluvial que compõe a Bacia do Prata. (BANDEIRA, 1985, p.109)

Para o sucesso deste projeto o controle do porto de Montevideu era um ponto vital, já que ele criava uma alternativa para o comércio exterior da Banda Oriental e também do Paraguai que fugia ao controle de Buenos Aires. Rosas buscará então se aproveitar da instabilidade política vigente no Uruguai para intervir no país vizinho, apoiando a *Juan Antonio Lavalleja*, rival do então Presidente *Fructuoso Rivera*. Após a derrota de seu aliado em 1838, Rosas decide invadir a ex-província em 1942, iniciando o “*Sítio Grande*” - um cerco a cidade de Montevideu que duraria quase dez anos (LÓPEZ-ALVES, 2000, pp. 81-84).

Mas o controle e fechamento da navegação no Estuário do Prata contrariava os interesses de vários países envolvidos na região, como Brasil, França e Grã-Bretanha. As potências européias que antes apenas acompanhavam os acontecimentos passaram a atuar diretamente no conflito. A primeira a se envolver foi a França, que em 1838 levantou um bloqueio contra o porto de Buenos Aires.

Desde a promulgação de um decreto em 1821, pela província de Buenos Aires, que obrigava aos estrangeiros residentes cumprir o serviço militar, a França buscava tratamento preferencial nas *Provincias Unidas*. Este desejo francês passava também pela obtenção de concessões comerciais que facilitassem a penetração dos comerciantes franceses nos mercados da região do Prata.

O reconhecimento em 1830 da independência das *Provincias Unidas* por parte do Rei *Luis Felipe de Orleans* não resultou na obtenção de vantagens semelhantes aos oferecidos a Grã-Bretanha em 1825. A diplomacia francesa na região passou a aumentar então a pressão sobre o regime rosista até o estabelecimento do bloqueio em março de 1838<sup>74</sup>.

A estratégia francesa também envolvia a fustigação dos conflitos locais e o apoio aos opositores de Rosas. A partir das províncias de Corrientes e Santa Fé, as que mais criticavam o monopólio sobre o comércio exterior exercido por Buenos Aires, tiveram início uma série de conflitos e rebeliões contra o regime de Rosas que se alimentavam dos prejuízos causados pelo bloqueio francês.

Mas a despeito do clima político desfavorável provocado pelo bloqueio, Rosas soube utilizar este ambiente adverso a seu favor através de um discurso em que se colocava como

---

<sup>74</sup> (CISNEROS;ESCUDE, 2000, [www.argentina-rree.com/4/4-015.htm](http://www.argentina-rree.com/4/4-015.htm))

defensor da integridade e da soberania da *Confederación Argentina* que foi muito bem aceito nas demais províncias. Desta forma, o governador de Buenos Aires conseguiu uma série de vitórias militares sobre as províncias contestadoras reduzindo a pressão interna (HALPERÍN DONGHI, 2000, pp. 360-361).

Além disso, sua diplomacia passou a cortejar mais a Grã-Bretanha como forma de pressionar pelo fim do bloqueio, ao mesmo tempo em que passou a adotar um tom mais conciliador frente as demais potências estrangeiras. Após um ano do começo do bloqueio, em resposta a comunidade britânica de Buenos Aires, o *Foreign Office* passa adotar uma postura mais firme frente ao bloqueio francês que estava prejudicando seu comércio na região.

A falta de resultados do bloqueio e a forte pressão política doméstica que sofria, levaram o governo francês a procurar uma solução para a contenda. Buenos Aires, que amargava grandes prejuízos com a interrupção de seu comércio, também estava disposta a negociar. Em 1840, os dois países assinam o Tratado de *Makcau-Arana* em que a França obtêm seus status de “nação mais favorecida” – o que eximiu os cidadãos franceses da necessidade do serviço militar. Rosas aproveitou a assinatura do tratado como forma de exaltar a vitória de toda a região. (SALVATORE, 2005, p. 373).

O fim do bloqueio francês não significou o término do conflito entre o Regime de Rosas e o Uruguai, pelo contrário, sem a presença das forças francesas a pressão bonaerense sobre Montevideú aumentou ainda mais.

A intervenção britânica no conflito, que resultaria na aplicação de um novo bloqueio em conjunto com forças francesas ao porto de Buenos Aires, foi primeiramente tentar negociar um acordo. O fracasso destes esforços iniciais e o crescimento do comércio com o Uruguai – que amplificou a força das demandas da comunidade britânica de Montevideú -, resultaram numa posição mais dura da diplomacia britânica frente a Rosas, que incluía o recurso a força como última instância<sup>75</sup>.

A intenção britânica de assinar um tratado que lhe desse maiores concessões comerciais com o Uruguai - semelhante ao assinado com Buenos Aires – era visto por Rosas como inaceitável. Assim, por pressão dos comerciantes de Liverpool, que desejavam a livre navegação dos rios interiores e temendo pelos residentes estrangeiros de Montevideú, uma frota britânica impediu o ataque final a Montevideú, exigiu que Buenos Aires levantasse o cerco a cidade e que retirasse suas tropas das terras uruguaias (SALVATORE, 2005, pp.373-374).

---

<sup>75</sup> (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000, [www.argentina-rree.com/4/4-027.htm](http://www.argentina-rree.com/4/4-027.htm))

A negativa de Rosas serviu de estopim para que se iniciasse o novo bloqueio em 1845. Uma incursão anglo-francesa pelo rio Paraná abriu-o a navegação internacional, a despeito da resistência das forças da Confederação. Porém, esta vitória não significou uma conquista econômica, na forma de mercados para os comerciantes britânicos e franceses, e nem uma vitória política, já que a invasão externa solidificou o apoio a Rosas.

O bloqueio suscitou protestos dos comerciantes que argumentavam que o regime de Rosas era o único sustentáculo da ordem interna que garantia a manutenção do circuito comercial da região do Prata. Comerciantes de Londres e Manchester protestaram junto ao *Foreign Office* argumentando pelo apoio que a diplomacia britânica deveria dar a supremacia de Buenos Aires. Uma petição assinada por grandes comerciantes e financistas britânicos, incluindo o Barings e Rothschild, defendia uma política de apoio natural a Buenos Aires:

“We consider it self-evident that a country which stands in relation to us of customer and debtor, as Buenos Ayres does, cannot be made to suffer in its trade and finances, without the effects recoiling upon ourselves” (ADELMAN, 1999, p. 125)

O bloqueio permaneceria por três anos numa situação de estagnação que prejudicava a todos os envolvidos: França e Grã-Bretanha não conseguiam maior penetração nos mercados da região e a Confederação permanecia sofrendo com a interrupção do comércio exterior. Sem querer envolver um número maior de tropas, o bloqueio foi cancelado por decisão britânica em 1848, sem que as nações européias conquistassem algo relevante. O Tratado de *Arana-Southern*, de 1849, refletiu a vitória de Rosas, na medida em que França e Grã-Bretanha reconheceram como um problema interno a navegação do rio Paraná e do rio Uruguai. Rosas, assim, retinha o monopólio comercial do porto de Buenos Aires, o que lhe permitia manter a pressão sobre Montevideú. (SALVATORE, 2005, pp. 374-375)

No entanto, o regime de Rosas e seu *Sistema Americano* ainda possuíam inimigos. As províncias do litoral eram das mais contestadoras da posição mantida pelo porto de Buenos Aires. Paradoxalmente, embora tenham sido das que mais enriqueceram no período, através da exportação de produtos agropecuários, elas se sentiam as mais prejudicadas pelo monopólio comercial *porteño*. Eventualmente, aproveitando-se dos bloqueios internacionais erguidos contra Buenos Aires, Corrientes e, principalmente, Entre Ríos, direcionaram sua produção para Montevideú, escapando assim do monopólio comercial *porteño*<sup>76</sup>:

---

<sup>76</sup> “A partir de 1843 el comercio del oriente entrerriano logró experimentar un alza considerable en sus valores. A ello no fue ajeno el progreso de las exportaciones pecuarias de la zona junto a la política mercantil de ‘puertos

“La limitada prosperidad del Litoral se debe sobre todo a las áreas que han logrado evadirse del orden comercial impuesto por la hegemonía porteña [...]. Son cada vez más los que creen que es preciso reemplazar al sistema políticamente tan sólido que se asienta sobre la hegemonía porteña por otro que implique una unificación política real, y suprima las barreas comerciales interiores eliminando al mismo tiempo una parte de las ventajas [...] que el sistema rosista había reservado celosamente para Buenos Aires.” (HALPERÍN DONGHI, 2000, pp.284-285).

A bem sucedida campanha que resultará na formação de uma grande aliança que levará a queda de *Rosas* tem sua origem quando governador *Justo José Urquiza* firma um acordo com as forças uruguaias que defendiam Montevideu e, fundamentalmente, com o Império do Brasil. O interesse brasileiro, que já havia ambicionado acrescentar a Banda Oriental ao seu império, estava na livre navegação da Bacia do Prata, principalmente o Rio Paraná, sua única ligação com a província do Mato Grosso – tida como das mais ricas do Império (BANDEIRA, 1985, p.70).

A posição de *Rosas* já não era mais tão firme. O descontentamento dos *terratenedores*, seu tradicional grupo de apoio, ficou evidente através de uma revolta ao sul da própria província de Buenos Aires, em 1839, o que demonstrava que seu regime era capaz de proporcionar as melhores condições para o crescimento da atividade agro-exportadora. As constantes guerras, principalmente com o Uruguai, consumiam a escassa mão-de-obra das estâncias, enquanto que as fronteiras voltavam a ser fustigadas pelos índios na ausência das tropas que mantinham o cerco a Montevideu. A opção de fomentar a imigração, já tentada uma vez por *Rivadavia*, não fazia parte da agenda de *Rosas*. (VAZQUEZ-RIAL, 1999, pp. 261-262).

Os comerciantes-financistas porteños já há muito que se encontravam insatisfeitos com a liderança do governador de Buenos Aires. A eterna postergação da organização nacional e, por conseguinte, de um mercado nacional, continuava sendo a principal crítica ao regime rosista. As dificuldades enfrentadas pelos *hacendados*, prejudicavam a exportação e, por conseguinte, reduziavam a capacidade de importar da província. A única vantagem que

---

abiertos' en medio de la guerra llevada adelante durante el bloqueo ultramarino de 1845-48" (SCHIMIT, 2003, p. 257).

possuíam, o monopólio comercial porteño, que lhes garantia uma posição privilegiada no comércio regional, seria seriamente ameaçada pela revolta liderada por Entre Ríos<sup>77</sup>.

Por fim, a própria Grã-Bretanha, que após o fracassado bloqueio havia se aproximado de *Rosas*, não via motivos para defendê-lo. Embora não lhe tenha retirado o apoio até o último instante, a oposição a liberar o comércio com as demais províncias e a resistência a abertura da economia porteña ao capital financeiro britânico, reduziram o apoio britânico a liderança do governador de Buenos Aires.

Assim sendo, *Urquiza* marcha sobre o Uruguai derrotando facilmente as forças pró-*Rosas*. Em meados de 1951 o *Ejército Grande Aliado de Sud-America* – contando cerca de Vinte e Oito Mil homens, que além de argentinos, incluía brasileiros e uruguaios - cruza o rio Paraná para derrotar *Rosas*, em fevereiro de 1852, na *Batalha de Caseros*. Após Vinte e Dois anos no poder – intercalados com uma breve ausência entre 1832 e 1835 – *Rosas* deixa a liderança sobre a política porteña. Terminará o resto de seus dias em exílio na Inglaterra (ROCK, 1991, pp. 159-160).

O principal legado do regime rosista para a organização de um Estado nacional foi a construção de estruturas políticas mais sólidas que permitiram certo grau de centralização do poder através da fragmentação vivenciada pelas *Provincias Unidas*, terminando por criar as condições para a formação da Confederação Argentina. Sua forma de se relacionar com as demais províncias seria aproveitada por Mitre na década de 1860.

Se estas estruturas não foram suficientes para consolidar a hegemonia porteña, ela foi responsável pelo reconhecimento da soberania da região no sistema interestatal – após os dois bloqueios internacionais impostos ao porto de Buenos Aires: “si internamente la consolidación de um Estado nacional há avanzado mucho menos de lo que las aparências indican, la personalidad internacional de ese Estado há logrado ya su consolidación definitiva” (HALPERÍN DONGHI, 2000, p.392).

Também contribuiu para esta maior centralização do poder o crescimento econômico do período que serviu como aglutinador das províncias do litoral a hegemonia porteña - não sem reservas como se verifica com a revolta de Entre Ríos e Corrientes -, que também serviu para reduzir o poder do localismo demais províncias, onde as aristocracias locais passaram a enxergar a formação de uma economia nacional como servindo mais a seus propósitos, devido ao crescimento das províncias vinculadas ao comércio atlântico.

---

<sup>77</sup> “[E]l triunfo sobre Rosas debe entenderse no tanto como la derrota de una concepción política [...] sino como la creación de nuevas condiciones para la articulación de los intereses de los sectores dominantes del interior al circuito económico que tenía por eje el puerto de Buenos Aires” (OSZLAK, 2009, p.53).

### **4.3 Espaços Monetários Embrionários**

A evolução do espaço monetário porteño esteve intimamente ligada aos acontecimentos políticos vivenciados pela província de Buenos Aires. A primeira tentativa de organização de seu mercado monetário foi definida nos termos mais aceitáveis para a classe mercantil-portuária que controlava politicamente a província.

Era baseada numa moeda quase-privada conversível, emitida por um banco comandado pelos comerciantes, que utilizava o financiamento externo como sustentáculo da dívida pública da província. Mas os eventos que culminaram com a queda do governo federal, em 1828, terminaram acentuando as contradições internas deste arranjo monetário.

Durante a primeira metade da década de 1830, foram efetuadas algumas tentativas de reformar o espaço monetário bonaerense nos moldes definidos pelo arranjo anterior. No entanto, os comerciantes já vinham perdendo poder político frente aos *hacendados* e, por isso, não foram capazes de impor novamente seus termos sobre o mercado monetário porteño.

A partir do *Pacto Federal*, com a consolidação do poder dos *hacendados* através do governo de *Rosas*, garantiu-se que o novo arranjo monetário vigente por volta de 1835, estivesse em compasso com a dinâmica financeira demandada pela produção pecuária e não apenas pelas relações comerciais.

O controle da emissão monetária pelo Estado através de uma moeda inconvertível cuja garantia era o crédito público da província alavancou a capacidade financeira da província, contribuindo para a consolidação da hegemonia porteña sobre as demais províncias.

#### **4.3.1 Reforma Monetária de 1822**

A queda do governo central e a criação do governo da Província de Buenos Aires permitiram que após dez anos de turbulências políticas, fosse viável algum tipo de planejamento. Havia necessidade de se adequar às estruturas políticas, econômicas e administrativas, oriundas do período colonial, a nova conjuntura aberta com a revolução de maio de 1810.

A última década havia sido pródiga em improvisações sobre o financiamento do governo com a perda dos recursos do Alto Peru. A classe mercantil-portuária não estava disposta mais suportar emissões compulsórias de dívida cujos baixos retornos e o alto risco

tornavam-na um investimento pouco atrativo. Também não se sentia confortável com o uso papel moeda como meio de pagamento e fonte de recursos para o Estado.

Era necessário organizar sistema fiscal de maneira que a dívida pública se tornasse um instrumento financeiro que garantisse recursos a baixo custo para o Estado e, ao mesmo tempo, se tornasse uma alternativa para aplicação de recursos privados. O Estado deveria administrar o valor dos títulos de forma a garantir condições favoráveis de financiamento público de longo prazo e de retornos atrativos aos investidores privados.

A principal fonte de recursos fiscais encontrada em meio a incerteza dos anos pós-independência havia sido a taxaço do comércio exterior. A facilidade com que os recursos eram arrecadados, o crescimento da magnitude do comércio ao longo da década e, principalmente, a baixa resistência que gerava na sociedade, concorriam para sua eficiência em termos de recursos.

Medidas tomadas para expandir a base fiscal esbarraram na aversão tanto dos comerciantes como da incipiente classe dos *hacendados* com relação a impostos diretos sobre renda e propriedade. Esta atitude afetaria seriamente a formação do eixo tributos-moeda que viabiliza a criação de um espaço monetário nacional.

Uma reforma financeira foi implantada em 1822, a partir da reorganização do crédito público por meio da consolidação da dívida pública e rearranjo dos meios de pagamento. Estas medidas seriam complementadas com a injeção de recursos externos no mercado monetário doméstico como base para a consolidação do crédito público em detrimento da expansão da base tributária da província.

A reforma se iniciou com a consolidação da dívida pública. Tentar-se-ia promover um acesso mais favorável ao Estado ao mercado financeiro *porteño*, através de uma taxa de juros menor, ao mesmo tempo em que, este acesso promoveria seu crescimento e sua diversificação. Para isso era necessário consolidar a dívida existente e garantir a rentabilidade dos novos títulos.

A situação era extremamente delicada na medida em que os papéis de dívida emitidos nos últimos dez anos eram referidos a um governo central que deixou de existir. Estes títulos circulavam amplamente como meios de pagamento, particularmente no mercado de Buenos Aires, mas também em outras províncias – principalmente notas emitidas contra o governo central como pagamento de despesas locais incorridas pelos exércitos do então governo central.

A preocupação da província de Buenos Aires com as dívidas do antigo governo central possuía era também de cunho político, relacionada ao poderio das províncias de Santa Fe e

Entre Ríos, onde a dívida do governo central era de magnitude considerável e que o seu não reconhecimento pelo governo *porteño* poderia acirrar novamente a rivalidade entre as províncias ameaçando a integridade de Buenos Aires.

A dívida pública existente era estimada em aproximadamente Dois milhões de pesos e se constituída de uma série de papéis de curto prazo, que tornavam sua rolagem cara sujeita a muita incerteza e especulação. A consolidação iniciou-se em 1821 com uma nova emissão de títulos de dívida da ordem de cinco milhões de pesos, constituídos por papéis de 4% (dois milhões de pesos) e 6% (três milhões de pesos). Todos os títulos anteriores a 1821 deveriam ser convertidos nesses novos certificados. O processo foi terminado com duas novas emissões de um milhão e oitocentos mil pesos em 1823 e trezentos mil pesos em 1824 (BURGIN, 1960, pp. 84-86).

O uso dos títulos de dívida pública como meio de pagamento tinha um lado negativo, já que seu preço era alvo de especulação por parte dos comerciantes, que procuravam adquiri-los a preços baixos para utilizá-los no pagamento de tarifas aduaneiras. Este processo reduzia o valor de mercado dos títulos ainda em circulação, elevando seus juros e encarecendo o serviço da dívida para o governo.

A solução encontrada pelos reformadores bonaerenses foi reestruturar a circulação monetária da província através da criação de um banco que se responsabilizasse pela administração da moeda da província.

O Banco de Buenos Aires, que iniciou suas operações em junho de 1822, era uma instituição privada cujos grandes comerciantes eram seus principais acionistas. O governo lhes garantia o monopólio de vinte anos sobre os negócios bancários da província, que consistiam principalmente de operações de desconto, abertura de depósitos, cobrança de dívidas e operações de câmbio com moedas estrangeiras (PIÑERO, 1921, pp. 66-67).

Para cumprir o objetivo estipulado pelo projeto de reforma financeira, ao Banco de Buenos Aires foi autorizada a emissão de notas bancárias que serviriam de meio de pagamento no mercado monetário *porteño*. Estas notas eram garantidas pela sua conversibilidade em ouro a partir das reservas mantidas pelo banco. Os bilhetes do Banco de Buenos Aires permitiriam aliviar a pressão exercida sobre o valor dos títulos de dívida pública, limitando sua circulação como meio de pagamento.

Tratava-se de uma iniciativa que visava garantir a liquidez necessária a um mercado cuja demanda por moeda era elevada. Sua natureza privada era vista pelos reformadores como uma forma de avaliar o valor da moeda, evitando que a monetização dos déficits do governo resultasse em emissão de moeda. Mas a formação do banco se mostrava frágil na garantia

oferecida por suas notas bancárias. Numa economia em crescimento econômico e ávida por crédito, esta limitação se mostraria brevemente problemática.

A conversibilidade da moeda refletia a posição privilegiada da classe mercantil-portuária, cujos negócios com o exterior seriam facilitados com o uso de uma moeda na qual seu valor estivesse indiretamente ligado a libra esterlina (que possuía uma relação fixa com o ouro) - a moeda mais utilizada nas operações de comércio exterior no mercado *porteño*. Assim, os comerciantes não correriam o risco de acumular prejuízos causados pela desvalorização da moeda doméstica frente a moeda inglesa.

A moeda conversível também permitia que as operações de crédito privado efetuadas pelos comerciantes, majoritariamente constituídas de letras de câmbio, que facilitavam as transações econômicas dentro e fora do mercado monetário porteño, se expandissem sem que as promessas privadas de dívida perdessem valor com a desvalorização da moeda.

O último elemento da reforma foi a tomada de um empréstimo externo por parte da província de Buenos Aires no mercado financeiro londrino. A discussão sobre a forma como se daria o empréstimo teve início ainda em 1822, mas ele só seria efetivado em 1824.

Os títulos de dívida do governo de Buenos Aires num total de um milhão de libras foram colocados a 70% de seu valor nominal na bolsa de Londres. Arrecadaram-se então setecentos mil libras, das quais Cento e Trinta mil permaneceram depositadas em Londres, no banco Barings – que efetuou a operação de subscrição do empréstimo-, para serem utilizados nas primeiras amortizações e pagamento de juros. Após o pagamento da comissão aos comerciantes que serviram de intermediários – sete mil libras -, a província recebeu quinhentos e sessenta e três mil libras. Do total do empréstimo, apenas 4,4% foi enviada na forma de onças de ouro, com o restante sendo utilizadas letras de câmbio. (AMARAL, 1984, pp. 573-574)

A contratação do empréstimo no mercado financeiro londrino respondia não apenas as necessidades internas da província, como também, era estimulado pelo ‘boom’ especulativo vivido pela bolsa de Londres. Parte desta bolha encontrava-se no financiamento de companhias e governos latino-americanos – que absorveram 17 milhões de libras do total de 24 milhões de libras em títulos soberanos comercializados na bolsa de Londres entre 1824-1825 (MARICHAL, 1988, p. 23).

A lei que permitiu a operação mencionava que o empréstimo seria utilizado para o financiamento de obras públicas em Buenos Aires. Mas desde o início seus recursos estavam destinados a viabilizar o crédito público através da compra de títulos da dívida pública<sup>78</sup>.

A onda especulativa vivida pelo mercado financeiro londrino permitiria que a contratação do empréstimo fosse efetivada em patamares de juros menores que os do mercado interno, garantindo um retorno palpável ao Estado quando do investimento dos recursos em operações no mercado *porteño*. O diferencial de juros entre os mercados londrino e bonaerense geraria recursos suficientes para o pagamento do serviço da dívida externa.

Essencialmente assentada sobre as receitas oriundas do comércio exterior, a dívida pública bonaerense se valia do aporte de recursos externos para sustentar o valor dos títulos da dívida pública. Complementarmente, a emissão de uma moeda lastreada em ouro fixava seu valor ao da moeda inglesa permitindo criar um ambiente mais favorável aos negócios dos comerciantes com seus pares britânicos e mais fértil para o crescimento do crédito privado.

Este arranjo monetário se mostraria condicionado pela inserção internacional da economia porteña. O montante exportado pela província alimentava sua capacidade de importação, que por sua vez, era a principal fonte de recursos para a província. Seu comércio exterior também geraria as divisas necessárias para o pagamento do serviço do empréstimo externo, utilizado para dar sustentação ao crédito público bonaerense tornando o valor de sua moeda e de sua dívida pública dependentes do financiamento externo.

O crédito público foi restabelecido a partir dos recursos do empréstimo na compra de títulos da dívida pública, cuja simples expectativa que isso ocorreria elevou a 90% o preço de mercado dos títulos em julho de 1824. Esta situação alterou os planos da *Hacienda* já que a subida dos preços dos títulos reduziu seu rendimento abaixo do valor pago pelo serviço da dívida – a taxa de juros paga pelos títulos tornou-se menor que a taxa paga pelo empréstimo em Londres.

Assim, o governo logo iniciou operações de desconto de letras comerciais. Estas operações renderam ao governo um retorno de 9,5 % sobre os recursos do empréstimo, o que representava 0,9% acima da taxa de juros paga sobre o serviço da dívida que era de 9,6%. Era a realização da idéia original de se aproveitar as maiores taxas de juros internas para compensar os juros de empréstimo externo, só que aplicando no desconto de letras e não em títulos públicos (AMARAL,1984, pp. 579-580).

---

<sup>78</sup> “El empréstimo externo había sido contratado - dejando de lado las obras públicas mencionadas por la ley respectiva – para producir una valorización de los bonos públicos internos, de modo que el Crédito público fuera la vía regular de financiación de la hacienda provincial” (AMARAL,1984 p. 580).

O mercado monetário experimentou um aumento do crédito alimentado não apenas pelo desconto de letras pelo governo, mas, principalmente, pela política de crédito do Banco de Buenos Aires. Suas operações de desconto de letras comerciais saíram da ordem de setecentos e sessenta e cinco mil pesos em 1823 para mais de três milhões e duzentos mil pesos em 1826 (BURGIN, 1960, p. 93).

Mas estas operações de crédito proviam liquidez efetivamente somente às transações comerciais, já que o Banco de Buenos Aires efetuava descontos apenas em títulos de noventa dias (PIÑERO, 1921, p.66). Esta dinâmica de curto prazo limitou o crédito a outras atividades – pecuária principalmente – e também serviu para alimentar a especulação no mercado monetário *porteño* – alimentada pela incerteza política que rondava a província a partir de 1824.

Esta expansão do crédito na província respondia ao crescimento das atividades econômicas que alimentavam a demanda por crédito e moeda no mercado *porteño*. Mas a condição de conversibilidade das notas emitidas pelo banco exigia que este possuísse reservas suficientes para a satisfação de futuras demandas por ouro. Enquanto a estabilidade política e o crescimento econômico se mantivessem a situação do banco seria sustentável. A partir do momento em que este ambiente favorável foi se esvaecendo as exigências sobre a conversão das notas foram aumentando.

O balanço do banco mostrava que sua situação não era de insolvência. Ele possuía mais crédito a receber do que depósitos a honrar. Mas devido a sua responsabilidade de manter um lastro de 100% de suas notas, sua perda de reservas comprometia a conversibilidade da moeda – o banco mantinha em 1825 um nível uma relação entre notas emitidas e reservas da ordem de 10% (BURGIN, 1960, p. 92).

A drenagem das reservas metálicas do banco foi intensificada pelos conflitos deflagrados pela anexação do Uruguai pelo império do Brasil. A movimentação de tropas para combater o exército brasileiro exigia o pagamento das despesas em ouro já que as notas emitidas pelo banco não eram aceitas fora de Buenos Aires.

Com intuito de evitar os pagamentos de moeda metálica abriu-se uma agência em Entre Ríos como forma de fazer circular as notas emitidas pelo Banco de Buenos Aires. Esta solução não resolveu o problema já que na medida em os pagamentos eram efetuados por meio das notas do banco, logo se encaminhava as notas para serem convertidas em Buenos Aires. (PIÑERO, 1921, p. 69).

Em 1825 o banco encaminha um pedido ao Congresso da província para que suspendesse a cláusula de conversibilidade das suas notas. Mas esta crise de liquidez seria postergada, mesmo que por pouco tempo, devido a criação de uma nova instituição bancária.

O *Banco de Las Provincias Unidas del Rio de la Plata* – comumente chamado nos decretos do governo de Banco Nacional – foi um projeto mais ambicioso em que se buscou expandir o arranjo monetário bonaerense as demais províncias. Os comerciantes não deixaram de ambicionar a formação de um mercado nacional único cuja circulação monetária seria efetuada através da moeda emitida por Buenos Aires. Acreditaram que com a formação de um governo nacional, em 1826, este projeto se tornaria factível novamente (HANSEN, 1916, pp. 279-280).

O Banco Nacional foi desde seu início (1826) uma instituição de natureza mista formada por capitais privados e públicos. O banco assumiu todas as atividades do Banco de Buenos Aires – inclusive, através de uma troca de ações, recebeu o que restava de seu capital. Além das operações de crédito e de câmbio de moedas estrangeiras, também lhe foi permitida a cunhagem de moedas e a emissão de notas conversíveis em ouro á vista (BURGIN, 1960, p. 94).

Embora tenha sido formada uma nova instituição o problema da conversibilidade das notas não se alterou, levando o Congresso Federal a suspender o lastro em ouro em novembro de 1826. O governo assumiu a responsabilidade pelas notas emitidas pelo banco, decretou a perda de valor dos contratos que não a utilizassem como unidade de conta e decretou que todas as unidades fiscais do governo recebessem e pagassem com as notas do banco por seu valor nominal (HANSEN, 1916, pp. 297-298).

Em paralelo ao fim da conversibilidade da moeda, o governo federal ambicionava ampliar sua esfera de circulação através de seu uso como pagamento das despesas militares do exército nacional nos mercados locais e no pagamento de impostos ao governo federal. Especulava-se que a escassez de moedas metálicas estimularia o uso do papel moeda de Buenos Aires também nas relações comerciais entre as províncias e o porto bonaerense (SEGRETI, 1975, p. 161).

Buscou-se também estender as operações do Banco Nacional as demais províncias através de agências locais. No entanto, à instituição foi permitido apenas conceber crédito ao governo federal, excluindo o governo das províncias (SEGRETI, 1975, p. 152). Além disso, a estruturação de um sistema tributário nacional, que estimularia o uso da moeda nacional para o pagamento de impostos, nunca foi efetivado. Por fim, o comércio entre as províncias a muito que se realizava majoritariamente com base em instrumento privados de crédito, logo, com o

fracasso do experimento federal, não estimulou o uso efusivo da moeda emitida por Buenos Aires como meio de pagamento.

O fracasso desta iniciativa de nacionalização do espaço monetário bonaerense se confundiu, como não podia deixar de ser, com o fim do governo federal. A constituição de 1828 foi rechaçada pelas demais províncias que não reconheceram nenhuma instituição federal. O destino do Banco Nacional também foi selado junto com o do governo central. Permaneceu como símbolo daquele movimento de unificação nacional, visto como instrumento de domínio do então governo central. Embora tenha sido mantido em operação até 1836, perdeu sua autonomia e viu papel no mercado de crédito bonaerense ser reduzido, sendo posteriormente absorvido pelo governo da província. (BURGIN, 1960, pp. 98-99).

O bloqueio do porto de Buenos Aires durante conflito com o Brasil demonstrou como o arranjo monetário em que o crédito público se viabilizava através dos impostos sobre o comércio exterior era extremamente instável. Enquanto durou o bloqueio (1825-1828) os impostos sobre produtos importados responderam por aproximadamente 20% dos recursos do Estado. A queda da arrecadação, ao mesmo tempo em que as despesas com a guerra se elevavam rapidamente, fizeram com que o financiamento do governo se fizesse cada vez mais através dos instrumentos de crédito público – cerca de 40% durante o período. (HALPERÍN DONGHI, 2005a, pp. 141-142).

O governo tomou empréstimos junto ao Banco Nacional para obter crédito, gerando uma expansão da emissão de notas do banco como forma de pagar parte das despesas da guerra. Esta operação só foi possível pela transformação das notas conversíveis do banco em moeda fiduciária garantida pelo governo da província.

O crédito público se tornou a maior vítima do bloqueio. Sem as receitas aduaneiras o governo não tinha condições de amortizar seus compromissos, reduzindo a atratividade dos títulos ao investimento privado e encarecendo o serviço da dívida - elevando seus juros e reduzindo seus prazos.

Em meio aos conflitos com o Brasil, a queda do governo federal e o retorno do governo da província exigiram uma nova transferência de dívidas, quando a província de Buenos Aires assumiu os encargos da dívida emitida em nome do governo federal. Esta conversão serviu para estimular ainda mais a especulação no mercado porteño. Além disso, após o fim do bloqueio, a instabilidade política enfrentada pela província de Buenos Aires contribuiu para que os títulos mantivessem seus preços reduzidos.

Por fim, o financiamento externo, última haste de sustentação do arranjo monetário de 1822, também foi atingido. A interrupção do comércio exterior reduziu as divisas disponíveis

e, com isso, a província deixou de pagar o serviço da dívida do empréstimo obtido em Londres em 1827. Passariam décadas até que um novo empréstimo externo fosse efetuado a província.

Este processo durou toda a segunda metade da década de 1820. Oito anos após a sua implantação, o regime monetário porteño sucumbia não só a guerra e ao bloqueio, mas também as suas contradições internas. A moeda deixou de ser conversível, os títulos públicos perderam valor junto com a desvalorização da moeda tornando seu serviço mais oneroso e o crédito externo da província foi interrompido.

#### **4.3.2 Regime Monetário Fiduciário**

Após o término da guerra com o Brasil e o fim do padrão monetário estabelecido pelas reformas de 1822, a província de Buenos Aires passou por um período de transição política e também monetária. O breve período de instabilidade política não dissipou totalmente a incerteza que pairava sobre o ambiente econômico *porteño*.

A ascensão de Rosas ao poder significou maiores privilégios políticos e econômicos a classe dos *hacendados* da província de Buenos Aires. O governo bonaerense respondia aos anseios de uma classe cujo poderio econômico já era grande e que passava ser refletido em poder político. O novo arranjo monetário foi se constituindo na primeira metade da década de 1830. A relação entre o financiamento do Estado, dívida pública e moeda, se adequaria mais as necessidades das atividades econômicas relacionadas a exportação de produtos pecuários

No que tange a diretamente a moeda, os *hacendados* não compartilhavam da idéia de uma moeda conversível com valor fixo em libras. Os anos recentes mostraram que a atividade pecuária de exportação era favorecida pela desvalorização. Enquanto seus lucros oriundos da venda de produtos ao mercado exterior eram em moeda forte, seus custos eram precificados na moeda desvalorizada.

Por conta disto, a oposição ao financiamento dos gastos do Estado a partir da emissão monetária era muito menor que durante a vigência do regime monetário anterior. O que não havia era a tolerância a emissão de títulos de dívida pública. Majoritariamente comprados por comerciantes que buscavam uma alternativa de investimento, os títulos não eram atraentes aos *terratenientes*, que preferiam investir na expansão territorial de suas estâncias e no aumento de seus rebanhos.

A opção por empréstimos externos também não fazia parte desta nova equação monetária. Após a interrupção do pagamento dos serviços da dívida de 1824, não houve nenhuma outra tentativa de recorrer ao mercado financeiro londrino. Concorreram também

para isso o estouro da bolha da bolsa de Londres e a crise econômica que afetava a Europa por volta dos anos 1830.

Por fim, este novo consenso manteria um elemento de continuidade; a dependência das finanças públicas das tarifas sobre o comércio exterior. Não havia nenhuma disposição para se expandir o sistema tributário através de impostos sobre renda e propriedade. Isto tornava o novo arranjo monetário também suscetível a dependência da expansão do comércio exterior.

No entanto, este novo padrão monetário não foi o resultado de uma política reformista como o anterior. Os primeiros anos da década de 1830 foram de gestação das condições políticas e econômicas que consagraram este padrão apenas a partir da segunda metade da década – período em que, não por acaso, Rosas assume o Governo de Buenos Aires com plenos poderes.

No início dos anos 1830 ainda se fazia sentir presente os efeitos da desvalorização da moeda e da queda do valor dos títulos públicos durante o bloqueio e durante o breve momento de instabilidade política após a guerra. O crescimento da dívida alimentado pelos déficits era visto como um obstáculo a reorganização do mercado monetário bonaerense. A estabilização da moeda era vista como condição essencial.

Logo que chegou ao poder em 1829, o governador *Juan José Viamonte* apresentou um plano cujo objetivo principal era restabelecer o valor da moeda a paridade vigente anterior a guerra com o Brasil. Sua estratégia era adotar uma política deflacionista que amortizasse grande parte da dívida emitida no final de década de 1820, concomitantemente a redução da quantidade de moeda em circulação.

Para isso, estabeleceu a *Caja de Amortización de Billetes de Banco*, órgão que se responsabilizaria pela condução da política monetária. Recebendo fundos específicos a partir da vinculação de parte de impostos sobre importação, *papel sellado e patentes*, sua função era utilizar estes recursos exclusivamente para retirar moeda de circulação. (HANSEN, 1916, p. 318).

Esta iniciativa de restaurar a conversibilidade da moeda demonstrava que os setores da economia porteña voltados ao comércio exterior ainda possuíam forte influência sobre as questões monetárias. Concorria para isso a função essencialmente financeira que muitos comerciantes vieram a ter, sendo os principais responsáveis pela oferta privada de crédito em Buenos Aires.

No entanto, no início dos anos 1830, estas medidas deflacionistas careciam de apoio político. A recuperação econômica da província exigia maior oferta de crédito e de liquidez. As finanças públicas também não seriam contempladas no curto-prazo e seus problemas não

permitted long-term solutions. In the end, the economic sectors related to the exportation of agricultural products, which had benefited from the devaluation of the currency, would not support a return to its convertibility (HALPERÍN DONGHI, 2000, p. 274).

Subsequently, a new attempt at financial reorganization based on assumptions similar to those of the 1822 reform, was made in 1833. Not coincidentally the minister of the treasury was *Manuel José García*, director of finances of the province of Buenos Aires during the “*feliz experiencia*”. Once again a policy of monetary deflation was proposed, whose target was once again the convertibility of the currency.

This time, the mechanism that would allow the amortization of a large part of the public debt in force and the withdrawal of the currency from circulation would be based on a new attempt at external financing of the public credit. As an initial condition, the payment of the service of the debt, interrupted in 1824, would be carried out. This would restore the credit of the province in the London markets.

Once again the lack of political will determined the failure of the plan even in its gestation. In addition to the deflationist policies and the convertibility, already rejected in the previous plan, the recourse to external financing also did not seduce the economic sectors most important to the province (HALPERÍN DONGHI, 2005a, p.160).

The failure of these two attempts to reestablish the monetary standard in force in Buenos Aires after the reforms of 1822 demonstrates that the economy and the politics of the province were no longer compatible with these parameters. From 1835 a new monetary arrangement would be implemented in the province, whose duration would be much longer than the regime that it adopted.

The financing of the State determined in part the decisions on monetary emission and the placement of public titles. An important part also came from the need to provide liquidity and expand credit in the Buenos Aires market. The economic recovery by which the province was passing since the beginning of the 1830s, demanded a monetary expansion in the province that, in its turn, required the expansion of public credit.

The monetary regime *rosista* was not an enthusiast of the placement of public debt titles. After the instability of the second half of the 1820s, the value of the titles was recovering. The recovery of the economy and the political stability provided by *Rosas* allowed the public credit to be reestablished. In this new monetary regime the monetary emissions were preferred as a form of government financing.

In March 1837, an authorization received from the government for the emission of seventeen million pesos, was limited to only seven million pesos, which served as a base for a

nova emissão monetária de pouco mais de quatro milhões de pesos. Esta nova emissão não respondia eminentemente ao financiamento do governo, mas sim a necessidade de liquidez do mercado monetário porteño. O ministro da fazenda defendia a nova emissão já que nos oito anos anteriores não havia sido efetuada nenhuma e o crescimento da economia bonaerense alimentava a demanda por moeda. O crescimento econômico da província estimulou a monetização de várias regiões além de incorporar a esfera de circulação da moeda porteña mercados de fora do mercado bonaerense. (BURGIN, 1960, pp. 266-267 e 273).

Mas o regime monetário sofreria com um novo bloqueio do porto de Buenos Aires, desta vez efetuado por forças francesas. Como no arranjo monetário anterior, a redução do comércio exterior e, por conseguinte, das receitas aduaneiras reduziram expressivamente os recursos para o financiamento do Estado. Mais uma vez, o crédito público foi utilizado como mecanismo principal para responder as necessidades fiscais.

Desta vez, seguindo os parâmetros do novo arranjo monetário porteño, as emissões monetárias cumpriram a dupla função de financiar os gastos do governo e fornecer liquidez ao mercado bonaerense. Situação semelhante ocorreu alguns anos depois em função de um novo bloqueio desta vez efetuado por forças anglo-francesas.

O regime monetário rosista se mostrou mais resiliente aos imprevistos gerados pelo tipo de inserção internacional efetuado pela província de Buenos Aires. Apesar de manter a dependência com relação aos impostos aduaneiros, foi possível organizar o mercado monetário porteño com base no crédito público, favorecendo a expansão dos meios de pagamento que estimularam o crescimento econômico da província.

Este resultado pode ser avaliado a partir do comportamento do valor da moeda e dos títulos de dívida pública nos momentos de crise gerados pelos bloqueios marítimos.

A política de emissões empreendidas durante a década de 1830 – anteriores ao bloqueio francês – influenciaram pouco no valor do peso que se manteve estável durante este período. Esta estabilidade, que só será perturbada pelos bloqueios, se sustentará também durante o período final do regime de Rosas (BURGIN, 1960, p. 270: Quadro 41).

Isso ocorreu por que parte considerável da volatilidade do valor do peso frente ao ouro responde as condições políticas instáveis. A especulação era estimulada por quaisquer eventos que ameaçassem perturbar a estabilidade política da província.

“In early 1854, for instance, unconfirmed news about the assassination of the Entre Rios governor fostered a ten peso drop in the price of gold, but once the news was known not to be true, the

ounce immediately jumped \$15. The event created [a] considerable fluctuation in the current exchange rate” (IRIGOIN, 2000, p. 352).

No entanto, o regime monetário rosista se mostrou mais estável que o regime efetivado em 1822. As variações no valor do peso se mostraram mais violentas durante o bloqueio brasileiro do porto de Buenos Aires do que nos bloqueios francês e anglo-francês (IRIGOIN, 2000, p. 348).

Esta maior estabilidade esta relacionada com a administração do espaço monetário *porteño* por parte do Estado através da emissão de uma moeda inconvertível garantida pelo crédito público da província. A moeda convertível quase-privada do arranjo de 1822 era garantida apenas pelo nível de reservas do Banco de Buenos Aires, tornando o mercado monetário bonaerense refém da capacidade financeira do Banco. A possibilidade de uma crise de liquidez fragilizava todo o arranjo monetário.

A maior estabilidade do arranjo monetário do regime rosista também se refletiu no valor dos títulos públicos. Como dito anteriormente, a emissão de dívida pública não foi um instrumento de financiamento preferido pelo governo. Mesmo sofrendo o bloqueio francês, o regime *rosista* decretou apenas uma nova emissão de dez milhões de pesos em março de 1840.

Esta política terminou por reduzir o endividamento da província. Durante a década de 1840, o total pendente da dívida de longo prazo da província foi reduzido de \$36.280.578 para \$13.750.849 em 1850. Os títulos públicos de 6% também foram reduzidos – de \$34.880.955 em 1840 para \$12.767.534 em 1850. Isto resultou na recuperação do crédito da província com o valor dos títulos atingindo a paridade em 1846, sendo vendidos no mercado acima de seu preço nominal durante os dois anos seguintes. (BURGIN, 1960, pp.267-268 – Quadros 38 e 40).

Desta forma, o regime monetário estabelecido por Rosas aprofundou o uso de uma moeda fiduciária baseada no crédito público. Os instrumentos privados de crédito emitidos pelos comerciantes-financistas eram garantidos em última instância por títulos do governo que, por sua vez, tinham no impostos sobre o comércio exterior a garantia de recursos para a manutenção do crédito público.

Este regime possuiu uma capacidade de geração de crédito que manteve uma disponibilidade de recursos para o governo da província de Buenos Aires que se sobrepunha ao de todas as demais províncias juntas. Isto permitiu que a hegemonia porteña não apenas se consolidasse durante o regime rosista como se mantivesse viva após a sua queda, nos anos em que Buenos Aires se separou das demais províncias na década de 1850.

### 4.3.3 Espaços Monetários das Províncias-Estado

Após a queda do governo central em 1819 as províncias tomaram para si as responsabilidades de organizar seus aparatos estatais. Nasceram espaços monetários provinciais cujas características eram moldadas pela estrutura fiscal da província relacionada diretamente seus vínculos comerciais com mercados regionais, suas balanças comerciais e suas relações monetárias com Buenos Aires.

A precariedade da estrutura fiscal montada pelas províncias aliada a instabilidade política provocada principalmente pelos conflitos interprovinciais, impediram que alguma das províncias conseguisse criar um arranjo monetário como o de Buenos Aires.

Os espaços monetários provinciais eram então constituídos pelo saldo comercial que possuíam sobre os mercados chilenos e bolivianos – particularmente as províncias do norte e oeste, pelos títulos de dívida pública que em algumas províncias alcançavam certo grau de monetização e pelos instrumentos de crédito privado utilizados pelos comerciantes *porteños* em suas atividades comerciais com as províncias do interior.

A independência resultou no fim do sistema fiscal vigente durante o Império Espanhol, onde um mecanismo de redistribuição de recursos entre os distritos fiscais era responsável por grande parte dos recursos disponíveis – existiam poucas unidades superavitárias e muitas deficitárias, como Buenos Aires.

A fragmentação política resultou na formação de unidades soberanas que decidiram cada uma a sua maneira como financiar suas necessidades fiscais. As finanças públicas das províncias possuíam características comuns, emuladas da experiência bonaerense.

Independente do grau de riqueza e estrutura fiscal da província elas basearam suas fontes arrecadoras em impostos indiretos, particularmente incidindo sobre o comércio local e interprovincial, evitando tributar a renda e a propriedade. Seus aparatos administrativos locais e seus gastos militares foram responsáveis pela maior parte das despesas, na medida em que os conflitos interprovinciais exigiam maior controle de suas fronteiras. A expansão do território em certas províncias através de terras indígenas também demandava muitos recursos (SCHIMIT, 2005, p.145).

A partir disso, pode-se associar estratégias comerciais bem-sucedidas com maior envergadura fiscal, já que suas receitas eram majoritariamente determinadas pelas tarifas cobradas ao comércio interprovincial. Foi o caso de Corrientes. Através do desenvolvimento de atividades econômicas diversificadas e de uma política aduaneira muito ativa de proteção as

indústrias locais e de limitação das importações, a província litorânea obteve um saldo comercial favorável que refletiu em maiores recursos fiscais. (SCHIMIT, 2005, pp. 148-149).

Já Córdoba, não foi capaz de superar a perda temporária de seu vínculo comercial com o Alto Peru após a independência, voltando-se mais para o comércio com Buenos Aires. Passou a importar mais do que exportar, mesmo quando a província retoma seus antigos laços comerciais com o Alto Peru. (ASSADOURIAN;PALOMEQUE, 2003, p.199).

Os recursos não eram suficientes para que as províncias organizarem seu crédito público frente as classes mercantis e *terratienientes* locais, de maneira que suas dívidas públicas viabilizassem e emissão de moedas. Assim, grande parte dos empréstimos tomados pelos governos provinciais eram sempre compulsórios e de prazo curto, cujo valor era ditado pelas necessidades de recursos de suas tesourarias. A imprevisibilidade e a falta de garantias impediam que estes empréstimos se transformassem em títulos de dívida pública negociáveis entre particulares e, com isso, circulassem como meios de pagamento.

Entre 1827 e 1844, a província de Córdoba tomou dezoito empréstimos deste tipo, enquanto que o governo de Entre Ríos se endividou em doze ocasiões entre 1821 e 1832 – os empréstimos formaram por volta 46% de seus ingressos neste período - sem que ambas conseguissem criar um mercado para seus títulos (BURGIN, 1960, p. 178; SCHIMIT, 2003, p. 264).

Em algumas poucas províncias, como Salta, o governo foi bem sucedido em adotar estratégias fiscais mais elaboradas a partir do crédito público, como desconto de letras de câmbio e emissão de dívida pública utilizada para cancelar dívidas aduaneiras. Com isso, os títulos de dívida adquiriram certo grau de monetização e possuíam uma circulação limitada como meios de pagamento locais (CONTI, 2003, p. 116).

Em geral, as Províncias-Estado possuíam pouca autonomia para controlar seus espaços monetários. Os meios de pagamento que os constituíam eram determinados pelo resultado de suas relações comerciais. As moedas que circulavam pelas províncias como meios de pagamento tinham origem no saldo de suas relações comerciais com os mercados vizinhos, principalmente Chile e Bolívia.

No entanto, a despeito de aceitarem as mesmas moedas como meio de pagamento as províncias lhes imputavam diferentes valores. A circulação monetária destas moedas era efetuada através de seu valor nominal - e não por seu valor intrínseco - que variava com relação a província em que estivesse. Mesmo numa mesma província a moeda poderia possuir valores distintos (WILLIAMS, 1971, p. 31; CORTES CONDE, 1989, p. 19).

Esta heterogeneidade de meios de pagamento e taxas de câmbio foi aproveitada por uma parcela dos comerciantes que lucravam através de ganhos de arbitragem com os diferentes valores que uma mesma moeda possuía em diferentes províncias e contribuía para aumentar a especulação monetária (SCHIMIT, 2003, p. 271).

No breve período em que os mercados do Alto Peru estiveram interrompidos devido as guerras de independência, algumas províncias tentaram cunhar moedas próprias e com isso tentar fazê-las circular pelas demais províncias. Tucumán criou em 1820 um *Banco de Rescate y Amodenación* que durante quase um ano cunhou moedas de prata que ficaram conhecidas como *moneda federal*. Mendoza também realizou cunhagens por quase um ano, entre 1821 e 1822. (SEGRETI, 1975, pp. 67-69 e 93-94).

A província de La Rioja foi onde a cunhagem de moeda conheceu seu estabelecimento mais duradouro. Iniciada em meados de 1821 e estimulada pela criação do *Banco de Rescates y Casa de Moneda* de La Rioja, criada em 1825, produziu moedas que circularam por várias províncias – embora sem reconhecimento oficial por parte delas – até perder espaço para as moedas de prata bolivianas na década de 1830 (SEGRETI, 1975, pp. 192-193).

A efemeridade destas tentativas de cunhagem deve-se principalmente ao fato de que não havia uma estrutura tributária efetiva implantada pelo governo destas províncias que demandasse seu uso em suas economias locais. Apenas a decretação de leis de curso forçado não é suficiente para estimular a circulação das moedas.

O ambiente monetário das províncias nunca foi favorável ao uso de qualquer tipo de papel moeda. Apesar do uso nominal de moedas, nem o crédito público e nem o crédito privado alimentaram seu uso. Apenas algumas efêmeras experiências foram vividas.

Durante os conflitos na Banda Oriental, a necessidade de efetuar pagamento as tropas localizadas na província de Entre Ríos levou a abertura de uma agência do Banco de Buenos Aires para estimular o uso do papel moeda emitido pelo banco. O objetivo era reduzir o uso de moedas metálicas utilizadas como lastro das notas do banco. O uso do papel moeda de Buenos Aires nunca foi muito disseminado. Assim que era recebido, ele era enviado a província porteña para ser convertido em moeda de ouro. O fim da conversibilidade das notas do Banco terminou com seu uso na província *entrerriana*. (PIÑERO, 1921, pp. 68-69).

Outro experimento com uso de papel moeda foi feito a partir da criação em 1841 do *Banco Hipotecario de la Coalición del Norte*. Nascido da oposição das províncias de Tucumán, Salta, La Rioja, Catamarca e Jujuy, ao regime de Rosas, que juntas formaram a *Coalición del Norte*. Ao banco foi permitida a emissão de notas lastreadas nos bens a serem depositados como garantias de hipotecas no banco. Também havia a esperança de que

empréstimos junto ao Chile e Bolívia encorpasssem a capacidade financeira do banco. (SEGRETI, 1975, p. 220).

Após se tornarem curso legal em Tucumán – onde podiam ser usadas como meio de pagamento de impostos - e circularem também nas demais províncias que formavam a *Coalición*, a derrota desta frente aos exércitos de Rosas decretou o fim do Banco e suas notas deixam de circular. (SEGRETI, 1975, p. 227).

Assim, o conjunto dos meios de pagamento dos espaços monetários provinciais se constituía a partir de um circuito monetário local - onde instrumentos mais rústicos de crédito, como fichas e *compras a fiado* conviviam com uso de algumas moedas em economias regionais pouco monetizadas (NICOLINI; PAROLO, 2003, p. 82) - e um circuito monetário interprovincial – no qual as relações envolviam instrumentos de crédito mais sofisticados, como letras de câmbio, e metais preciosos e moedas metálicas – que envolvia relações monetárias com outras províncias e, principalmente, com Buenos Aires.

Os instrumentos de crédito privado eram provenientes basicamente das relações que as províncias mantinham com Buenos Aires. Seus saldos comerciais superavitários mantidos com mercados vizinhos lhes forneciam ouro e prata (cunhados e/ou em espécie) que juntos a alguns bens locais eram comercializados com o mercado *porteño* em troca de manufaturas européias – importadas principalmente da Grã-Bretanha.

Basicamente alimentados pelo uso de letras de câmbio, este comércio estimulava relações monetárias mais íntimas a partir da ampliação de uma rede privada de crédito. Comerciantes de Salta e Jujuy, por exemplo, possuíam contas em Buenos Aires:

“En la cuenta corriente abierta con el representante en Buenos Aires, los comerciantes del norte debitaban los efectos de ultramar y acreditaban metálico: oro (acuñado y en tejos), plata (acuñada y en piña) y cueros vacunos, pieles de chichilla y cueros vicuña, para que se vendiesen en Buenos Aires. Eventualmente se firmaban ‘contratas’ especiales para el acopio de cueros y pieles: por medio de estas contratas el comerciante en Buenos Aires le adelantaba al comerciante del norte el valor estimado de los cueros en su cuenta corriente y estipulaba un plazo para la recepción de las pieles y los cueros” (CONTI, 2003, p. 118).

Os espaços monetários das Províncias-Estado eram constituídos por meios de pagamento heterogêneos oriundos de seus saldos comerciais que circulavam localmente com instrumentos mais primitivos de crédito privado, com baixo grau de monetização de títulos de

dívida provinciais e com um circuito monetário interprovincial regido por letras de câmbio e outros mecanismos de crédito comercial.

## Capítulo 5: Guerras, Estado e Moeda Nacional.

A queda de Rosas não significou uma evolução linear na consolidação do poder na Argentina. O descontentamento das províncias, particularmente do litoral, que levou a sua derrota, não arregimentou forças e recursos suficientes para dar continuidade a organização nacional. Isto resultou na *Cisão do Prata*, com Buenos Aires se auto exilando da recém-criada *Confederação Argentina* por quase dez anos.

Esta conjuntura política, como não podia deixar de ser, apenas aprofundou o isolamento dos mercados da região. Buenos Aires manteve seu vínculo com o comércio atlântico enquanto que as províncias do Litoral perceberam que a livre navegação dos rios da bacia do Prata não significava maior comércio, na medida em que os comerciantes ingleses, há muito instalados na cidade porteña, não estavam dispostos a operar a partir dos portos da Confederação.

Enquanto durava a Cisão, as províncias do oeste e noroeste aproveitavam para fortalecer seus vínculos com os mercados chilenos e bolivianos, engrossando o comércio transandino com importações oriundas dos portos do pacífico.

Esta situação fazia retroceder qualquer iniciativa de unificação monetária. A divisão do poder conduzia a uma bifurcação da soberania monetária entre o governo da Confederação e o da Província de Buenos Aires, que favorecia o uso de unidades de conta distintas e a circulação de uma grande variedade de moedas. Esta situação perdurou mesmo depois da criação da República e tornou a formação do espaço monetário nacional um processo ainda mais complexo.

Com o retorno de Buenos Aires a Confederação e a criação da República Argentina em 1862, o processo de unificação política e consolidação do poder na Argentina entrava em seu estágio final. A integração das demais províncias a *Ordem de Pavón* possuiu não apenas um aspecto político, mas também econômico e, por conseguinte, monetário. Ela possibilitou a assimilação das províncias à inserção econômica internacional liderada por Buenos Aires.

As décadas de 1860-1870 são marcadas pela superação do isolamento econômico em que viviam as regiões do país, com as províncias do litoral ligadas ao atlântico enquanto as províncias do oeste e noroeste enfraqueceram laços comerciais com os mercados do Chile e Bolívia.

Este processo de formação de uma economia nacional foi estimulado pelo crescimento do setor exportador. A consolidação política disponibilizou grandes porções de

terra, pouco exploradas economicamente, que atendiam a demanda dos *terratenientes porteños*. Mas na medida em que economia exportadora crescia, ela exigia mais uma expansão das fronteiras nos moldes executados por *Rosas* no início da década de 1830.

Durante os anos 1860, a preocupação em estabilizar o país e impor a *Ordem de Pavón* às províncias rebeldes provocou a redução do efetivo que guardava a fronteira indígena. Isto permitiu que as estâncias sofressem com ataques de índios e impedia o crescimento extensivo da produção. Com vistas a resolver o problema o governo iniciou esforços para a expansão da fronteira, em 1876, mas que só começaram a dar resultados quando o General *Julio Roca* empreendeu uma nova campanha, “*La Conquista del Desierto*”, em 1878. Por meio de um exército da ordem de seis mil soldados, *Roca* derrotou os índios e anexou cerca de quinhentos e cinquenta mil km ao território nacional (LENZ, 2004, p. 116).

O aumento das ofertas de terras foi acompanhado pelo desenvolvimento das ferrovias no país. O retorno dos investimentos externos possibilitou a expansão da rede ferroviária em ritmo mais acelerado que na década de 1850. As estradas-de-ferro eram vistas não apenas como forma de transportar a produção dos *terratenientes* ao porto de Buenos Aires, mas como um instrumento de unificação do mercado nacional, ocupação do território e de segurança nacional – permitindo um deslocamento mais rápido de efetivos do governo federal às províncias rebeladas (LENZ, 2004, p. 86).

A inauguração pioneira do primeiro trecho do *Ferrocarril Oeste* em 1857, deu início a um processo que passou a se desenvolver em larga escala com a presença de investimentos britânicos a partir da década de 1860. O governo argentino criou condições favoráveis aos investimentos em ferrovias eximindo de impostos as importações, concedendo terras ao longo da via férrea e, principalmente, garantindo uma taxa de lucro de 7% sobre o capital investido (LENZ, 2004, p. 91).

Esta dinâmica ferroviária estimulou a formação de uma série de novos mercados, as mercadorias de Buenos Aires passaram a chegar aos mercados das províncias do oeste e noroeste com preços mais baratos que as provenientes dos portos do pacífico (OSSONA, 1994, p.105). As ferrovias também abriram a exploração econômica grandes porções isoladas do território argentino para o crescente setor agroexportador.

A longa transição econômica por que passava Buenos Aires desde seu papel de entrepostos comercial a região produtora para o mercado mundial permaneceu evoluindo durante sua separação da Confederação, intensificando-se com a consolidação da República, na medida em que passou a assimilar as demais economias regionais.

Durante a década de 1860 e 1870 viveu-se “*la fiebre de la lana*”. Embora a produção tenha começado ainda nos anos 1820 na província de Buenos Aires, seu auge foi atingido por meio do grande ciclo de alta dos preços da lã a partir de 1855 – gerado pela escassez de algodão durante a guerra civil americana (ROCK, 1991, pp. 184-186). Durante os anos seguintes a criação de ovelha superou a produção de gado na província bonaerense e a lã tornava-se o produto mais exportado do país.

Em paralelo, os produtores tradicionais de gado encontraram uma conjuntura bem mais desfavorável devido a queda dos preços internacionais do couro nas décadas de 1850 e 1860, a maior competição dos saladeros do Uruguai e Brasil e do declive da escravidão. (OSSONA, 1994, pp. 96-97). Sua situação é atenuada devido a guerra do Paraguai. O fornecimento de carne, couro e cavalos gerou enormes lucros aos produtores do litoral. A demanda das tropas brasileiras por alimento também estimulou a criação de colônias agrícolas para a produção de milho e trigo no litoral. (ROCK, 1991, p. 178).

Foi o início da agricultura em larga escala. A Argentina até então era importadora de trigos e passou a exportá-lo a partir da segunda metade da década de 1870. A província de *Santa Fé* foi a que mais se destacou na produção agrícola, abandonando o status de província mais pobre do litoral para se tornar mais próspera que Entre Ríos e Corrientes nas últimas décadas do século XIX. (OSSONA, 1994, p. 101).

Esta expansão da economia exportadora passou a demandar uma quantidade de mão-de-obra maior do que a população argentina podia oferecer. A formação de um exército nacional e as intervenções federais durante as décadas de 1860-1870 apenas complicavam ainda mais o problema. Desta forma, neste período o governo inicia uma série de medidas para incentivar a imigração européia.

A questão da população sempre foi uma preocupação para os governos argentinos – expressa pela frase “*gobernar es poblar*”. Desde a década de 1820, durante a presidência de Rivadavia, projetos de imigração eram discutidos. A partir da década de 1870 estes projetos foram efetivados e, com o grande crescimento econômico a partir dos anos 1880, o fluxo de imigrantes passou a satisfazer as necessidades da economia argentina (LENZ, 2004, pp.170-172).

Deste modo, nas duas décadas após a formação da República, em 1862, foram organizados os principais elementos econômicos que permitiram a economia argentina tornar-se uma das mais ricas do mundo no início do séc. XX. Esta organização econômica foi conquistada na medida em que o governo central conseguiu se impor às demais províncias. O

último elemento desta construção foi a formação do espaço monetário nacional com a *Ley del Cuño* de 1881.

### 5.1 A Cisão do Prata e o Nascimento da República

A queda de Rosas não significou uma ruptura no sistema político e econômico vigente; *Caseros* foi uma vitória estritamente militar, não representava a vitória de um projeto político sobre outro. A hegemonia porteña estabelecida por Rosas não era absoluta na medida em que as províncias que mais dela se aproveitaram, também foram as que mais se ressentiram dela. Mas a aliança que formaram com forças estrangeiras não foi estabelecida para criar um modelo alternativo, mas sim ajustar o modelo porteño de forma que acomodasse melhor suas demandas.

Estas demandas significavam eminentemente o fim do monopólio comercial e, por conseguinte, do exclusivismo fiscal de Buenos Aires. Além disso, as comunidades mercantis ascendentes das províncias do litoral se viam prejudicadas pela situação privilegiada dos comerciantes bonaerenses. Porém, esta transformação da hegemonia porteña não era vista como concebível pela elite de Buenos Aires. Os interesses mercantil-financeiro e agro-exportador porteños estavam cada vez mais atrelados e ambos não estavam dispostos a permitir tal transformação.

A promulgação de uma constituição em 1853 pela Confederação Argentina, resultaria na criação de um novo governo federal com capital em Buenos Aires. Porém, assim como em 1826, a elite porteña não ia aceitar a federalização da cidade. Meses depois de promover um golpe que derruba o governador nomeado pela Confederação, a província promulga uma constituição própria em que se declara um Estado autônomo e independente da Confederação (VAZQUEZ-RIAL, 1999, pp.266-267).

O governo da Confederação, sobre a presidência do *General Urquiza*, não aceitou pacificamente esta situação, mas não tinha forças suficientes para impedi-la. Os incentivos a invasões ao território bonaerense, seguidas por um cerco militar a província, foram de pouco proveito. A Confederação não possuía mais a disposição um exército equivalente ao que derrubou Rosas – que contava com a forte presença de estrangeiros – e também não disponibilizava de recursos econômicos para se impor a província rebelde.

Desta maneira, a estratégia adotada por *Urquiza* foi tentar romper com um dos fundamentos do poder porteño – o monopólio do comércio exterior. A Confederação decreta de livre navegação dos Rios Paraná e Uruguai, na tentativa de deslocar parte do comércio do

porto de Buenos Aires para o porto de Rosário, o principal da Confederação. Esta estratégia foi fortalecida pela adoção de taxas alfandegárias mais baixas no porto de Rosário que as adotadas em Buenos Aires (ROCK, 1991, p. 170).

A pressão internacional também foi um instrumento utilizado pela Confederação. A diplomacia britânica buscava garantir a livre-navegação dos rios da bacia do Prata e acreditava que o monopólio comercial porteño prejudicava o comércio da região. Um dos primeiros decretos de Urquiza foi declarar livre a navegação dos rios e o comércio nos portos da Confederação – medidas que depois foram formalizadas em tratados internacionais com Grã-Bretanha, França e Estados Unidos (LYNCH, 2004, p. 666). Desta forma, inicialmente, a Grã-Bretanha tendeu para o lado da Confederação e passou a pressionar Buenos Aires para se reincorporar.

No entanto, o tempo era um adversário da Confederação. Ela não conseguia ser capaz de organizar um aparato estatal que pudesse representar uma alternativa a hegemonia porteña. Politicamente, o poder do governo federal sobre as demais províncias da Confederação nunca se consolidou. O localismo político, através da manutenção das aristocracias provinciais, continuou sendo a referência para as províncias. Urquiza promoveu a unidade política da Confederação a partir de um sistema de acordos interprovinciais não muito distinto do sistema vigente no regime de Rosas (OSZLAK, 2009, p.63).

A confederação não foi capaz de promover a centralização das forças militares a partir da formação de um comando geral vinculado ao governo federal. As relações entre Urquiza e as milícias provinciais se baseavam em acordos bilaterais entre Entre Ríos e as demais províncias. Mas era o financiamento do governo a principal fraqueza da Confederação. Em nenhum momento ela foi capaz de garantir a reprodução de seu poder a partir da criação de um sistema tributário que financiasse seus gastos e que servisse para a organização do crédito público .

De forma contrastante, Buenos Aires sofria pouco com a *Cisão*. O comércio exterior não sofreu abalos com as medidas adotadas pela Confederação. Os comerciantes britânicos há muito tempo estabelecidos na cidade, se recusavam a transferir suas operações para Rosário e mantiveram suas transações com as demais províncias a partir de Buenos Aires, muitas vezes de forma ilegal.

O financiamento da província não foi prejudicado. Sua aduana continuou gerando vultosos recursos fiscais, que eram fortalecidos pelo sistema de crédito da província, tornando possível a defesa do território da província contra as ameaças militares confederacionistas.

A situação internacional também evoluiu a favor da província rebelde. Desde o início da Cisão, a comunidade britânica porteña pressionou a Grã-Bretanha a reverter sua posição e apoiar Buenos Aires. Paralelamente, em 1857, o governo da província chegou a um acordo para voltar a pagar o serviço do empréstimo de 1824, estimulando os financistas – principalmente o Barings - a pressionar o *Foreign Office*. Enquanto que a Confederação via seu pedido de empréstimo negado tanto pela Grã-Bretanha como pela França (POMER, 1980, pp. 195-196).

Desta maneira, no fim dos anos 1850 a guerra tornou-se inevitável, era a única forma que a Confederação possuía para subjugar a província insurrecionada. Na *Batalha de Cepeda* (1859) prevaleceu a maior força militar da Confederação que derrotou os exércitos de Buenos Aires comandado pelo General *Bartolomé Mitre*. Após a derrota, Buenos Aires aceitou negociar sua entrada na Confederação através de uma revisão da constituição de 1853 (ROCK, 1991, p.171).

Mesmo depois de promulgadas as proposta porteñas sobre a constituição de 1853, um novo enfrentamento militar precisaria ocorrer para que a Cisão chegasse ao fim. Isto se deu em 1862, na *Batalha de Pavón*, uma das mais importantes e controversas da história argentina. Após um início vitorioso das forças militares de Urquiza, que provocou a retirada do exército porteño comandado por Mitre, o primeiro resolve se retirar deixando a vitória nas mãos de Buenos Aires (LYNCH, 2004, p. 667).

O resultado do conflito tornava evidente a já mencionada situação paradoxal das províncias do litoral: as únicas províncias poderosas o suficiente para se oporem a este projeto representado pela hegemonia porteña, mas que estavam profundamente envolvidas com este modelo econômico para se dedicarem a um sério atento para derrubá-lo. Após uma cisão de quase dez anos, Buenos Aires retornava ao convívio político com as demais províncias sem abrir mão de sua posição privilegiada. A consolidação da “Organização Nacional” seria efetuada a partir da hegemonia porteña.

Mas se as províncias do litoral não foram capazes de modificar as bases do projeto político porteño, permitindo compatibiliza-lo com a formação de um Estado que absorvesse em seu centro de poder as demais aristocracias provinciais, a própria inserção internacional de Buenos Aires tornou isso possível.

Historicamente, a unificação era um objetivo exclusivo da classe mercantil-portuária, enquanto que os terratenientes possuíam pouco apreço pela idéia. No entanto, o volume das exportações durante os anos 1850 crescia exponencialmente, o que levou os estancieros

porteños a expandir suas terras para além da província de Buenos Aires em direção a Córdoba e Santa Fé – mais seguras que avançar através da fronteira indígena (LYNCH, 2004, p.663).

Esta maior penetração das estâncias pelo meio-oeste argentino também alterou a resistência dos terratenientes ao investimento estrangeiro. A melhoria no sistema de transporte até o porto seria fundamental para a viabilidade econômica destas novas terras. A construção de ferrovias seria efetivada com o financiamento externo britânico, como já havia ocorrido no Brasil e no Chile.

Logo, pela primeira vez desde a revolução de Maio, a unificação nacional passou também a ser defendida pela classe terrateniente em conjunto aos comerciantes e financistas porteños. Foi possível abrir mão de aspectos até então essenciais da hegemonia porteña para torná-la abrangente o suficiente para absorver as demais províncias.

Nesta transformação da hegemonia porteña decisiva para a consolidação do poder na Argentina, a influência da inserção internacional num sistema mundial hierarquizado política e economicamente pela Grã-Bretanha não pode ser subestimada: “La ‘internacionalización’ de la vida económica aparecía así como condición necesaria para la ‘nacionalización’ de la sociedad argentina” (OSZLAK, 2009, p.54).

## **5.2 Implantação da Ordem de Pavón**

Após a Batalha de Pavón, Mitre foi eleito Presidência da *República Argentina* em 1862. Esta nova formação de um governo central possuía uma situação mais consolidada, devido a estrutura herdada do regime de Rosas e dos acordos que terminaram com a Cisão do Prata. Mas para não se tornar mais uma experiência efêmera, era necessário que o novo governo central se consolidasse como entidade política autônoma ao poder das províncias.

Inicialmente, a Mitre foram delegadas pelas províncias funções de âmbito nacional, mas que ele subordinou-as ao governo provincial de Buenos Aires - suas decisões deveriam ser aprovadas pela legislatura bonaerense. Tratava-se de formatar as novas instituições nacionais a partir das instituições porteñas. A primazia política de Buenos Aires nesta nova ordem se reflete numa nova recusa de federalizar a cidade de Buenos Aires separando-a da província, proposta por Mitre, em 1862, e recusada pela legislatura provincial. (OSZLAK, 2009, p. 83).

A despeito do apoio que a formação de um Estado nacional possuía em Buenos Aires, a província não possuía um ambiente político homogêneo. Parte da elite bonaerense ainda enxergava a construção de uma entidade nacional como prejudicial aos seus interesses. Logo,

a reorganização do Estado em nível nacional a partir de Buenos Aires exigia a preservação da integridade territorial e da autonomia política – e monetária - da província porteña. (ROCK, 2002, p. 34)

Este movimento de formação do governo nacional durante os anos 1860 iniciou-se a partir de uma série de medidas que visavam deslocar o *locus* da política e economia das províncias para o governo central. Buenos Aires expandia sua economia exportadora ao resto do país em paralelo a integração dos mercados regionais ao mercado porteño. O governo federal veiculava a hegemonia porteña assimilando as oligarquias do interior ao seu projeto político. Era a consolidação da *Ordem de Pavón*.

Mas a despeito do apoio que Buenos Aires possuía no interior, a *Ordem de Pavón* foi largamente contestada por algumas províncias. Esta resistência, mais fortemente localizada na região oeste do país, demandava a rápida organização de uma força nacional que fosse capaz de consolidar o poder do governo central.

Esta busca pela monopolização da violência a partir da criação de um exército nacional foi adotada anteriormente por *Rivadavia*, então presidente das *Províncias Unidas*, por ocasião da guerra com o Brasil em 1825. Implicitamente, procurou-se também estimular um sentimento nacionalista nas demais províncias que contribuísse para a unificação do poder. O fracasso desta tentativa refletia a incapacidade de Buenos Aires em se impor às demais provinciais naquele período.

No entanto, mesmo com a formação de um exército nacional após 1862, as províncias mantiveram sua influência na medida em que eram elas recrutavam as tropas localmente. Além disso, as guardas nacionais, utilizadas para a patrulha da fronteira com os índios, eram comandadas localmente e não foram extintas. Isto permitia que fosse possível a formação de resistências armadas contra o governo federal. (OSZLAK, 2009, p. 106).

As províncias que mais resistiram a esta centralização do poder a partir de Buenos Aires foram as que se mantinham a margem do circuito econômico e financeiro cultivado com a economia mundial. Concentradas na região oeste da Argentina, suas economias conservavam antigas relações com os mercados do pacífico. Mas agora, os movimentos contrários a centralização do poder pelo governo federal não eram vistos como obra de unidades políticas autônomas contra intervenções descabidas sobre sua soberania, mas sim de rebeliões contra a nova ordem instaurada a partir de Buenos Aires. (OSZLAK, 2009, p. 96)

Após Pavón, Mitre ocupa Rosário e Santa Fé, e faz acordo com Urquiza – que negociou sua abstinência política pela garantia de que Entre Ríos não seria invadida –, cuja influência permite também a ganhar o apoio de Corrientes. As divisões do exército de Buenos

Aires acabariam ocupando quase todas as províncias. Seguidamente, os governadores que se opunham ao governo central foram substituídos por outros mais favoráveis.

Mas este processo de efetivação da ordem de Pavón não foi rápido e nem pacífico. Entre 1862 e 1868 houveram 107 revoluções, que produziram 90 combates, onde mais de quatro mil pessoas morreram. O último grande combate no interior se deu na província de Entre Ríos na década de 1870, onde *Ricardo López Jordan* tomou o poder após o assassinato de *Urquiza* e desafiou por alguns anos o poder do governo central. Sua derrota em 1874 foi uma operação militar que demandou grande efetivos e exigiu uma série de combates (ROCK, 1991, p. 178; OSZLAK, 2009, p.107).

As vitórias do Governo central, que permitiram a consolidação da *Ordem de Pavón*, só foram conseguidas a partir da formação do exército nacional. Sua consolidação vitoriosa – em comparação com o fracasso do governo federal de 1826 – estava relacionada principalmente ao retorno do financiamento externo, que permitiu o financiamento dos novos gastos militares – analisado mais a frente -, e com o estímulo proporcionado pela Guerra do Paraguai. Foi a partir deste conflito bélico que envolveu todos os principais atores políticos da região do Prata que a República Argentina foi capaz de se efetivar como Estado-Nação.

As causas do conflito foram várias: as disputas fronteiriças entre Brasil e Paraguai, a centralização do poder na Argentina e sua antiga ambição de anexar o Paraguai, os conflitos políticos uruguaios e a própria postura externa agressiva adotada pelo Paraguai a partir da década de 1840 foram as causas principais<sup>79</sup>. Mas o estopim inicial do conflito foi um só: o Uruguai.

Devido a sua posição geográfica e o contexto geopolítico do Prata, por volta da metade do séc. XIX, a sobrevivência do Paraguai como unidade política soberana e, por conseguinte, autônoma frente Buenos Aires, dependia da vigência da independência do Uruguai. Sua queda para o poder porteño – que desta forma selaria sua saída para o mar - ou sob domínio do Império do Brasil – que aumentaria sua presença militar numa região de fronteiras indefinidas -, colocava enorme pressão sobre o Paraguai.

Até 1840, o Paraguai manteve-se à parte não apenas dos conflitos militares da Bacia do Prata, como também de seu circuito comercial. Sua economia havia crescido de forma isolada da economia mundial, mas que na década de 1840, após a morte de *José Gaspar Rodríguez de Francia* – no poder desde a independência do país em 1814 -, estava ávida por aumentar seu relacionamento econômico com o exterior. *Carlos Antonio López* assumiu o

---

<sup>79</sup> CISNEROS; ESCUDÉ, 2000, capítulo 29 (disponível em: <http://www.argentina-rree.com/6/6-003.htm>).

poder reorientando as relações externas do país, que foram estimuladas pelo reconhecimento da independência do país a partir de 1853 pela Confederação Argentina, Inglaterra, França e Estados Unidos. Passou a buscar contatos no exterior, estabelecendo conexões com firmas britânicas em busca de tecnologia, compra de armas e construção de fábricas e infra-estrutura. (PÓMER, 1980, pp. 47-50).

O novo surto de crescimento econômico trouxe novamente a tona as questões de fronteiras quando o governo paraguaio se viu estimulado a aumentar sua produção de erva-mate e tabaco para a exportação, cujas terras mais férteis encontravam-se na disputada fronteira com o Império do Brasil.

Paralelamente, nesta mesma época, o Uruguai havia se tornado muito dependente do Brasil. A assinatura de uma série de tratados em 1851 instituía uma relação de dependência política - autorizava a intervenção brasileira no país – e econômico-financeira – a aduana de Montevideú havia sido hipotecada para o pagamento de dívidas e o governo do Uruguai dependia de subsídios enviados pelo Rio de Janeiro. Tratava-se de reviver a Província Cisplatina, mas agora de forma informal. (BANDEIRA 1985, p. 192).

Após a chegada ao poder em 1862, Mitre buscou consolidar a *Ordem de Pavón* não apenas nas demais províncias da República, mas também através de uma política belicosa com relação a toda região do Prata. A estabilidade política e econômica dos países vizinhos mantinha vigente a possibilidade de construção de uma alternativa ao projeto político representado pela hegemonia porteña. Esta só seria concretizada quando as províncias, particularmente do litoral, deixassem de ambicionar a formação de novas unidades políticas soberanas e, por conseguinte, autônomas á Buenos Aires, através da união com países vizinhos, particularmente Paraguai e Uruguai.

O porto de Montevideú experimentou nos anos 1850 uma prosperidade não vista em muitas décadas de instabilidade política. Beneficiou-se da Cisão entre Buenos Aires e Confederação Argentina, quando *Urquiza* transformou-o na principal ligação comercial de Entre Ríos e Corrientes com os mercados atlânticos. Isto compeliu Mitre, já efetivado como presidente da República Argentina, a apoiar a campanha de seu ex-general Venâncio Flores sobre o Uruguai em 1863.

Esta invasão vinda do outro lado do Prata incentivou a intervenção do outro vizinho. A política do então presidente Bernardo Berro do Uruguai, que buscava mais autonomia ao país, de não renovação dos tratados com o Brasil e a instituição de impostos na fronteira com o Rio Grande do Sul, gerou muitos protestos por parte de estancieiros brasileiros. Além disso, o governo uruguaio havia empenhado à França e a Grã-Bretanha todas as rendas de sua aduana,

como ressarcimento de prejuízos causados a seus cidadãos nas guerras civis passadas. Só que as rendas da aduana já haviam sido hipotecadas ao Brasil nos tratados de 1851. (BANDEIRA, 1985, p. 221).

Na iminência de uma intervenção brasileira, o Uruguai buscou apoio no Paraguai. Montevideú procurava formar com Assunção, Entre Ríos e Corrientes, se possível, um eixo comercial e político que rivalizasse com o porto bonaerense. Um eixo bem-visto pelos paraguaios, que precisavam expandir seu comércio para manter seu projeto de desenvolvimento, mas que sofriam com o monopólio comercial porteño. Esta articulação política poderia formar uma nova Confederação e destruir a Ordem de Pavón<sup>80</sup>.

A invasão do General Flores em 1863, com apoio de Buenos Aires e Rio de Janeiro, levou o Paraguai a intervir militar no conflito em 1865, invadindo a província de Mato Grosso e, depois de ver negada seu pedido de passagem por Corrientes, também declara guerra a Argentina. Negociado secretamente, pouco antes da intervenção paraguaia, em maio de 1865, o Tratado da Tríplice Aliança formalizava uma frente de guerra entre Argentina, Brasil e o Uruguai – já liderado por *Venâncio Flores* – cujo objetivo era restaurar o equilíbrio de poder no Prata, ou seja, derrotar o Paraguai.

Durante as negociações, o governo brasileiro dissuadiu as ambições de Mitre de anexar o Paraguai como mais uma província argentina. Ficou acordado que o Paraguai não poderia ser incorporado e, como garantia, o tratado trazia fixado, as novas fronteiras a serem exigidas do governo paraguaio e uma indenização de guerra após uma vitória dos aliados – o Uruguai não ganharia nada. (BANDEIRA, 1985, p. 258).

As declarações de Mitre de que a guerra seria rápida e a vitória viria em poucos meses, foi logo desmentida pelos combates. Depois de uma série de derrotas que culminaram com o desastre da batalha de *Curupaití* em 1866, com grande perda de vidas, a guerra perde apoio na Argentina. As forças militares argentinas passam então a cumprir um papel secundário na segunda metade do conflito, deixando ao Brasil a liderança sobre os esforços de guerra. (ROCK, 2002, p. 77).

Paradoxalmente, os infortúnios no campo de batalha resultaram em ganhos para a consolidação da *Ordem de Pavón*. A retirada de grande parte das tropas argentinas após 1866, permitiu que Mitre as utilizasse no combate as resistências ao governo federal. Os combates

---

<sup>80</sup> “No começo de 1863, antes do desembarque de Flores [...], Juan José de Herrera, já no posto de Ministro das relações exteriores do governo Berro, enviara Octávio Lapido a Assunção, com instruções para ajustar um acordo entre Paraguai e Uruguai, com possibilidade de Entre Ríos e Corrientes aderirem, constituindo-se uma nova república, cujo porto seria Montevideú.” (BANDEIRA, 1985, p. 228)

às províncias sublevadas foram efetuados por tropas veteranas que não encontraram grandes dificuldades em derrotar as forças rebeldes.

Terminada a guerra em 1870, o saldo da Argentina foi extremamente positivo. Além de conseguir anexar férteis territórios do Paraguai, o conflito foi fundamental para a consolidação do poder na Argentina através da subjugação das últimas resistências ao governo federal pelo exército nacional.

Mas a organização das estruturas políticas do governo nacional não foi efetuada apenas através das intervenções militares nas províncias. A estratégia de Mitre de consolidar a unificação subordinada a hegemonia porteña remetia a adotada logo após a declaração de Maio pelos revolucionários porteños: apoiar as oligarquias provinciais atreladas a Buenos Aires e intervir apenas para combater os movimentos que resistissem a ordem criada em Pavón.

Um dos mecanismos mais importantes utilizados por Mitre para atrelar as províncias à nova ordem foi a política de subvenções adotada pelo governo central. As províncias mesmo durante a vigência de suas soberanias encontravam muitas dificuldades para financiar seus aparatos administrativos locais. Com a reforma tributária implantada por Mitre, o fim das aduanas locais gerou uma série de problemas para o governo central – servindo de estopim para várias das revoltas que eclodiram após 1862 –, mas também criou uma oportunidade de vincular as províncias a nova ordem estabelecida, através de mecanismos fiscais compensatórios.

A suspensão da subvenção ocorria em províncias cujo posicionamento político era contrário ao desejado pela hegemonia porteña. Por outro lado, as subvenções eram fortalecidas as províncias cujas oligarquias dominantes encontravam-se ao lado do governo nacional. Por exemplo, na província de San Luis, o subsídio enviado pelo governo central era equivalente a toda a sua arrecadação, enquanto que em La Rioja, província mais pobre do país e foco de resistência ao governo federal durante anos, o subsídio dobrava os recursos orçamentários. A despeito destes casos extremos, mesmo em províncias mais ricas e desenvolvidas economicamente, como Catamarca, Tucumán e Mendoza, o subsídio representava uma fração importante de seus recursos fiscais. (OSZLAK, 2009, p. 124).

A ascensão a presidência, em 1868, de *Domingos Sarmiento*, pode ser vista como resultado da implantação da ordem de Pavón e da mudança da natureza da hegemonia porteña que passa a abarcar em sua liderança grupos oligárquicos provincianos que haviam se estabelecido a partir do apoio ao governo nacional. Também realça a importância do regime rosista na centralização do poder, a partir das relações que Rosas cultivou com as demais

províncias, que foram utilizadas na Confederação Argentina por Urquiza durante a Cisão do Prata, e que perduraram e se fortaleceram com a *Orden de Pavón*.

A partir da vitória de Sarmiento em 1868, a convivência entre a província de Buenos Aires e o governo nacional tornou-se mais tensa. Mas a despeito da presença de um provinciano na presidência ter deixado parte da elite porteña pouco confortável, ela representava uma maior convergência dos interesses das oligarquias provinciais – que chegaram ou se mantiveram no poder devido ao seu apoio ao governo federal - aos interesses da elite de Buenos Aires<sup>81</sup>.

A ordem instaurada em Pavón e estendida a todo o país através dos anos 1860 e primeira metade dos anos 1870, se constituía de uma conjunção de interesses políticos e econômicos, moldados pela inserção internacional do país, que tem origem e é liderada por Buenos Aires, mas que atravessa as províncias do litoral e que, de 1862 em diante, passou a incluir também as demais províncias do interior.

Apesar desta convergência de interesses, a consolidação do governo central não ocorreu sem causar fissuras no já complexo ambiente político de Buenos Aires. Na medida em que a centralização do poder demandava a instauração de uma série de instituições de caráter nacional, ela se chocava com a resistência de parte da elite porteña que ainda repudiava a unificação nacional e temia perder o que restava da autonomia da província.

Esta tensão explodiu com mais uma vitória de um candidato provinciano, Nicolas Avellaneda, em 1874, sobre o representante porteño, o próprio Mitre. Instaurou-se uma rebelião em Buenos Aires que logo foi sufocada pelas forças do governo nacional. Após o conflito a tensão esfriou por alguns anos a partir de um acordo político, conhecido como “*La Conciliación*”, negociado entre o governo nacional e os *autonomistas* porteños. (DI TELLA, 2010, p. 40).

Esta situação foi mantida até a eleição de 1880. O clima de tensão deu lugar a demonstrações belicosas por parte do governador bonaerense e candidato a presidência *Carlos Tejedor*. Ele pertencia a elite ultraporteña que desdenhava do governo nacional. A vitória provinciana do General Julio Roca, provocou uma nova rebelião na província porteña. Mais uma vez o exército nacional derrotou as forças porteñas, num conflito cujo saldo foi de aproximadamente três mil mortos (ROCK, 2002, pp. 148-149 e 157-159).

---

<sup>81</sup> “Mitre había quebrado la resistencia provinciana a la oligarquía porteña. Al terminar su gobierno todas las provincias estaban gobernadas por oligarquías locales que se sometían [...] a la política porteña. Los gobiernos de Sarmiento y Avellaneda acentuaron la dependencia de las provincias respecto al gobierno nacional” (PEÑA, 1975, p. 51).

A ‘queda de Buenos Aires’ é vista como o último estágio na centralização do poder na Argentina. O governo nacional decreta o fim das guardas nacionais extinguindo assim as milícias provinciais e, finalmente, monopoliza os meios de coerção no território nacional. Após mais de cinquenta anos da iniciativa de Rivadavia, a cidade de Buenos Aires é federalizada e separada da província, com aprovação da legislatura da província (DI TELLA, 2010, p. 53).

Mas a federalização em 1880 não possuía o mesmo significado de quando fora proposta por Mitre em 1862. Naquele momento, logo após a cisão, a federalização reduziria a autonomia porteña e enfraqueceria o poder de Buenos Aires frente as províncias, ainda hostis ao seu projeto de unificação nacional. Em 1880, já não havia este perigo, a convergência de interesses entre as províncias e Buenos Aires tornava este antigo desejo de parte da elite porteña possível. A aprovação da legislatura provincial apenas confirma esta tendência.

A consolidação do poder na Argentina conduz a unificação da soberania monetária nacional através da adoção em 1881 de chamada *Ley del Cuño*, que decretava o fim da capacidade da província de Buenos Aires de emitir moeda e a imposição do peso como unidade de conta nacional pelo Estado central.

### **5.3 Bifurcação da Soberania Monetária**

A queda de rosas e a separação de Buenos Aires da Confederação Argentina provocaram uma bifurcação da soberania monetária entre estas duas unidades políticas. Em parte, a Cisão do Prata foi também motivada pelo receio de perda da soberania monetária cultivada fervorosamente pela elite porteña.

A reincorporação de Buenos Aires contou também com aspectos monetários. No limite, foi a maior capacidade de financiamento do governo da província de Buenos Aires, a partir do crédito público, que permitiu que a resistência porteña resistisse a pressão militar confederacionista por quase dez anos.

Durante a vigência da separação, o regime monetário porteño herdado do Regime de Rosas manteve suas características principais, mas ao longo dos anos 1850 foi complementado por meio de estímulos recebidos pelo crédito privado. Esta iniciativa foi implementada pelo novo responsável pela *hacienda* provincial, *Norberto de La Riestra* - ex-funcionário de uma firma comercial britânica com sólidos laços com a comunidade mercantil-portuária.

Embora não fosse capaz de alterar os aspectos fundamentais do regime monetário porteño, Riestra novamente procurou restabelecer, sem sucesso, a conversibilidade da moeda

através de um artifício de reconhecer as moedas metálicas estrangeiras como curso legal na província. Sua idéia era que a partir da acumulação de reservas nestas moedas, uma nova instituição bancária fosse capaz de estabilizar o valor do peso, como um primeiro passo para restabelecer sua conversibilidade (ADELMAN, 1999, p. 237).

Durante o regime rosista, as atividades bancárias foram limitadas a *Casa de La Moneda*, instituição que substituiu o Banco Nacional, em 1836. A partir de 1838, ela foi proibida de receber depósitos e de exercer operações de desconto de títulos, o que inibiu severamente a oferta de crédito privado, que ficou resumida a operações de crédito entre comerciantes. Esta situação foi contornada apenas com a criação, em 1854, do *Banco de La Provincia de Buenos Aires* (BPBA), que retomaria as operações de depósito e de desconto de títulos. Ele complementaria estratégia de acumular moedas metálicas como instrumentos de estabilização da moeda porteña (HANSEN, 1916, p. 354).

Durante a vigência do conflito com a Confederação, o financiamento dos gastos com a defesa da província de Buenos Aires foi garantido pela expansão de seu crédito público. A administração privilegiou novamente a emissão de títulos de dívida do governo, cujo valor se manteve acima do exigido pelo governo para seu lançamento – 75% do valor de face. A prioridade exigida pela política de aumento da oferta de crédito público sobressaiu a tentativa de restaurar a conversibilidade da moeda porteña (PIÑERO, 1921, pp.177-179).

A Confederação também procurou estabelecer instrumentos de crédito público que permitissem viabilizar os gastos com a formação de um novo governo nacional e com o conflito com Buenos Aires. Porém, ela não contava com um banco e, menos ainda, com um mercado de crédito no qual financiar seus gastos. Não havia um sistema tributário federal que fosse capaz de gerar os recursos necessários para financiar uma emissão de títulos de dívida pelo governo.

Num primeiro momento, o governo apelou para um financista espanhol residente em Montevideú, *José de Buschental*, para tomar um empréstimo de duzentos e vinte e cinco mil pesos prata (HANSEN, 1916, p. 353). Em seguida, o governo procurou criar instituições bancárias que permitissem o desenvolvimento de instrumentos de crédito público e privados na Confederação.

Tentando emular a experiência porteña, criou-se uma moeda – *peso confederacionista* – que seria utilizada em todo o território como forma de estimular um mercado monetário próprio. Em 1854, foi inaugurado o *Banco Nacional de Rosario*, que cumpriria o papel de tesouro nacional; recebendo depósitos, oferecendo crédito e controlando a emissão de moeda da Confederação (QUINTERO RAMOS, 1950, p. 44).

No entanto, por trás desta moeda e do sistema de crédito nela baseado, não havia, como em Buenos Aires, uma garantia pública a partir de impostos recolhidos pelo governo. A criação de um órgão que centralizasse o recolhimento de impostos sofria com a resistência das províncias, a aduana de Rosário não era capaz de gerar os recursos suficientes para criar uma demanda pela nova moeda. A tentativa de impor severas leis de curso forçado, mostrou-se novamente insuficiente para estimular a circulação da moeda pela Confederação. (PIÑERO, 1921, p. 220)

Este fracasso da tentativa de financiamento interno levou a Confederação a buscar empréstimos no exterior, primeiro com financistas franceses e, posteriormente, na City de Londres, sem sucesso. O apoio do Império do Brasil a Confederação se refletiu num empréstimo de trezentos mil pesos-prata e, indiretamente, com a abertura de uma agência do banco Mauá em Rosário, em 1857 – que acabaria fechando dois anos após sem conseguir movimentar muitos recursos. (HANSEN, 1916, pp. 259-260)

Durante o período de trégua entre as Batalhas de *Cepeda* e *Pavón*, *Noberto de la Riestra*, agora Ministro das Finanças da Confederação, buscou re-monetizar as províncias, adotando as moedas estrangeiras como curso legal, ao mesmo tempo em que procurava estimular o uso das notas emitidas pelo BPBA nos demais mercados provinciais. Esperava que o Banco conseguisse abrir filiais em toda Confederação e, com isso, se tornasse uma instituição nacional. O último conflito interrompeu estes planos (ADELMAN, 1999, p. 265).

#### **5.4 Espaço Monetário Argentino**

O fim da Cisão do Prata com o retorno de Buenos Aires a Confederação deixaria em aberto a questão da soberania monetária da província porteña. Enquanto a Constituição de 1853 decretava que a autoridade monetária que versaria sobre o controle da moeda deveria obedecer ao governo federal, na prática, os *comerciantes financieros* porteños garantiram a manutenção da autonomia monetária de Buenos Aires a partir do BPBA.

A proximidade da comunidade mercantil-portuária com o governo Mitre permitiu que o sistema monetário do novo governo nacional se pautasse pelos mesmos parâmetros da reforma de 1822: prioridade a estabilização do valor da moeda (se possível com a volta da conversibilidade), fim das emissões monetárias como meio de financiar os gastos do governo (seriam financiados por emissão de títulos de dívida pública) e o retorno ao financiamento externo como base para reorganização do crédito público.

Esta reorganização monetária se inicia em 1862, a partir de uma nova consolidação dos títulos de dívida pública devido as dívidas emitidas durante a Cisão do Prata – dívidas de Buenos Aires e da Confederação. O novo governo precisava consolidá-las em uma nova dívida pública nacional, como meio para organizar o crédito público do país.

Inicialmente as dívidas seriam emitidas na unidade de conta porteña, o *peso corriente*. Assim como a hegemonia porteña buscou se afirmar em todo o país, através do governo nacional, os comerciantes-financistas porteños adotaram estratégia semelhante ao incentivar o uso do papel moeda de Buenos Aires nas demais províncias, por meio de seu uso pelo governo nacional (CORTÉS CONDE, 1989, p.18).

No entanto, se inicialmente havia uma convergência grande de interesses entre o governo federal e o governo da Província de Buenos Aires, eles não foram fortes o suficiente para que a moeda porteña se nacionalizasse. As resistências provinciais ao governo federal, a limitada estrutura tributária nacional e, fundamentalmente, a postura dos mercados regionais de rechaçar a moeda porteña em prol do peso prata (unidade de conta derivada das moedas de prata bolivianas), foram as causas principais do fracasso de nacionalização do *peso corriente* de Buenos Aires.

Deste modo, o governo federal resolveu criar uma nova unidade de conta, o *peso fuerte* - que teria uma relação fixa com o ouro -, que serviria para mensurar a dívida pública e os pagamentos de todas as obrigações federais. Esta nova unidade de conta criou melhores condições de financiamento aos títulos públicos, já que era cotada em preços constantes nas diversas moedas aceitas como pagamento de tributos em todas as províncias, e não apenas na moeda porteña. Isto ampliava o potencial dos títulos públicos para além do mercado porteño.

Em 1863, foram emitidos novos títulos de dívida pública da ordem de sete milhões de *pesos fuertes*, seguidos de outra emissão de cinco milhões de *pesos fuertes* no ano seguinte. Garantidos pela adoção de uma taxa específica de 2,5% sobre a importação, estes títulos formaram os chamados *Fondos Públicos*, consolidando a dívida pública federal e, por conseguinte, o crédito público do país (CORTÉS CONDE, 1989, p. 28).

Embora não tenha utilizado a moeda de Buenos Aires como unidade de conta, a emissão dos *Fondos Públicos* foi operacionalizada pelo BPBA, que recebia também permissão para emitir moeda baseada nos novos títulos de dívida – inicialmente foram emitidos quatro milhões de *pesos fuertes* em 1866. Os empréstimos do BPBA ao governo nacional atingiram a monta de quinze milhões de *pesos fuertes* a partir de 1865, para financiar os gastos da Guerra com o Paraguai, e foram totalmente amortizados em 1871, por meio dos

recursos obtidos com o empréstimo britânico de 1866. (HANSEN, 1916, p. 386; CHIARAMONTE, 1971, p. 100).

Através desta configuração, o BPBA torna-se então o agente financeiro do governo federal, através do qual este irá recorrer para financiar seus gastos. O banco porteño possui o monopólio sobre a emissão monetária – cuja decisão é tomada em conjunto a legislatura provincial. Esta distinção entre a emissão de dívida e de moeda reflete a posição de fragilidade do governo federal frente a província de Buenos Aires na questão da soberania monetária nacional.

Após a consolidação da dívida pública, a prioridade passou a ser então a estabilidade do valor do *peso corriente* através da volta a conversibilidade. Inicialmente, por influência de Buenos Aires, buscou-se fixar a cotação do *peso corriente* em *pesos fuertes*, que na prática torná-la-ia conversível e aceita como pagamento das obrigações do governo federal. No entanto, a instabilidade do valor do *peso corriente* e a resistência das demais províncias impediram que isto se realizasse. Ficou estabelecido então que o governo federal aceitaria a moeda porteña por sua cotação no mercado de Buenos Aires. (CORTÉS CONDE, 1989, pp. 21-22).

Em seguida, ainda durante a bem-sucedida reorganização do crédito público, foram sugeridas medidas ao Congresso Nacional que permitiriam a conversibilidade da moeda porteña. A venda de terras e do *Ferrocarril Oeste* que, aliados a um novo empréstimo externo, formariam um montante de reservas suficientes para garantir a emissão de notas lastreadas em ouro. O projeto novamente fracassou devido ao baixo valor das terras e a falta de interesse britânico na compra da ferrovia (PIÑERO, 1921, p. 196).

Mas, com o aproximar do fim dos anos 1860, a situação de alteraria e a conversibilidade enfim seria restabelecida. O boom das exportações de lã alimentou o crescimento do comércio exterior, o que resultou numa elevação das receitas do governo que permitiram estruturar melhor seu sistema tributário e o crédito público. A consolidação da dívida pública proporcionou maior confiança nos títulos de dívida do governo, servindo para estabilizar o valor do *peso corriente* de Buenos Aires. As operações de crédito privado e de empréstimos do BPBA ampliaram a liquidez do mercado monetário porteño (CORTÉS CONDE, 1989, p. 60).

A partir de 1865 começou um processo de valorização da moeda porteña devido a grande entrada de capitais externos no país. Concorreram para isso, a volta dos financiamentos externos e a Guerra do Paraguai. O *default* porteño no empréstimo de 1824 provocou uma aversão do mercado londrino a títulos públicos vindo a região do prata. Isto

não impediu que várias firmas britânicas acordassem a formação de Sociedades Anônimas com comerciantes e financistas porteños.

Este processo se intensificou a partir da formação da República. Entre 1861 e 1865 formaram-se várias companhias com participação de capital britânico, entre elas estão as ferrovias *Central Argentine Railway* e *The Buenos Aires and Great Southern Railway* e os bancos *Bank of London and River Plate* e o *London and Mercantile Bank*. (Ferns, 1950, p. 204).

O governo da República também restabeleceu seu crédito externo. Após a província de Buenos Aires, em 1857, voltar a cumprir com os serviços do empréstimo de 1824, o governo federal nacionaliza esta dívida através do processo de consolidação da dívida pública em 1867. O retorno dos pagamentos garantiu ao novo governo nacional a abertura de crédito no mercado londrino. Em 1866, é efetuado um novo empréstimo na bolsa de Londres em nome do governo Argentino, da ordem de dois milhões e quinhentos mil de libras - seguido por outro, em 1870, de seis milhões de libras (PLATT, 1983, pp.37-39).

Este período de grande entrada de investimentos externos, que nas décadas de 1860 e metade de 1870 eram eminentemente britânicos, termina com a crise dos anos 1870. Aquela altura, a Argentina já havia recebido, entre investimentos em sociedades anônimas e títulos públicos, por volta de vinte e três milhões de libras, até 1875. (FERNS, 1950, p. 207).

A entrada de capitais externos foi também resultado das demandas exigidas pelo exército brasileiro em campanha contra o Paraguai. Não apenas os pagamentos de todo tipo de suprimentos aos produtores do litoral eram feitos em moedas conversíveis, como também as forças brasileiras compravam mercadorias européias através do porto de Buenos Aires, provocando uma nova entrada de divisas no mercado porteño (CHIARAMONTE, 1971, p. 101).

Esta maciça entrada de capitais provocou a valorização do *peso corriente*. Esta situação criou um ambiente econômico e político favorável ao retorno da conversibilidade da moeda porteña. Os *comerciantes financieros* de Buenos Aires há muito que buscavam o retorno a conversibilidade, que acomodava melhor seus interesses, mas eram impedidos pela situação econômica instável e pela oposição dos *terratenientes*, cujos ganhos eram favorecidos pela desvalorização da moeda.

Esta oposição se diluiu na medida em que a valorização monetária da segunda metade da década de 1860 estava prejudicando os lucros das exportações. Logo, os *terratenientes* inverteram sua posição e passaram a apoiar a medida como forma de evitar uma valorização ainda maior, preservando seus ganhos.

Assim, em 1867, criou-se no BPBA um departamento, a *Oficina de Cambio*, cuja função era emitir notas bancárias lastreadas nas reservas de moedas conversíveis do BPBA. Após 41 anos, a moeda porteña volta a ser conversível com uma cotação de 25 *pesos corriente* por 1 *peso fuerte*. (CUCCORESE, 1959, pp. 160-164).

Este período foi de forte expansão do crédito, que envolveu não apenas o mercado porteño. Foram inaugurados alguns bancos privados com capitais nacionais, como o *Banco de Cuyo* (1871), o *Banco Hipotecário de La Provincia de Buenos Aires* (1872) e, o mais importante, um banco misto compostos de capitais privados e públicos, o *Banco Nacional* (1872). A forte liquidez internacional também alimentou uma série de investimentos externos no setor bancário. Além dos pioneiros bancos britânicos já mencionados, em 1872, há a fundação do *Banco de Itália y Rio de La Plata* – com capitais milaneses e porteños – e do *Banco Belga-Alemann*. (CHIARAMONTE, 1971, p. 104).

Assim sendo, em meados da década de 1860, Buenos Aires volta a experimentar um sistema monetário quase-privado com moeda conversível, porém com maior esfera de circulação, devido ao papel que o BPBA tinha de agente financeiro do governo federal e do monopólio de emissão de moeda no país. O processo de integração dos mercados regionais também servia como estímulo da circulação da moeda e de instrumentos de crédito porteños para além da província.

A República então, estabeleceria um regime monetário em que o governo federal seria responsável pelas rendas fiscais e a dívida pública do país, mas que a província de Buenos Aires, através de seu banco, mantinha o controle sobre a moeda. Este duopólio serviu de base para a reorganização monetária do país sobre o novo governo nacional.

Porém, o problema sobre a soberania monetária continuava dificultando a formação de um espaço monetário nacional. A co-existência de várias unidades de conta e do uso de uma série de moedas estrangeiras como meio de pagamento aceito pelo governo, estimulavam a fragmentação monetária da República.

O governo federal cada vez mais se ressentia do monopólio de emissão do BPBA. Enquanto o conflito político entre o governo federal e a parcela autonomista da hegemonia porteña ia se deteriorando, o primeiro se mantinha refém do banco porteño, sendo obrigado a se financiar segundo as condições impostas pelo último.

Porém, assim como já havia ocorrido anteriormente, o arranjo monetário dependente da inserção internacional da economia, se mostraria extremamente frágil diante de uma crise internacional. O desmoronamento das bases da autonomia monetária porteña cairia junto com os últimos espasmos políticos dos *ultraporteños*.

Após alguns anos de crescimento, a economia internacional enfrentará uma das suas maiores crises do séc. XIX a partir da década de 1870. O estopim foi o estouro de uma bolha imobiliária, que os mercados alemão e austríaco vivenciavam após a Guerra Franco-Prussiana, alimentada pela reparação de guerra paga pela França. Além disso, o fim do boom ferroviário norte-americano – junto com a especulação a respeito das terras próximas as ferrovias - comprometeu grande parte dos investimentos externos mundiais, particularmente os britânicos (KINDLEBERGER, 2000, p. 170).

Estes acontecimentos tiveram um duplo impacto negativo sobre a economia da Argentina. Por um lado houve uma redução do comércio exterior. As rendas com as exportações se contraíram e, com isso, a capacidade de importação ficou comprometida. A primeira vítima foi o governo que viu sua principal fonte de recursos tributários se reduzir.

Por outro lado, o mercado monetário passou a conviver com grandes saídas de capital, motivadas pela crise financeira européia. A redução de reservas de divisas restringiu o estoque creditício, principalmente no mercado porteño. A primeira vítima da redução da liquidez foi o setor imobiliário, que vivenciava um boom especulativo – os papéis das hipotecas perderam muito de seu valor com os preços das terras chagando a cair 50% em 1874. (CHIARAMONTE, 1971, p. 107).

Mas logo a crise afetaria também o setor bancário. A quebra de alguns bancos privados a partir de 1874, sinalizava as dificuldades que seriam enfrentadas com a saída de capitais. O comércio exterior também sofre com a restrição de crédito. Os comerciantes dependiam do crédito internacional - para a importação de mercadorias européias – assim como o setor exportador – que recebia adiantamentos como forma de viabilizar parte de sua produção.

Por fim, as finanças públicas padeceram com a queda das suas receitas devido a redução do comércio exterior. O peso do serviço das dívidas contraídas ameaçava gerar uma crise de insolvência que alimentadas pela garantia de rentabilidade oferecida ao capital inglês nos investimentos ferroviários, pressionaria o governo a declarar um novo default nos pagamentos externos. Em 1876, os gastos com os serviços da dívida interna (dois milhões e quatrocentos mil pesos fuertes) e da dívida externa (pouco mais de quatro milhões de pesos fuertes) consumiam por volta de 49% do total de ingressos do ano. (CORTÉS CONDE, 1989, p. 115).

A resolução desta crise se confundiu com a centralização da soberania monetária, através da formação de um espaço monetário nacional na década de 1880. Este processo passava pela resolução do conflito entre o governo federal e a província de Buenos Aires. As

iniciativas do governo federal em tentar superar sua dependência frente ao BPBA se dariam por meio de fundar o monopólio deste último sobre a emissão de moeda.

Sua estratégia foi de conceder o direito de emitir moeda a outras instituições bancárias iniciada com formação do Banco Nacional, em 1872. Formado por capitais públicos e privados, o banco também emitiria moeda conversível em níveis proporcionais a suas reservas de divisas. O governo nacional passaria a ter um novo agente financeiro (PIÑERO, 1921, p. 255).

Como forma de enfraquecer a posição do BPBA, o governo federal retirou suas reservas de divisas do BPBA – que viu suas reservas se reduzirem de 14,4 milhões de pesos para 9,9 milhões, entre 1872 e 1873 – para depositá-las no novo banco – que viu suas reservas crescerem a 5,5 milhões de pesos fuertes, em 1873. Além disso, durante este período, o BPBA perderia mais de 1 milhão de pesos fuertes em depósitos particulares (CORTÉS CONDE, 1989, pp. 80-81).

A estratégia do governo passou a ter mais ressonância a partir de 1875, quando a crise de crédito afetou a posição dos bancos na medida em que perdiam divisas comprometendo a emissão de notas conversíveis. A situação se torna insustentável, quando, em 1876, a conversibilidade chega ao fim.

Sem condições de manter o câmbio de suas notas por divisas conversíveis, o BPBA negocia com o governo federal que, a partir de então, passa a garantir suas emissões anteriores de 12 milhões de pesos fuertes. O governo abriu um crédito de 10 milhões de pesos fuertes que, junto com o montante anterior, seriam aceitos por seu valor nominal como pagamento de impostos ao governo federal (HANSEN, 1916, p. 389). Este acordo provocou uma corrida às notas do Banco Nacional, que terminou por ser autorizado a interromper a conversibilidade e, receber também a garantia do governo as suas emissões anteriores.

O fim da conversibilidade garantiu um maior controle do governo federal sobre a soberania monetária nacional. Embora os bancos ainda possuíssem grande autonomia no que tange as suas operações de crédito, as emissões agora eram dependentes do crédito público. O eixo que envolve a relação entre moeda e dívida pública, era novamente refeito pelo governo federal na Argentina.

Embora este processo tenha sido responsável pela maior centralização do poder monetário nas mãos do governo federal, ainda faltava um elemento para que o país finalmente consolidasse seu espaço monetário nacional: a imposição pelo Estado de sua unidade de conta sobre as demais existentes até então, criando efetivamente uma moeda nacional.

No final da década de 1870 a Argentina convivia com três unidades de conta: a do governo federal (*pesos fuertes*), a da província de Buenos Aires (*pesos corrientes*) e a adotada em todas as demais províncias (*peso plata*, derivada das moedas de prata bolivianas). O sistema monetário se tornava ainda mais complexo, quando se leva em conta que, circulavam as notas emitidas pelo Banco Nacional e BPBA, as emissões dos bancos provinciais, além das moedas estrangeiras autorizadas a circular no território nacional e aceitas pelo governo federal (QUINTERO RAMOS, 1950, pp. 77-78).

Esta fragmentação monetária era consequência da ausência de centralização monetária que permitia a vigência de mercados monetários regionais. O peso corriente de Buenos Aires circulava na província porteña e em parte do Litoral. A região de central e oeste, mantinha suas relações comerciais com os mercados da Bolívia e Chile, de maneira que, se utilizava uma unidade de conta mais próxima das moedas destes países vizinhos.

Não havia um sistema de pagamentos nacional que permitisse a unificação destes mercados em um espaço monetário pautado pela unidade de conta do poder monetário central. Apenas com a centralização do poder monetário nas mãos do governo federal em meados dos anos 1870, é que a criação de um espaço monetário único na Argentina tornou-se realizável.

Desde a aprovação de uma lei em 1875, que o governo federal cria iniciativas no sentido de criar uma moeda nacional. Nesta ocasião, foi proposta sua criação a partir da emissão de notas em pesos fuertes. Naquele momento, porém, o governo não possuía autoridade suficiente para isso e a proposta foi rejeitada por pressão da comunidade mercantil-financista porteña (CORTÉS CONDE, 1989, p. 133).

Após a crise financeira da segunda metade dos anos 1870, o governo reforça sua soberania nacional e novamente entrega ao congresso uma nova proposta de unificação monetária em 1879. Os acontecimentos políticos que levaram a revolta de Buenos Aires contra o governo federal foram fundamentais para o sucesso desta nova iniciativa.

A vitória do General Roca sobre as forças porteñas e sua ascensão a presidência da República permitem que, além de federalizar a cidade de Buenos Aires, como vimos, o governo federal consiga vencer as resistências impostas pela comunidade mercantil-financiera de Buenos Aires e, a partir da lei 1330 de 1881, conhecida como *Ley del Cuño*, unifique os mercados regionais em um espaço monetário nacional por meio da criação da moeda nacional, o *peso oro* (HANSEN, 1916, pp. 391-392)

A partir desta lei, criou-se a *Casa de Moneda de la Nación*, que cunharia as moedas e os bancos emissores vigentes foram obrigados a converter suas notas para a nova unidade de conta nacional. A lei ainda daria um prazo para a troca das moedas estrangeiras em

circulação, por meio de câmbio definido pelo governo federal, que passariam então ter sua circulação proibida no território nacional (QUINTERO RAMOS, 1950, pp. 85-88).

## Conclusão

Na análise sobre a formação do espaço monetário argentino foram privilegiados os processos de acumulação de poder e de criação de instrumentos de crédito públicos e privados que seriam responsáveis pela unificação de diversos mercados regionais sobre um mesmo poder político e uma mesma moeda ao fim do séc. XIX.

A centralização do poder foi uma lenta construção sobre territórios parcamente integrados por um império em processo de decadência cuja crise originou os processos emancipatórios em todo o continente. Entre o longo período histórico que se inicia com a independência em 1810 e termina com a federalização de Buenos Aires em 1881, as regiões que compunham o Vice-reinado do Prata não possuíam vínculos políticos fortes o suficiente que garantisse uma organização nacional que culminasse nas fronteiras da Argentina contemporânea. Foram as vitórias e derrotas nos conflitos bélicos entre as províncias, que ocuparam grande parte deste esforço de centralização do poder, que determinaram a configuração política final.

A imposição da hegemonia porteña sobre as demais províncias não foi desta forma algo inevitável. Ao longo do tempo Buenos Aires fracassou em seu intento, em 1819 (com a queda do governo central) e após a guerra com o Brasil em 1828 (fim do governo federal). Foi preciso que houvesse uma reorganização interna do poder porteño para que ele se expandisse através do regime imposto por Juan Manuel Rosas.

Após um novo revés com a queda de Rosas e a criação da Confederação Argentina, Buenos Aires se isola das demais províncias que, por sua vez, não possuem um projeto nacional alternativo que lhes permita enfrentar o poder porteño. O fim da cisão permitirá a Buenos Aires finalmente comandar um processo de Organização Nacional que culminará com a consolidação do poder em 1880.

A implantação da Ordem de Pavón foi o processo de fortalecimento de um governo centralizado sobre o localismo político das províncias, possível por meio da formação de um exército nacional que prevaleceu sobre a resistência de algumas províncias ao poder porteño. A consolidação do poder na Argentina deu-se com a federalização de Buenos Aires, através da derrota dos últimos focos de resistência a Ordem de Pavón localizados no seio da elite bonaerense.

Os resultados dos conflitos militares que permitiram a consolidação do poder no país foram em grande parte influenciados pela envergadura financeira dos beligerantes. A

capacidade de gerar recursos através de instrumentos de crédito público e privado permitiu em última instância que a hegemonia porteña terminasse por consolidar o poder no país.

Assim como a hegemonia porteña foi se transformando politicamente ao longo dos anos, o mercado monetário de Buenos Aires foi objeto de disputa entre os principais grupos econômicos da província, os *comerciantes-financieros* e os *terretenientes* – que refletiram o conflito clássico entre credores e devedores sobre o controle da moeda.

A classe mercantil portuária (credores) defendia um regime monetário baseado numa moeda quase-privada conversível cuja emissão era determinada apenas pela quantidade de divisas que a reserva dos bancos possuísse. Ele facilitaria os negócios relacionados com o comércio exterior e era visto com única forma de evitar a perda de valor da moeda, o que prejudicava as atividades financeiras de muitos dos grandes comerciantes. Com este regime buscava-se direcionar o financiamento do Estado a colocação de títulos de dívida pública cuja garantia preferencialmente era provida pelo endividamento externo.

Já os *terratenientes* (devedores) privilegiavam um arranjo monetário fundado no crédito público e numa moeda fiduciária, cuja desvalorização lhes favorecia – na medida em que suas dívidas e custos eram em moeda nacional e suas receitas em divisas fortes. Favoreciam a emissão monetária como meio de sustentar os gastos do governo sem qualquer iniciativa de apelar aos mercados financeiros internacionais.

Embora defendessem posições contrárias, os dois grupos possuíam algo em comum: a resistência a aprofundar o sistema tributário de forma a criar maiores recursos para as finanças públicas. A aduana de Buenos Aires e os impostos sobre o comércio exterior permaneceram como única fonte de recursos fiscais. Isto comprometeu a estabilidade do nexo tributos-moeda afetando o crédito público e a moeda nacional. Sempre que o comércio exterior fosse prejudicado, seja por bloqueios navais, seja por redução da produção ou queda no preço das exportações, a capacidade a importar se reduzia deteriorando as finanças públicas, o crédito público e a moeda porteña.

Em paralelo a moeda porteña buscava se expandir as demais províncias, mas era rechaçada pelas demais províncias que a enxergavam como uma arma de Buenos Aires para impor sua hegemonia. Durante a vigência do governo federal no fim da década de 1820 a criação do Banco Nacional foi uma tentativa de nacionalizar a moeda porteña que fracassou junto com o próprio governo.

Uma nova iniciativa foi feita com a ascensão de Mitre a presidência de a tentativa de organizar um mercado monetário nacional a partir do peso de Buenos Aires. Mas a resistência das províncias foi mais forte de manteve o espaço de circulação da moeda porteña

restrito a província. A criação de um espaço monetário nacional só foi consolidado quando o governo federal conseguiu centralizar a soberania monetária nacional com a criação de uma nova unidade de conta: o *peso moneda nacional* em 1881.

A relação intrínseca entre o Estado e a moeda acaba aflorando quando a consolidação do poder e a criação de uma moeda nacional são integrados num mesmo processo político-econômico que organiza o moderno Estado-Nação da Argentina no fim do séc. XIX.

## **Bibliografía**

ADELMAN, Jeremy. (1999) **Republic Of Capital. Buenos Aires And The Legal Transformation Of The Atlantic World.** Stanford University Press. Stanford, California.

AMARAL, Samuel. (1984). **El Empréstito de Londres de 1824.** Desarrollo Económico, Vol. 23, No. 92.

ALVARÉZ, Juan (2001). **Las Guerras Civiles Argentinas y El Problema de Buenos Aires en la República.** Taurus, Buenos Aires.

ASSADOURIAN, Carlos S.; PALOMEQUE, Silvia. (2003) **Las Relaciones Mercantis de Córdoba (1800-1830). Desarticulación y Desmonetización Del Mercado Interno Colonial en el Nacimiento Del Espacio Económico Nacional.** Em: IRIGOIN, Maria A.; SCHIMIT, Roberto (org.) (2003). **La Desintegración de la Economía colonial: Comercio y Moneda en el Interior del Espacio Colonial.** Editorial Biblos. Buenos Aires.

BANDEIRA, Moniz. (1985). **O Expansionismo Brasileiro: O Papel do Brasil na Bacia do Prata.** Philobinblion Livros. Rio de Janeiro.

BELL, Stephanie. (2001) **The Role of State and the Hierarchy of Money.** Cambridge Journal of Economics, 25.

BONAUDO, Marta (org) (2005). **Nueva Historia Argentina. Liberalismo, Estado y Orden Burguês (1852-1880).**

BURGIN, Miron (1960). **Aspectos Económicos del Federalismo Argentino.** Ediciones Solar, Buenos Aires.

CAIN, P.J.; HOPKINS, A.G. (2002). **British Imperialism. 1688-2000.** Pearson. London.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org). (2000). **Historia de Las Relaciones Exteriores Argentinas**. Disponible en: [http://www.argentina-rree.com/home\\_nueva.htm](http://www.argentina-rree.com/home_nueva.htm).

CONTI, Viviana. (2003) **Circuitos Mercantiles, medios de Pago, y Estrategia en Salta y Jujuy (1820-1852)**. Em: IRIGOIN, Maria A.; SCHIMIT, Roberto (org.) (2003). **La Desintegración de la Economía colonial: Comercio y Moneda en el Interior del Espacio Colonial**. Editorial Biblos. Buenos Aires.

CORTÉS CONDE, Roberto. (1989) **Dinero, Deuda y Crisis. Evolución Fiscal y Monetaria en la Argentina**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires.

CORTÉS CONDE, Roberto; HARRIAGUE, María (2007). **La Aduana y los Tributos en sus Comienzos. Investigación de la Academia Nacional de Historia, Capítulo I**. Revista del Instituto AFIP. N. 1.

CHIARAMONTE, José C. (1971) **Nacionalismo y Liberalismo Económicos en la Argentina**. Ediciones Solar, Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (1987) **La Formación de Los Estados Nacionales en Iberoamérica**. Boletín del instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”. Tercera Serie. N. 15.

\_\_\_\_\_ (1993) **El Federalismo Argentino en la Mitad del Siglo XIX**. En: CARMAGNANI, Marcello. (Org). **Federalismos Latinoamericanos: México, Brasil e Argentina**. Colegio de México. Ciudad de México.

\_\_\_\_\_ (2008) **Autonomía e Independencia en el Río de la Plata**. Historia Mexicana, Vol. LVIII, n. 1 (Julio-Septiembre). Colegio de México. Ciudad de México.

COHEN, Benjamin. (1998) **The Geography of Money**. Cornell University Press, Ithaca.

CUCCORESE, Horacio J. (1959). **Historia de la Conversión del Papel Moneda en Buenos Aires (1861-1867)**. Universidad Nacional de La Plata.

DAVIES, Glyn (2002). **A History of Money. From Ancient Times to the Present Day**. University of Wales Press, Cardiff.

DEL CASTILLO, Guillermo C. (1983). **América Hispánica (1493-1898)**. Editorial Labor. Barcelona.

DI TELLA, Torcuato. (2010) **História Social da Argentina Contemporânea**. FUNAG, Brasília.

DOWD, Kevin (2000). **The Invisible Hand and the Evolution of the Monetary System**. Em: SMITHIN, John. (org.) (2000) **What is Money?** Routledge, London e New York.

FERNÁNDEZ, Juan M. (2002) **Capital, Créditos e Intereses Comerciales a Fines del Periodo Colonial: Los Costos del Sistema Defensivo Americano. Cartagena de Indias y el Sur del Caribe**. Tiempos de América, N. 9.

FERNS, H.S. (1950) **Investment and Trade between Britain and Argentina in the Nineteenth Century**. The Economic History Review, New Series, Vol. 3, No. 2.

FIORI, José L. (2004) **Formação, Expansão e Limites do Poder global**. Em: FIORI, José L.(org) **O Poder Americano**. Editora Vozes, Petrópolis.

\_\_\_\_\_ (2009) **Prefácio ao Poder Global**. Revista Tempo no Mundo. Vol. 1, no 1. IPEA, Brasília.

FLYNN, Dennis; GIRÁLDEZ, Arturo. (1995) **Born with a “Silver Spoon”: The Origin of World Trade in 1571**. Journal of World History, Vol . 6, No. 2.

FRADKIN, Raul; GARAVAGLIA, Juan Carlos (2009). **La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los Siglos XVI y XIX**. Siglo Vinteuno. Buenos Aires.

GALLO, Klaus. (2001). **Great Britain and Argentina. From Invasion to Recognition, 1806-26.** Palgrave. New York.

GOLDMAN, Noemí. (2005) **Crisis Imperial, Revolución y Guerra (1806-1820).** Em: GOLDMAN, Noemí (org.) (2005). **Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852).** Editorial Sudamericana. Buenos Aires.

GELMAN, Jorge (1990). **Venta al contado, venta a crédito y crédito monetario en América colonial: Acerca de un gran comerciante del virreinato del Río de la Plata.** Jahrbuch fur Geschichte von Staat Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas, 27.

\_\_\_\_\_ (2006). **La Historia Económica Argentina en La Encrucijada: Balances y Perspectivas.**

GLASNER, David. (1989) **Free Banking and Monetary Reform.** Cambridge University Press, Cambridge.

GOODHART, Charles A. (1998) **The Two Concepts of Money: Implications for the Analysis of Optimal Currency Areas.** European Journal of Political Economy Vol. 14.

GRAEBER, David. (2011). **Debt. The First 5.000 Years.** Melvillehouse, New York.

GRAFE, Regina; IRIGOIN, Maria A. (2006) **The Spanish Empire and its legacy: fiscal redistribution and political conflict in colonial and post-colonial Spanish America.** Journal of Global History, V. 1.

HANSEN, Emilio (1916). **La Moneda Argentina: Estudio Histórico.** Buenos Aires.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. (1963) **La Expansión Ganadera en la Campaña de Buenos Aires (1810-1852).** Desarrollo Económico, Vol. III, n. 1-2.

\_\_\_\_\_ (1979). **Revolución y Guerra. Formación de una Elite Dirigente en La Argentina Criolla.** Siglo Veintiuno. Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (2000). **Argentina: De La Revolución de Independencia a La Confederación Rosista**. Editorial Paidós, Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (2005a). **Guerras y Finanzas en Los Orígenes del Estado Argentino (1791-1850)**. Prometeo Libros, Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (2005b). **Una Nación Para el Desierto Argentino**. Prometeo Libros. Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (1978). **El Ocaso del Orden Colonial en Hispanoamerica**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires.

HAYEK, Frederick A. (1990) **Denationalisation of Money - The Argument Refined. An Analysis of the Theory and Practice of Concurrent Currencies**. The Institute of Economic Affairs. London.

HELLEINER, Eric. (2003) **The Making of National Money. Territorial Currencies in Historical Perspective**. Cornell University Press, Ithaca.

HUMPRHREY, Caroline. (1985). **Barter and Economic Disintegration**. Man, New Series, Vol. 20, No. 1.

INNES, Mitchell A. (2004a) **What is Money?** Em: WRAY, Randall (org). (2004) **Credit and State Theories of Money The Contributions of A. Mitchell Innes**. Edward Elgar, Cheltenham.

\_\_\_\_\_ (2004b) Em: WRAY, Randall (org). (2004) **Credit and State Theories of Money The Contributions of A. Mitchell Innes**. Edward Elgar, Cheltenham.

INGHAM, Geoffrey. (2000). **'Babylonian Madness': On the Historical and Sociological Origins of Money**. Em: SMITHIN, John (org). What is Money? Routledge, London.

\_\_\_\_\_ (2004) **The Nature of Money** Polity Press, Cambridge.

IRIGOIN, Maria A. (2000) **Inconvertible Paper Money, Inflation and Economic Performance in Early Nineteenth Century Argentina.** *Journal of Latin American Studies*, 32.

IRIGOIN, Maria A.; SCHIMIT, Roberto. (2003). **Introducción: La Desintegración de la Economía Colonial.** Em: IRIGOIN, Maria A.; SCHIMIT, Roberto (org.) (2003). **La Desintegración de la Economía colonial: Comercio y Moneda en el Interior del Espacio Colonial.** Editorial Biblos. Buenos Aires.

JONES, Robert A. **The Origin and Development of Media of Exchange.** *The Journal of Political Economy*, Vol. 84, No. 4, Part 1.

KINDLEBERGER, Charles P. (2000) **Manias, Pânicos e Crashes. Uma História das Crises Financeiras.** Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

KIYOTAKI, Nobuhiro; WRIGHT, Randall. (1992) **Acceptability, Means of Payment, and Media of Exchange.** *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review*, Volume 16, No. 3.

KNAPP, Georg F. (1924) **The State Theory of Money.** Macmillan, London.

LENZ, Maria H. (2004). **Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 a 1930: A Belle Époque.** Editora UFRGS. Porto Alegre.

LERNER, Abba P. (1947) **Money as a Creature of the State.** *The American Economic Review*, Vol. 37, No. 2.

LINDSAY, J.O. (1966 [2008]) **International Relations. In: The New Cambridge Modern History.** Cambridge University Press.

LÓPEZ-ALVES, Fernando (2000). **State Formation and Democracy in latina America. 1810-1900.** Duke University Press.

LYNCH, John. (1967) **Administración Colonial Española 1782-1810. El Sistema de Intendencias en el Virreinato del Río de la Plata.** Eudeba. Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (1976). **Las revoluciones Hispanoamericanas 1808-1826.** Editorial Ariel Historia. Barcelona.

\_\_\_\_\_ (1984) **Juan Manuel de Rosas.** Emecé Editores. Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (2004) **As Repúblicas do Prata da Independência a Guerra do Paraguai.** Em: BETHELL, Leslie (Org.) **História da América Latina. Da Independência até 1870.** EDUSP, São Paulo.

MARICHAL, Carlos. (1988). **Historia de la Deuda Externa de América Latina.** Alianza Editorial. Buenos Aires.

MENGER, Karl. (1892). **On the Origin of Money.** The Economic Journal, Vol. 2, No. 6.

MOUTOUKÍAS, Zacarías (1988). **Power, Corruption, and Commerce: The Making of the Local Administrative Structure in Seventeenth-Century Buenos Aires.** The Hispanic American Historical Review, Vol. 68, No. 4.

\_\_\_\_\_ (1994) **Crecimiento Económico y Política Imperial: El Patriciado Colonial de Buenos Aires, 1760-1796.** Mimeo.

MUNDELL, Robert. (1961) **A Theory of Optimum Currency Areas.** The American Economic Review, Vol. 51, No. 4.

NOCOLINI, Esteban.; PAROLO, María P. (2009) **La Circulación de Moneda en el Norte Argentino Después de la Independencia: El Caso de Tucumán Entre 1820 y 1850.** Journal of Iberian and Latin American Economic History. Año XXVII. n. 1.

JIMÉNEZ, Rafael O. (1968). **Evolución Monetaria Argentina**. Editorial Universitaria. Buenos Aires.

OSSONA, Jorge L. (1994). **La Evolución de Las Economías Regionales en el Siglo XIX**. Em: Rapoport, Mario (org). (1994) **Economía e Historia. Contribuciones a La Historia Economica Argentina**. Tesis. Buenos Aires.

OSZLAK, Oscar. (2009) **La Formación del Estado Argentino. Orden, Progreso y Organización Nacional**. Emecé. Buenos Aires.

PIÑERO, Norberto (1921). **La moneda, El Crédito y los Bancos en la Argentina**. Jesús Menéndez. Buenos Aires.

PEÑA, Milcíades. (1975). **De Mitre a Roca**. Ediciones Ficha, Buenos Aires.

PLATT, D.C.M. (1983) **Foreign Finance in Argentina for the First Half-Century of Independence**. Journal of Latin American Studies, Vol. 15, No. 1.

PÓMER, León. (1980). **A Guerra do Paraguai. A grande Tragédia Rioplatense**. Global Editora. São Paulo.

PREBISCH, Raúl (1994). **Historia Monetaria Argentina: Anotaciones Sobre Nuestro Medio Circulante, 1776-1885**. Em: Rapoport, Mario (org). **Economía e Historia. Contribuciones a La Historia Económica Argentina**. Tesis. Buenos Aires.

QUINTERO RAMOS, Angel M. **Historia Monetária y Bancaria de Argentina (1500-1949)**. FMI-BID-CEMLA, Washington D.C.

ROCK, David (1991). **Argentina 1516-1987: Desde la Colonización Española Hasta Raúl Alfonsín**. Alianza Singular. Buenos Aires.

ROSA, Ángel. (2003). **Flujos Comerciales e Integración Economía del Espacio Rioplatense Hacia el Final del Período Rosista**. Em: IRIGOIN, Maria A.; SCHIMIT,

Roberto (org.) (2003). **La Desintegración de la Economía colonial: Comercio y Moneda en el Interior del Espacio Colonial**. Editorial Biblos. Buenos Aires.

SABATO, Hilda (1989). **Capitalismo y Ganadería en Buenos Aires: La Fiebre del Lanar (1850-1890)**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires.

SALVATORE, Ricardo (2005). **Consolidación del Régimen Rosista**. Em: GOLDMAN, Noemí (org.) (2005). **Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires.

SAGUIER, Eduardo. (1989) **La Conducción De Los Caudales De Oro Y Plata Como Mecanismo De Corrupción. El Caso Del Situado Asignado a Buenos Aires Por Las Cajas Reales De Potosi En El Siglo XVIII**. Revista de Historia, 24. Instituto de Historia – Pontificia Universidad Católica de Chile.

SCHIMIT, Roberto. (2003) **Enlaces Conflictivos: Comercio, Fiscalidad y Medios de Pago en Entre Ríos Durante la Primera Mitad del Siglo XIX**. Em: IRIGOIN, Maria A.; SCHIMIT, Roberto (org.) (2003). **La Desintegración de la Economía colonial: Comercio y Moneda en el Interior del Espacio Colonial**. Editorial Biblos. Buenos Aires.

\_\_\_\_\_ (2005) **El Comercio y las Finanzas Públicas en Los Estados Provinciales**. Em: GOLDMAN, Noemí (org.) (2005). **Nueva Historia Argentina. Revolución, República, Confederación (1806-1852)**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires.

SCHIMIT, Roberto; ROSAL, Miguel A. (1999). **Política Comercial, Flujos Mercantiles y Negocios: Buenos Aires y Montevideo Frente al Comercio Exterior Rioplatense en el Siglo XIX**. Revista de Indias, vol. LIX, n. 215.

SEGRETTI, Carlos S. A. (1975). **Moneda y Política en La Primera Mitad del Siglo XIX: Contribución al Estudio de la Historia de la Moneda Argentina**. Fundación Banco Comercial del Norte. Tucumán.

SILVA, Hernán A. (1993) **El Comercio Entre España y el Río de le Plata (1778-1810)**. Banco de España - Servicio de Estudios. Estudios de Historia Económica, nº 26.

STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. (2000) **Silver, Trade, and War. Spain and America in the Making of Early Modern Europe**. The Johns Hopkins University Press. Baltimore and London.

SOCOLOW, Susan M. (1975) **Economic Activities of the Porteño Merchants: The Viceregal Period**. The Hispanic American Historical Review, Vol. 55, No. 1

TERNAVASIO, Marcela (2009). **Historia de la Argentina (1806-1852)**. Siglo Veintiuno. Buenos Aires.

TILLY, Charles. (1996). **Coerção Capital e Estados Europeus (990-1992)**. Edusp,São paulo.

VAZQUEZ-RIAL, Hoaracio. (1999) **La Formación Del País De Los Argentinos**. Javier Vergara Editor. Barcelona.

WILLIAMS, John H (1971). **Argentine International Trade Under Inconvertible Paper Money. 1880-1900**. AMS Press, New York.

WRAY, Randall (1993). **The Origins of Money and the Development of the Modern Financial System**. The Jerome Levy Economics Institute of Bard College. Working Paper No. 86.

\_\_\_\_\_ (2000). **Modern Money**. Em: SMITHIN, John (org). **What is Money?** Routledge, London.